

Organizadores
Bruno Leal Pastor de Carvalho
Daniel Gomes de Carvalho

história em público

AS ORIGENS DA **HISTÓRIA PÚBLICA** E O QUE
ESTAMOS FAZENDO COM ELA HOJE



caliandra

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

Organizadores

Bruno Leal Pastor de Carvalho

Daniel Gomes de Carvalho

_história em público

AS ORIGENS DA **HISTÓRIA PÚBLICA** E O QUE
ESTAMOS FAZENDO COM ELA HOJE



caliandra

Brasília | 2026

Título: História em Público
Organizador: Bruno Leal Pastor de Carvalho
Organizador: Daniel Gomes de Carvalho
Parecerista: Mateus Gamba Torres
Editoração e revisão: Bruno Leal Pastor de Carvalho
Arte e diagramação: Bruno Leal Pastor de Carvalho
Capa: Bruno Leal Pastor de Carvalho
Publicação: Selo Caliandra
Editora: Biblioteca Central

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, Bloco B, Mezanino
CEP: 70.910-900 | Asa Norte, Brasília, DF
Contato: 61.3107-7371
Website: caliandra.ich.unb.br
E-mail: caliandra@unb.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

H673 _história em público [recurso eletrônico] /
 organizadores Bruno Leal Pastor de Carvalho,
 Daniel Gomes de Carvalho. – Brasília :
 Universidade de Brasília, Departamento de
 História, 2026.
 175 p.

 Inclui bibliografia.
 Modo de acesso: World Wide Web:
 [https://caliandra.unb.br/.](https://caliandra.unb.br/)
 ISBN 978-65-985159-6-6.

 1. História pública. 2. Divulgação de
 informação. 3. Historiografia. 4. Comunicação
 social. I. Carvalho, Bruno Leal Pastor de (org.).
 II. Carvalho, Daniel Gomes de (org.).

 CDU 930

Heloiza Faustino dos Santos - CRB 1/1913



Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0
International (CC BY-NC-ND 4.0)

CONSELHO EDITORIAL

Membros internos

Presidente: Prof. Dr. Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (HIS/UnB)
Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL/UnB)
Profª Drª Maria Lucia Lopes da Silva (SER/UnB)
Prof. Drª Ruth Elias de Paula Laranja (GEA/UnB)

Membros externos

Profª Drª Ângela Santana do Amaral (UFPE)
Profª Drª Joana Maria Pedro (UFSC)
Profª Drª Marine Pereira (UFABC)
Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)

Prof. Dr. Fernando Quiles García (Univ. Pablo de Olavide - Espanha)
Profª Drª Ilía Alvarado-Sizzo (Universidad Autónoma de México)
Profª Drª Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)
Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex - Reino Unido)

SUMÁRIO

PARTE I

6 PAR E ÍMPAR
Leandro Seawright

8 DO QUE É FEITA A HISTÓRIA PÚBLICA?
Bruno Leal Pastor de Carvalho
Daniel Gomes de Carvalho

29 HISTÓRIA PÚBLICA: ORIGENS, NATUREZA E PERSPECTIVAS
Robert Kelley

46 O DIA D: O PAPEL DO CINEMA NA MITIFICAÇÃO DO PASSADO
Icles Rodrigues

69 LINHAS DO CONHECIMENTO: A COSTURA COMO FERRAMENTA DE HISTÓRIA PÚBLICA
Tupá Guerra e Pauline Kisner

PARTE II

94 PASSOU NA TELEVISÃO: A HISTÓRIA NO TELEJORNALISMO BRASILEIRO
Wellington Amarante

114 O PAPEL DO PODCAST NA DIVULGAÇÃO DE HISTÓRIA
Victor Alexandre Lopes de Oliveira
Vitor Silva Soares

129 "PROVOCAÇÃO HISTÓRICA": PROVOCANDO HISTORIADORES EM UM ESTÚDIO DE TV
Lindener Pareto

PARTE III

146 ENTREVISTA COM CLARISSA MELO
Selo Crítica, da Editora Planeta

156 ENTREVISTA COM ROBERTA CERQUEIRA
Revista Manguinhos, da Fiocruz

168 ENTREVISTA COM GARY BERTON
Associação Histórica Thomas Paine, EUA

172 INTERVIEW WITH GARY BERTON
Thomas Paine Historical Association, USA

PAR E ÍMPAR

A OBRA “HISTÓRIA EM PÚBLICO” remete não somente às “origens da história pública”, mas também àquilo que as historiadoras e os historiadores “estão fazendo com ela hoje”. Por isso, a obra não deixa de colocar em duração o próprio percurso da história pública ao recriar vínculos explicativos e sedutores. Trata-se de uma obra que, com ineditismo, introduz no país o texto clássico “História pública: origens, natureza e perspectivas”, de Robert Kelly. Tudo isso para, depois, avaliar parte do estado atual das iniciativas trazidas a público.

Desde a consolidação da história pública no Brasil, no ano de 2011, algumas perguntas inquietavam os diversos profissionais e uma delas questionava o porquê de o texto fundacional de Kelly, de 1978, ainda não ter sido até então traduzido para o português ou publicado no país. Ainda que essa inquietação *persista como sintoma* até o seu tratamento adequado em pesquisas que possam compreendê-lo, esta obra combina, de forma indissociável, a relação de um *conhecimento* e de um *fazer corajoso* para assumir debates históricos colocados para o público, em público, com o público.

Mais do que isso, a obra organizada pelos historiadores Bruno Leal Pastor de Carvalho e Daniel Gomes de Carvalho reúne diferentes expoentes em suas partes distintas, desde as “múltiplas formas”, os desafios de “popularizar a história”, além de entrevistas com as quais termina. Cinema, costura, televisão, estúdio, podcasts, além dos diálogos com expoentes da área, foram apresentados lado a lado ao marcarem uma fase de crescimento da história pública no país.

Sem ser integrante de corrente única, e sem ficar restrita à história oral, a história pública – que não se reduz a projeto único ou a uma teia de fiações restritas – é aqui tomada em um de seus sentidos mais ousados. O importante contato entre história pública e história oral, que marcou a proposição de projetos variados, oferece lugar às alternativas coexistentes.

Essas possibilidades se encontram com o sentido ético e político da história que não se confunde com *publicidade*, mas que não deixa de radicalizar os múltiplos significados de “público”. Afinal, além de falar para os pares, podemos falar para os *ímpares*? Isso não seria um *jogo de par ou ímpar*, mas um *gesto de par e ímpar*.

Leandro Seawright, *Professor de Teoria e Metodologia da História da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), onde coordena o Núcleo de Estudos em História Oral.*

DO QUE É FEITA A HISTÓRIA PÚBLICA?

Bruno Leal Pastor de Carvalho & Daniel Gomes de Carvalho

O QUE É HISTÓRIA PÚBLICA? No Brasil, essa pergunta dominou os primeiros simpósios e conferências sobre o tema. Lembramos bem de um desses encontros: uma estudante comentou que “história pública” lhe parecia designar a história produzida por historiadores e publicada em periódicos científicos, teses e dissertações, ou seja, uma história disponível publicamente, em oposição a uma “história privada”, realizada por empresas e voltada a fins organizacionais internos. Em outra ocasião, ouvimos um colega professor afirmar, em tom irônico, que História Pública seria apenas um modismo. Afinal, perguntava ele, existiria alguma história que não fosse pública?

Desde que ganhou contornos no Brasil, em 2011, com a realização de um curso na Universidade de São Paulo e com a publicação de um livro organizado por Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai¹, a História Pública passou por diferentes etapas. Inicialmente, foi recebida com desconfiança; depois, gradualmente, consolidou-se como campo institucionalizado. Surgiram no país laboratórios dedicados ao assunto, disciplinas específicas, um bacharelado (na UFRGS) e até mesmo um mestrado voltado à área (na UNESPAR). Quase todos os semestres recebemos estudantes de graduação e pós-graduação interessados na temática e em busca de orientação para pesquisas.

Esses movimentos provocaram mudanças na percepção do que seria a História Pública. Se, em um primeiro momento, a História Pública era frequentemente associada à atuação do historiador-consultor,

1 DE ALMEIDA, Juniele Rabêlo; DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

dedicado a serviços históricos fora da sala de aula, ou identificada quase exclusivamente com práticas de História Oral, hoje o termo abrange múltiplas dimensões. Em seu sentido mais estrito, História Pública refere-se a um domínio de pesquisa e de prática de história em diferentes espaços, públicos e privados. Ela envolve diálogo, cooperação e formas de coautoria com pessoas e grupos externos à universidade.² O termo também designa, ao mesmo tempo, uma espécie de formação acadêmica, a partir da qual podemos aprender técnicas, metodologias e conceitos. Em um sentido ainda mais amplo, o termo História Pública tem sido usado como descritivo de um fenômeno social: o da presença múltipla, dinâmica e contínua do passado na vida coletiva.

Este livro nasce do desejo de contribuir ainda mais para o fortalecimento desse campo. A ideia começou a tomar forma há pouco mais de dois anos, a partir de conversas sobre a necessidade de ampliar, dentro da área, as reflexões sobre divulgação científica. Percebíamos que ainda havia pouco espaço para que pessoas diretamente envolvidas com a comunicação pública da História pudessem compartilhar experiências, apresentar projetos, discutir estratégias e detalhar aspectos concretos de seu fazer cotidiano. Assim, este volume também é um convite para que mais divulgadores, pesquisadores e pesquisadoras participem de uma discussão contínua sobre o papel social da História e sobre as formas de diálogo com públicos mais amplos.

Mas este livro é igualmente resultado de uma parceria que se fortaleceu ao longo dos anos. Nós nos conhecemos na Universidade de Brasília, em 2019, quando ambos já atuávamos há bastante tempo

2 A História Pública, nas palavras de Ricardo Santhiago, seria “uma área de estudo e ação com quatro engajamentos fundamentais, passíveis de entrecruzamento: a história feita para o público (que prioriza a ampliação de audiências); a história feita com o público (uma história colaborativa, na qual a ideia de autoridade compartilhada é central); a história feita pelo público (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e história e público (que abarcaria a reflexividade e autoreflexividade do campo)”. In: SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados. Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. MAUAD, Ana Maria; DE ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Ed.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p.28.

na divulgação histórica. A convivência na mesma instituição ampliou nossos horizontes de trabalho. Desenvolvemos uma grande amizade e diversas colaborações profissionais: entrevistas em diferentes veículos, cursos, eventos no Brasil e no exterior, artigos, debates sobre História Pública em conferências e textos escritos em conjunto.

Após tantos projetos, percebemos que faltava um próximo passo: reunir em um livro gratuito parte do que havíamos aprendido - e muitas das perguntas que ainda nos mobilizavam. É desse percurso que nasce este volume, “História em Público”, publicado pelo Selo Calian-dra, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília.³ A obra é disponibilizada gratuitamente para download, reafirmando o compromisso com o acesso amplo ao conhecimento histórico e com a importância da História Pública no cenário acadêmico e social.

HISTÓRIA EM PÚBLICO

O primeiro capítulo de “História em Público” é a tradução para o português do canônico artigo de Robert Kelley, *Public History: Its Origins, Nature, and Prospects*, publicado originalmente, em inglês, em 1978, na primeira edição da revista *The Public Historian*. O texto é um produto híbrido: misto de artigo, editorial e manifesto. Kelley é considerado o “pai da História Pública”, e o seu artigo é marcante para o processo de institucionalização do campo nos Estados Unidos.⁴ A tradução, realizada por nós dois, pela primeira vez de forma oficial e devidamente autorizada pela Universidade da Califórnia, abre esta coletânea por uma razão simples: foi ali que Kelley lançou as bases do que ele entendia ser a história pública. Em um contexto muito particular, a de crise de emprego nos EUA e de incerteza quanto ao futuro da profissão, agravada pelo choque do petróleo e pelo abalo econômico que se seguiu.

3 Agradecemos a Neuma Brilhante, diretora do Instituto de Ciências Humanas, por apoiar o projeto e possibilitar os recursos para que ele se materializasse.

4 KELLEY, Robert. Public history: Its origins, nature, and prospects. **The public historian**, p. 16-28, 1978.

Kelley atribui um duplo sentido à História Pública. De um lado, a atuação do historiador fora da academia, aplicando o “método histórico” na solução de problemas concretos, auxiliando diferentes campos na formulação de políticas, subsidiando a tomada de decisões e contribuindo para solucionar problemas sociais. De outro, um deslocamento de problemática: enquanto o historiador estritamente acadêmico responde às perguntas formuladas pelos pares, o historiador público dedica-se também às questões postas pelo público não profissional. Essa mudança de perspectiva, é claro, tem impactos significativos na maneira como a história é feita e pensada.

O programa que Kelley formulou era filho legítimo de seu tempo. O professor da Universidade da Califórnia encorajava seus estudantes a vislumbrar horizontes profissionais que extrapolavam o campo da docência. Essa visão generosa, e profissionalmente estratégica, rendeu frutos: impulsionou a institucionalização da História Pública nos Estados Unidos mediante a criação de revistas como a *The Public Historian* e associações como a *The National Council on Public History* (NCPH), além de cursos de graduação e pós-graduação, oferecendo novos horizontes de empregabilidade a gerações de estudantes. Importante pontuar que hoje, nos Estados Unidos, muitas agências federais têm historiadores ou escritórios históricos institucionais. É o caso, por exemplo, do *Office of the Historian*, do Departamento de Estado dos Estados Unidos, setor responsável por preservar, pesquisar e divulgar a história da política externa norte-americana e do próprio Departamento de Estado.

Desde aquele artigo, muita coisa mudou. A História Pública transbordou o território norte-americano, sendo feita na América Latina, na Austrália, na Nova Zelândia, em Luxemburgo, no Japão e na Índia. Nesse movimento de internacionalização, ela incorporou dimensões locais, ficou mais aberta à colaboração dos não-historiadores e somou forças com os movimentos sociais. São frequentes as interlocuções com a Teoria da História e o Ensino de História. São comuns as suas experimentações midiáticas e tecnológicas. Os historiadores públicos produzem blogs, cinema, *podcasts*, organizam exposições interativas e performances artísticas. O historiador público pode, hoje, ser consultor,

assessor, comunicador, roteirista ou podcaster — e, sobretudo, alguém disposto a compartilhar sua autoridade com diferentes públicos.

Mas por que, então, traduzir Kelley? Em primeiro lugar, porque ele foi pioneiro: trata-se de um texto fundacional, que precisa estar disponível em português, especialmente para os estudantes de graduação em História. Em segundo lugar, porque o texto não envelheceu mal. Ele ainda ecoa, em muitos aspectos, as preocupações contemporâneas: a atuação do historiador fora da universidade, o uso rigoroso do saber histórico em contextos variados e a busca por relevância social. Os estudantes de História continuam se perguntando: onde mais posso atuar? Que tipo de trabalho posso exercer como historiador em tempos de crise e justamente agora que a profissão foi regulamentada no país?

A História Pública, conforme Kelley imaginara nos anos 1970, segue oferecendo caminhos possíveis. Outra crise, a propósito, parece desafiar nossos colegas nos Estados Unidos. Um artigo publicado em 2016 na revista *Perspectives on History* revelou que, em 2014, os Estados Unidos registraram uma queda dramática de 9,1% no número de formados em História, que passou de 34.360 para 31.233 diplomados – a maior variação anual desde 1992. Essa foi a terceira queda em quatro anos, atingindo todos os tipos de instituições, com destaque para as universidades de ponta, onde o recuo chegou a 13,3%. Enquanto o total de bacharéis no país aumentou 1,6%, a proporção de formados em História encolheu de 2,2% em 2007 para 1,7% em 2014.⁵

O QUE MAIS O LEITOR ENCONTRARÁ

“História em Público” é dividido em três partes. A primeira se chama “As Múltiplas formas”. Além do texto de Kelley, o leitor encontrará um capítulo que procura pensar o cinema como meio formador de narrativas sobre o passado. Em “O Dia D: o papel do cinema na mi-

5 BROOKINS, Julia Akinyi. New Data Show Large Drop in History Bachelor's Degrees. In: **Perspectives on History**. 1º mar. 2016. Disponível em: <https://www.historians.org/perspectives-article/new-data-show-large-drop-in-history-bachelors-degrees-march-2016/>. Acesso em: 31 out. 2025.

tificação do passado”, o historiador Icles Rodrigues, criador do podcast “História FM”, explica como filmes sobre o desembarque das tropas aliadas na Normandia, em 1944, durante a Segunda Guerra Mundial, forjaram uma certa “consciência histórica” no que diz respeito à libertação da Europa e à vitória Aliada. Segundo Rodrigues, esse passado, muito popular e de origem norte-americana, tem funcionado como “bússola moral” para a construção de memória com pretensões globais.

A seção “Múltiplas formas” finaliza com roupa de gala: um capítulo que examina como a prática da costura tem a ver com História Pública. Em “Linhas de conhecimento: a costura como ferramenta de História Pública”, as historiadoras Tupá Guerra e Pauline Kisner exploram o potencial epistemológico da “recriação histórica têxtil” — a reprodução experimental de tecidos, técnicas e vestimentas do passado — como forma de compreender relações entre materialidade, corpo e conhecimento histórico. Inspiradas em debates sobre a “virada material” e a “epistemologia da mão”, elas mostram como a costura, ao articular teoria e prática, desafia a primazia do texto escrito e cria pontes sensoriais entre o público e o passado. O capítulo demonstra que linhas e agulhas podem ser instrumentos de crítica historiográfica (ou costura historiográfica?), capazes de tensionar narrativas consolidadas e reivindicar novas formas de autoridade na produção do saber histórico.

A segunda parte do livro se chama “Popularizar a História”. Trata-se aqui de aprender com quem estuda ou trabalha com divulgação científica ou outras formas de popularização da história. Esta parte do livro abre com “Passou na televisão: a história no telejornalismo brasileiro”, de Wellington Amarante. No texto, o professor da Universidade Federal de Uberlândia explica como a televisão se tornou um espaço central para a circulação do conhecimento histórico.

A partir da análise de mais de 300 reportagens e entrevistas exibidas pela Rede Globo e suas afiliadas entre 2012 e 2022, o autor identifica cinco grandes categorias de divulgação histórica — das explicações de efemérides às análises de conjuntura —, revelando como historiadoras e historiadores vêm ocupando o telejornalismo como intelectuais mediadores. O texto evidencia tanto as potencialidades quanto os limites

dessa presença, revelando como o telejornal constrói sentidos sobre o passado e o presente e, ao mesmo tempo, oferecendo à profissão histórica um espaço privilegiado de interlocução com o grande público. Não conhecemos nenhum levantamento desta natureza na historiografia, o que torna o capítulo de Amarante ainda mais valioso.

Em “O papel do podcast na divulgação de História”, Vitor Silva Soares e Victor Alexandre Lopes de Oliveira, do conhecido podcast “História em Meia Hora”, discutem o podcast como ferramenta estratégica de História Pública em meio à disputa por atenção nas plataformas digitais e à desvalorização do ensino de História. Partindo do dever de comunicar, os autores defendem a presença ativa de historiadores “à frente do microfone”. Na luta contra a desinformação, os autores mapeiam dilemas práticos: algoritmos, escolha de temas, transparência de fontes, checagem de fatos e o equilíbrio fino entre educação e entretenimento. O estudo de caso do “História em Meia Hora” – podcast TOP 3 na categoria “história” do Spotify Brasil – mostra a profissionalização do formato, examina a questão do financiamento recorrente, os padrões de roteiro e as técnicas de retenção da audiência. O capítulo encerra com uma provocação bastante instigante: estamos, de fato, fazendo História Pública?

Já em “O ‘Provocação Histórica’: provocando historiadores num estúdio de TV”, o historiador Lindener Pareto, que é apresentador do programa que dá nome ao capítulo, narra a gênese e a consolidação de um projeto de divulgação histórica que nasceu das urgências da pandemia, em 2020, e se profissionalizou no canal do Instituto Conhecimento Liberta (ICL), fundado pelo empresário e ex-banqueiro Eduardo Moreira. Partindo originalmente das *lives* e do ensino remoto, o programa evoluiu para um formato semanal de entrevistas, levando ao estúdio, em São Paulo, grandes nomes das humanidades para conversas profundas em meio ao ruído das *hard news*.

O capítulo de Pareto revela bastidores, impasses e estratégias: disputar atenção em plataformas regidas por algoritmos sem renunciar ao rigor, linguagem precisa e crítica ao “espetáculo”, ao mesmo tempo em que integra curadoria de cursos, eventos e uma pós-graduação. Ao

revisitar mais de duzentas entrevistas, Pareto mostra como a mediação histórica pode democratizar o debate público e cultivar um espaço de conversa exigente para leigos e doutos, seguindo os célebres ensinamentos de Marc Bloch.

Finalmente, chegamos à terceira parte do livro, “Entrevistas”, que traz duas convidadas e um convidado. A primeira convidada é Clarissa Melo, editora de não ficção do selo Crítica, da Editora Planeta. Na conversa, Melo nos conta como é liderar um selo editorial de grande porte e com vocação para livros de história. Como é a rotina de uma editora? Como funciona o meio editorial no Brasil e o que geralmente faz com que um livro de história se torne um *best seller*? Essas são algumas questões que apareceram nesta entrevista, e cujas respostas nos ajudam a pensar os pontos de contato entre a história do livro, editoração e história pública. “O editor é, sobretudo, um leitor profissional – não só de textos literários, mas do mundo”, diz nossa entrevistada.

A segunda entrevistada é Roberta Cerqueira, também editora, mas de um tipo diferente. Cerqueira é diretora-executiva do periódico científico “História, Ciências, Saúde-Manguinhos (HCSM), da Fiocruz. A “Manguinhos”, como é carinhosamente conhecida, é uma das mais importantes publicações historiográficas do Brasil e da América Latina, com nota A1 (alto estrato), segundo a atual classificação da CAPES. Mas o que uma editora de uma revista acadêmica faz num livro de História Pública? Fácil: a Manguinhos, em grande parte por insistência de Cerqueira, entendeu que as fronteiras entre divulgação científica e comunicação científica são porosas - fronteiras são áreas de contato e criação. Nos últimos anos, a equipe da Manguinhos tem partido dos seus artigos para produzir uma comunicação voltada para os não-especialistas, e com sucesso. “A divulgação de periódicos científicos tem um duplo desafio: promover a revista para o público de especialistas e fazer a divulgação científica a outros grupos que possam se interessar por conteúdos históricos”, diz Cerqueira.

Por fim, temos um convidado internacional: Gary Berton, presidente da *Thomas Paine Historical Association* (TPHA), sediada em New Rochelle e presente nos Estados Unidos e Reino Unido. Essa associa-

ção existe desde 1884 com o objetivo de discutir e difundir as ideias de Thomas Paine (1737–1809), escritor, panfletário e pensador político anglo-americano, figura central tanto na Revolução Americana quanto na Revolução Francesa. O grupo organiza eventos, conferências, palestras e treinamentos, alcançando tanto membros da comunidade quanto estudantes do ensino médio. A associação, ao mesmo tempo que atua globalmente nos meios acadêmicos – em 2026, por ocasião dos 250 anos da Independência dos Estados Unidos, eles publicarão, por Yale, as novas obras completas de Thomas Paine – também tem um forte papel na construção da identidade da pequena comunidade de New Rochelle. Pense em dezenas de pessoas, de diferentes idades, formações e orientações político-ideológicas, que deixam suas casas de tempos em tempos para falar sobre história no salão de uma distinta organização histórica. Pois bem, a TPHA conseguiu fazer isso, mostrando como a ideia associativa continua sendo, a despeito das novas mídias, um excelente meio de conectar público e passado.

HISTÓRIA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Se neste livro nossa ênfase recai na dimensão da comunicação pública da história, isso se deve ao fato de ser justamente aí que se concentra nossa experiência acumulada. Além de atuarmos como professores universitários, orientadores e autores de artigos científicos, coordenamos projetos que buscam aproximar pesquisa histórica de excelência de públicos amplos. É o caso do portal Café História, no ar desde 2008 e desenvolvido por mim, Bruno, e do podcast História Pirata, criado em 2020 por mim, Daniel, em parceria com Rafael Santesso Verdasca.

Em 2005, o jornalista Zuenir Ventura publicou um livro de memórias intitulado “Minha história dos outros”, no qual conta os episódios que viveu e os personagens que conheceu em seus 50 anos de carreira.⁶ A ideia evocada pelo título do livro de Ventura é bastante apropriada para designar também o que ambos fazemos em nossos projetos:

6 VENTURA, Zuenir. **Minha história dos outros**. São Paulo: Planeta, 2005.

nós contamos histórias dos outros. São os nossos convidados que, na qualidade de entrevistados ou de autores, falam sobre suas pesquisas e experiências. São eles os protagonistas. Fazemos isso, dessa forma, não só porque acreditamos na oxigenação do formato, mas porque isso nos permite ampliar o exercício coordenado de divulgação em nossa área.

Tanto o Café História quanto o História Pirata — distintos em formato, mas próximos em propósito — nasceram da convicção de que o trabalho do historiador não se esgota nos limites do campus universitário. Partimos da ideia de que o historiador pode, e deve, dialogar com um público que, mesmo sem formação específica, ama história, busca compreender o passado e se interessa pelo debate histórico. E há, de fato, muita gente que gosta de história independente de sua área de formação. São advogados, médicos, engenheiros, motoristas de aplicativo, cozinheiros, biólogos. Pessoas de diferentes origens, idades, rotinas e níveis de conhecimento histórico que, nos intervalos possíveis de suas vidas pessoais e profissionais, encontram algum tempo para ler, ouvir ou assistir conteúdos históricos. Fazem isso por entretenimento e curiosidade, ou porque desejam compreender melhor uma notícia, um acontecimento ou uma polêmica do momento, seja nos jornais, seja nas redes sociais. Jerome De Groot, refletindo sobre o contexto britânico – espaço, diga-se de passagem, onde os podcasts de história figuram entre os mais escutados entre o público geral⁷ – observa:

A Grã-Bretanha é uma sociedade fascinada por ler, reler, tramar e conspirar continuamente diferentes versões e diferentes cronologias. Melhorias tecnológicas, mudanças de financiamento, revoluções institucionais e intervenções políticas influenciaram a venda, a embalagem e a apresentação do passado ao longo das duas últimas décadas⁸.

7 THE ECONOMIST. Why history podcasts are booming now. **The Economist**, 6 ago. 2024. Disponível em: <https://www.economist.com/culture/2024/08/06/why-history-podcasts-are-booming-now>. Acesso em: 22/11/2025.

8 DE GROOT, Jerome. **Consuming history: Historians and heritage in contemporary popular culture**. Routledge, 2009. p.2.

O ofício do historiador é, quase sempre, marcadamente solitário: longas horas em arquivos, leituras especializadas e textos densos, repletos de referências. Nossos temas, por vezes extremamente específicos, podem até nos levar a pensar que ninguém fora de nossos gabinetes teria interesse por eles. No entanto, muitas vezes, o que cria distância entre a pesquisa histórica e o público não especializado não é necessariamente o recorte do estudo, mas a linguagem, os procedimentos e as estratégias de comunicação que adotamos. Para reduzir essa distância e alcançar aqueles que podem querer nos ouvir, é preciso organizar uma verdadeira operação divulgadora, que pode assumir diferentes formatos, técnicas e modelos. Entre as diversas possibilidades de comunicação pública da ciência, a divulgação científica tem sido, há muitos anos, o modelo que escolhemos e desenvolvemos em nossa prática.

A divulgação científica – no século XIX, conhecida como “vulgarização científica” – ocorre quando se estabelece um vínculo de comunicação social entre a pesquisa científica e a sociedade. Esse vínculo pode ser estabelecido pelo próprio pesquisador – veja os casos do americano Carl Sagan e do brasileiro Átila Iamarino – ou por mediadores, caso dos jornalistas. É possível fazer divulgação científica para crianças e para adultos, com jornais, livros e programas de rádio, e também por meio de intervenções artísticas, documentários e blogs.

Talvez o leitor estranhe dois historiadores falando de divulgação científica. O motivo tem a ver, provavelmente, com o fato de a história – e as humanidades, em geral – não ter um lugar de destaque na divulgação científica. Afinal, quando falamos ou ouvimos falar em divulgação científica, nossa associação é, por norma, automática com as ciências da vida ou da natureza, isto é, a biologia, a física ou a astronomia – para muitos, as “verdadeiras ciências”. Essa problematização foi discutida no livro “História Pública e divulgação de história”, organizado por mim, Bruno, e por Ana Paula Tavares, e lançado em 2019, pela Editora Letra e Voz. Fatores como a institucionalização da história no século XIX, o modelo restritivo de ciência no espaço público e o enquadramento da história como ciência estão entre alguns fatores que devem

ser levados em consideração no exame dessa questão, que ainda não recebeu a devida atenção.⁹

Angela Cassidy tem sido uma das vozes mais importantes nesse debate ainda incipiente. Para a pesquisadora, a presença pouco marcante das ciências humanas nos meios de divulgação científica teria relação com aquilo que os cientistas sociais investigam: pessoas, sociedades, políticas públicas, relacionamentos, comportamentos, ciclos econômicos, tradições, enfim, coisas que fazem parte da vida ordinária humana. Isso contribuiria, segundo Cassidy, para uma sobreposição entre pesquisadores e seus públicos. “Diferente das ciências naturais, onde a expertise é algo que pertence basicamente a pesquisadores e especialistas, a dos cientistas sociais frequentemente envolve experiências cotidianas e o conhecimento do senso comum, afetando a maneira como essa expertise é valorizada.”¹⁰ Em outras palavras, o conhecimento do cientista social não seria algo lá muito diferente da opinião das pessoas, ou de suas experiências pessoais.

A imprensa também teria parte nessa hierarquização entre os saberes. A autora destaca uma pesquisa realizada por William Evans que revelou como “jornalistas norte-americanos faziam fortes demarcações entre ciências naturais e ciências sociais, entre ciências da natureza e senso comum, mas não entre ciências sociais e senso comum”. Conclusões muito semelhantes foram feitas pelos psicólogos R. S. McCall e S. H. Stocking, em princípios dos anos 1980: “Todo mundo, incluindo jornalistas e editores, se imagina um pouco psicólogo, mas não astrofísico. Os resultados da psicologia, mas não da física, devem, portanto, enquadrar-se como experiências para serem confiáveis”.¹¹

9 CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. **História pública e divulgação de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

10 CASSIDY, Angela. Communicating the social sciences. In: BUCCHI, Massimiliano; TRENCH, Brian. **Routledge handbook of public communication of science and technology**. Routledge, 2008. p.232.

11 Apud CASSIDY, Ibidem, p. 232.

Os apontamentos de Cassidy permitem explicar, ao menos em parte, porque as humanidades costumam ocupar tão pouco espaço nas editorias de ciência de jornais e revistas. Além disso, eles contribuem para entender por que a autoridade do historiador e de outros cientistas sociais parece hoje mais vulnerável a críticas e ataques do que a de pesquisadores das ciências naturais: vivemos uma era marcada pelas redes sociais em que qualquer pessoa pode potencialmente produzir falas de alcance, mesmo sem que seja preciso grande recursos. O acesso quase irrestrito a recursos de produção e publicação de conteúdo por não especialistas parece, de algum modo, conferir-lhes a sensação de que podem emitir discursos com o mesmo peso e a mesma legitimidade que aqueles produzidos por cientistas sociais.

Estaríamos, então, defendendo os pesquisadores como deuses e reivindicando um Olimpo no qual exerceriam um papel de tutela ou controle sobre os demais saberes? De forma alguma. Reconhecemos a legitimidade da experiência leiga, do conhecimento situado e das formas não acadêmicas de produção de sentido; valorizamos, inclusive, a colaboração entre diferentes repertórios cognitivos como condição para uma ciência socialmente relevante.

No entanto — e este é um ponto decisivo — reconhecer a pluralidade dos saberes não implica dissolver todas as distinções entre eles. A trajetória científica envolve formação sistemática, métodos compartilhados, avaliação por pares, investimento público continuado e anos de trabalho intelectual orientado por critérios de consistência e responsabilidade coletiva. Por essa razão, o conhecimento produzido no âmbito da ciência não pode ser tratado como trivial, intercambiável ou simplesmente equivalente a qualquer outra forma de saber.

Defender a divulgação científica, portanto, não é sustentar uma hierarquia moral entre sujeitos, mas afirmar uma diferença epistemológica entre modos de produção do conhecimento — diferença que precisa ser reconhecida justamente para que o diálogo entre ciência e sociedade não se converta nem relativismo indistinto, nem em autoridade infundada. O que o negacionista mais deseja, vale lembrar, é isso.

A desconfiança de parte do público quanto ao trabalho de historiadores e cientistas sociais tem sido tão grande nos últimos anos, encorajada em boa medida por grupos conservadores com interesses políticos, que o presidente da Sociedade Alemã de Amparo à Pesquisa, Peter Strohschneider precisou vir a público, certa vez, para afirmar que as humanidades são de extrema importância tanto para a sociedade quanto para a economia: “As ciências humanas têm um papel fundamental no desenvolvimento de uma sociedade moderna. É impossível pensar no desenvolvimento de uma sociedade sem as Ciências Humanas. Digo isso de forma muito categórica”, disse a Deutsche Welle.¹²

Para nós, a divulgação científica oferece um modelo poderoso para a popularização dos saberes históricos. Ela reúne uma longa experiência da qual podemos nos apropriar — sempre com as devidas críticas e adaptações — para qualificar a comunicação pública da história. Os divulgadores científicos já acumularam ampla experiência com diferentes linguagens e construíram uma literatura especializada robusta, marcada por conceitos, teorias e modelos comunicacionais sofisticados. Acreditamos que esse repertório pode e deve ser incorporado ao campo da história, de modo a fomentar uma divulgação científica em história capaz de fortalecer, de forma democrática e plural, os vínculos entre historiadores e não historiadores.

Importa insistir: não entendemos divulgação científica como simplificação, redução ou perda. Também não a confundimos com alguma forma de tradução. A operação divulgadora é outra: trata-se de criação, curadoria e mediação, tal como formulado por Patrícia Hansen e Angela de Castro Gomes por meio do conceito de “intelectual mediador”.

¹³ O divulgador é alguém que seleciona, organiza, edita, experimenta

12 DEUTSCHE WELLE BRASIL. “Não se faz uma sociedade moderna sem Ciências Humanas”. **Deutsche Welle Brasil**, 3 maio 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/n%C3%A3o-se-faz-uma-sociedade-moderna-sem-ci%C3%A4ncias-humanas/a-48585103>. Acesso em: 20 jun. 2020.

13 CASTRO GOMES, Angela de; HANSEN, Patrícia Santos. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Editora José Olympio, 2016.

linguagens, define pautas, cria narrativas e produz sentidos. É trabalho de adequação, sem sombra de dúvidas, mas que envolve sempre a elaboração de um produto original e criativo.

Nossos alunos identificam frequentemente os produtos de divulgação científica como “textos não acadêmicos”. Quando isso ocorre, insistimos que essa oposição é enganosa. Acreditamos que o “texto acadêmico” é um gênero com subgêneros, cuja forma depende das circunstâncias e dos públicos. Um artigo científico, uma conferência, um capítulo, um relatório, uma resenha e um *post* de blog podem ser textos acadêmicos. Dizer que produtos de divulgação não são acadêmicos é supor uma divisão rígida entre pesquisa, ensino e difusão – divisão que não existe (ou não deveria existir) na vida do historiador. O que define o caráter acadêmico não é o público, mas a adesão ao rigor e ao método.

Mas que divulgação científica desejamos? Durante décadas, prevaleceu na área o chamado “modelo do déficit cognitivo”, segundo o qual a comunicação seguia uma fluxo unidirecional: o especialista transmitia conhecimentos a um público presumidamente ignorante. Esse modelo, dominante até os anos 1990, foi sistematicamente criticado e hoje é em grande parte rejeitado. Em seu lugar, os divulgadores passaram a adotar modelos contextuais e dialógicos, que levam em conta as experiências, os saberes prévios, as demandas políticas e os contextos sociais dos diferentes públicos. Assim, a comunicação pública da ciência passa a ser não apenas um dispositivo de informação, mas um mecanismo de fortalecimento democrático, ao reconhecer valores, contextos e interpretações diferentes.¹⁴

Essas discussões ocupam hoje um lugar central no campo da História Pública. No caso específico do conhecimento histórico, historiadores têm mobilizado, em obras recentes, conceitos como “consciência histórica” e “pensar historicamente” para aprofundar o debate sobre a

14 NASCIMENTO FIRME, Ruth do; NASCIMENTO SILVA, Priscila do. Divulgação científica: analisando modelos de comunicação da ciência e tecnologia e implicações para o letramento científico e tecnológico. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, v. 13, n. 24, p. 19-36, 2016.

relação entre história e público. Em *Key Terms of Public History*, Gunderman et al. observam que autores como Jörn Rüsen, Hans-Jürgen Pandel e Bodo von Borries defendem que a consciência histórica constitui uma estrutura mental dinâmica que articula passado, presente e futuro, orientando as pessoas em sua vida cotidiana. Mas essa consciência não se limita ao acúmulo de fatos, datas ou nomes de personagens: envolve a produção de significados, o estabelecimento de relações temporais e a construção narrativas capazes de iluminar processos de mudança social, desigualdades e identidades.¹⁵

De acordo com os autores, esse tipo de abordagem enfatiza que a consciência histórica não nasce apenas na escola, mas em múltiplos ambientes culturais: museus, filmes, jogos, redes sociais, exposições, práticas genealógicas e conversas familiares. O que Pandel chama de “formas de consciência” – temporal, política, moral, identitária – é continuamente alimentada por representações sociais do passado. O sujeito aprende história tanto ao ler uma fonte quanto ao assistir a uma série, visitar uma exposição ou interagir com memes históricos na internet. Por isso, a didática contemporânea insiste na necessidade de modelos capazes de estimular um pensamento histórico reflexivo e crítico, apto a lidar com a proliferação atual de narrativas históricas simplificadas, emocionalizadas ou distorcidas. Assim, o exercício de pensar historicamente torna-se um processo ativo, crítico e profundamente ligado à experiência cotidiana.

Formas individuais de engajamento, potencialmente estimuladas por práticas pedagógicas ou acadêmicas, levam a novos insights e ao desenvolvimento de ideias e atitudes modificadas em relação ao passado, que oferecem maior orientação diante do presente. Isso torna os métodos da história acadêmica potencialmente utilizáveis por indivíduos que buscam autonomia.¹⁶

15 GUNDERMANN, Christine et al. **Key Terms of Public History**. De Gruyter, 2025.

16 Ibidem, p.168.

Os desafios, contudo, ainda são grandes. As práticas de divulgação científica seguem pouco reconhecidas no campo acadêmico. Raramente são valorizadas – quando o são – por agências de fomento, editais, comissões de concurso ou instâncias de progressão. Embora a divulgação científica tenha ganhado prestígio diante das *fake news* e dos negacionismos, o reconhecimento institucional permanece limitado. Esse fenômeno é conhecido como *Sagan Effect*: o preconceito e a desvalorização do divulgador científico ocorre, em muitos casos, entre seus próprios pares, que o veem como simplificador, exibicionista ou produtor de conhecimento “menor” – um mero “blogueiro” ou “youtuber”, como escutam frequentemente, de forma pejorativa, nos meios acadêmicos. Quanto maior for a visibilidade do divulgador, maior tende a ser o estigma. O nome do efeito vem de Carl Sagan, que, apesar de sua contribuição também como pesquisador em seu próprio campo, enfrentou resistências profundas no meio acadêmico.¹⁷

A aproximação entre história pública e divulgação científica, tal como propomos nesta introdução, parte da compreensão de que a circulação social do conhecimento histórico não pode ser pensada apenas como uma etapa posterior à pesquisa, mas como dimensão constitutiva de sua própria produção. Como sugerem Hansen e Gomes ao destacar o papel do “intelectual mediador”, comunicar é também interpretar, selecionar, construir problemas e intervir no debate público.

A literatura da divulgação científica, especialmente após o deslocamento teórico apontado por John Durant em direção ao *public engagement*,¹⁸ evidencia que as práticas de mediação exigem modos de escuta, reconhecimento de contextos e elaboração de narrativas que integrem – e não subordinem – os saberes especializados. É nesse sentido que as experiências reunidas neste livro devem ser lidas: como expressões de

17 MARTINEZ-CONDE, Susana. Has contemporary academia outgrown the Carl Sagan effect? *Journal of Neuroscience*, v. 36, n. 7, p. 2077-2082, 2016.

18 THOMAS, Geoffrey; DURANT, John. Why should we promote the public understanding of science? In: SHORTLAND, Michael (ed.). *Scientific Literacy Papers*. Oxford: Rewley House, 1987. p. 1-14.

um campo em consolidação, no qual diversos historiadores e historiadoras, dialogando com a divulgação científica, elaboram formas próprias de engajamento público, experimentam linguagens e formulam estratégias comunicacionais que ampliam o alcance da história e reafirmam sua relevância democrática. Longe de ser um exercício acessório, tais iniciativas constituem parte essencial do trabalho historiográfico contemporâneo na medida em que afirmam, no espaço público, a legitimidade, a complexidade e a responsabilidade social do conhecimento histórico.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. **História pública e divulgação de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

CASSIDY, Angela. Communicating the social sciences. In: BUCCHI, Massimiano; TRENCH, Brian. **Routledge handbook of public communication of science and technology**. Routledge, 2008.

CASTRO GOMES, Angela de; HANSEN, Patrícia Santos. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Editora José Olympio, 2016.

DE GROOT, Jerome. **Consuming history: Historians and heritage in contemporary popular culture**. Routledge, 2009.

COVART, Liz. **O Podcast de História nos Estados Unidos: um panorama do campo**. Recife: Clio, 2025. Tradução: Daniel Gomes de Carvalho.

DEUTSCHE WELLE BRASIL. “Não se faz uma sociedade moderna sem Ciências Humanas”. **Deutsche Welle Brasil**, 3 maio 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/n%C3%A3o-se-faz-uma-sociedade-moderna-sem-ci%C3%A2ncias-humanas/a-48585103>. Acesso em: 20 jun. 2020.

GUNDERMANN, Christine et al. **Key Terms of Public History**. De Gruyter, 2025.

MARTINEZ-CONDE, Susana. Has contemporary academia outgrown the Carl Sagan effect? **Journal of Neuroscience**, v. 36, n. 7, p. 2077-2082, 2016.

NASCIMENTO FIRME, Ruth do; NASCIMENTO SILVA, Priscila do. Divulgação científica: analisando modelos de comunicação da ciência e tecnologia e implicações para o letramento científico e tecnológico. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, v. 13, n. 24, p. 19-36, 2016.

THE ECONOMIST. **Why history podcasts are booming now**. *The Economist*, 6 ago. 2024. Disponível em: <https://www.economist.com/culture/2024/08/06/why-history-podcasts-are-booming-now>. Acesso em: 22/11/2025.

THOMAS, Geoffrey; DURANT, John. Why should we promote the public understanding of science? In: SHORTLAND, Michael (ed.). **Scientific Literacy Papers**. Oxford: Rewley House, 1987. p. 1-14.

VENTURA, Zuenir. **Minha história dos outros**. São Paulo: Planeta, 2005.

OS AUTORES

Bruno Leal Pastor de Carvalho é doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB). Faz parte da Rede Brasileira de História Pública (RBHP) e da Federação Internacional de História Pública (IFPH). É fundador do portal de divulgação científica Café História e autor de vários artigos e livros na área, como “História Pública e divulgação de história”, publicado em 2019 pela editora Letra e Voz.

Daniel Gomes de Carvalho é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), onde hoje é professor de História Moderna. É também *Visiting e Affiliated Scholar* (2025-2026) na *George Washington University* (GWU) e *Fellow* (2025-2026) na *American Philosophical Society* (APS). Foi professor de História Moderna e Contemporânea na Uni-

versidade de Brasília (UnB) entre 2019 e 2023. Atua também há muitos anos como divulgador científico, sendo um dos criadores do podcast “História Pirata” ao lado de Rafael Santesso Verdasca.

COMO CITAR ESTE CAPÍTULO

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de Carvalho; CARVALHO, Daniel Gomes de. Do que é feita a História Pública? In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de Carvalho; CARVALHO, Daniel Gomes de (Org.). **História em público**. As origens da história pública e o que os historiadores estão fazendo com ela hoje. Brasília: Caliandra, 2026

_parte 1 as múltiplas formas

HISTÓRIA PÚBLICA: ORIGENS, NATUREZA E PERSPECTIVAS

Robert Kelley

Bruno Leal Pastor de Carvalho & Daniel Gomes de Carvalho (Trad.)

EM SEU SENTIDO mais elementar, História Pública refere-se à atuação de historiadores e ao emprego do método histórico fora da academia: no governo, nas empresas privadas, nos meios de comunicação, em sociedades históricas, museus e até mesmo em consultórios e escritórios.¹⁹ Historiadores públicos estão em ação sempre que, como profissionais, eles fazem parte do debate público. Uma questão precisa ser resolvida; uma diretriz deve ser elaborada; o emprego de um recurso ou de uma atividade precisa ser melhor planejado – e um historiador é convocado para considerar a dimensão do tempo: isso é História Pública.

A PERSPECTIVA DO HISTORIADOR

O historiador tem uma maneira especial de encarar os assuntos humanos e uma maneira particular de explicá-los. Ele ou ela fazem instintivamente a pergunta: como isso evoluiu ao longo do tempo até chegar ao seu arranjo atual? Essa forma de pensar está no seu sangue; isto é, assume-se que não compreendemos algo até descobrirmos as suas origens, o seu subsequente desenvolvimento e os seus antecedentes causais. Cada disciplina acadêmica, na verdade, consiste em um grupo de pessoas que olham o mundo de maneira diferente e compartilham uma certa sensibilidade. Vivemos no mesmo mundo, mas olhar para a forma como os estudiosos de diferentes disciplinas o traduzem em seus

19 N.T. O autor usa o termo *private practice*, que nos EUA costuma ser usado para se referir a ambientes da área de saúde, como consultórios e clínicas, e da justiça, como escritórios de advocacia. Também pode ser usado como sinônimo de setor privado de uma forma geral.

textos nos faz lembrar como as nossas mentes filtram de forma diversa aquilo que percebemos e sobre o qual refletimos. Essas distinções são, talvez, mais visíveis na pintura. Na tela de um pintor, um povoado grego terá o aspecto de uma série de quadras compostas por cores primárias. Mas um artista que é sensível principalmente à forma e aos delineados pintará a mesma cena como uma interligação estrutural de planos e figuras geométricas. Em um grupo de cientistas sociais que procuram explicar a guerra do Vietnã, o cientista político discorrerá sobre o processo de tomada de decisão; o sociólogo, por sua vez, enxergará a dinâmica das elites militares e o racismo WASP²⁰ como fatores significativos; o economista apontará, em vez disso, para a procura de recursos e mercados. Dentro das suas próprias premissas, cada visão é válida; cada uma nos ajuda a caminhar em direção a uma compreensão geral do fenômeno estudado.

Tendo em vista que o modo histórico de pensar, em termos profissionais, restringiu-se quase que exclusivamente à comunidade acadêmica, na qual tem sido utilizado para se pensar sobre assuntos muito distantes no tempo, a história acabou sendo posicionada ao lado das artes e das humanidades em geral. Ou seja, entende-se que a história diz respeito a coisas interessantes, essenciais ao espírito humano, mas que não têm utilidade imediata. A mente refinada deve ter conhecimento da história; esse é um truísmo aceito. A conexão entre a história e o mundo real, contudo, seria limitada apenas a alguns campos sofisticados, como a política externa ou a conduta do governo na Casa Branca.

O VALOR PRÁTICO DA HISTÓRIA

Esse é o equívoco fundamental que deve ser deixado de lado. O método histórico de análise não é relevante apenas para o destino das

20 N.T. WASP é o termo com conotação racista que costuma ser utilizado nos Estados Unidos para designar os brancos “típicos” do país, isso é, anglo-saxões e protestantes (*White, anglo-saxon, protestant*). Dentro desta lógica, imigrantes católicos, como os italianos, assim como os judeus, não seriam considerados brancos na mesma medida – ou ao menos seriam “menos brancos”.

nações ou para questões de guerra e paz. Ele é essencial em todo tipo de situação prática e urgente. Um júri solicitado a deliberar sobre uma disputa acerca do alinhamento de um sistema de diques de controle de enchentes permanece com dúvidas e não convencido quando informado somente por números em gráficos e pela engenharia teórica. Quando são auxiliados a enxergar o sistema como o resultado final de decisões cumulativas de muitas gerações, inundação após inundação, elaboradas tanto por tentativa e erro quanto pela experiência real quanto à luz dos princípios de engenharia, as incertezas do júri desaparecem e o julgamento correto torna-se claro. Uma câmara municipal que concebe seus assuntos comunitários como um problema para engenheiros de segurança, uma vez que os edifícios são antigos, ou para a polícia, uma vez que os bêbados devem ser retirados regularmente, ou ainda para os fiscais, uma vez que as suas receitas estão diminuindo, pensa em termos de escavadeiras e bolas de demolição. Mas, quando levada a ver a própria vizinhança em termos de suas raízes no tempo e com um caráter histórico que, se preservado ou restaurado, enriquecerá o sentido da cidade, essa mesma câmara municipal mudará o seu planejamento e começará a pensar em uma “cidade histórica”²¹, em termos de manutenções de fachadas e de projetos de revitalização.

Uma assembleia legislativa decidida a reformar um sistema de serviço público prosseguirá com confiança e com grandes inovações em mente até descobrir, por um estudo histórico, que, em tempos anteriores, perdidos na memória, essas inovações já foram testadas e consideradas insuficientes. Uma empresa que cresce rapidamente e é cada vez mais composta por novos executivos precisa de um historiador para explicar a origem e o propósito de suas atuais diretrizes. Uma vez que hoje os empresários devem estar muito atentos ao seu próprio ambiente social, eles irão precisar de historiadores nos gabinetes de relações públicas para explicar por que razão a Geórgia é como é, ou como os californianos responderam a determinadas questões no passado e pro-

21 N.T. O termo *old town* seria algo semelhante ao que entendemos, no Brasil, como “centro histórico”.

vavelmente o farão no futuro. Uma cidade que está à beira de um litígio com um distrito de irrigação²² devido às disputas relativas à água deve colocar uma questão essencialmente histórica, e não legal: como é que os seus direitos sobre a água se originaram e evoluíram? Nesses exemplos reside outra definição de História Pública. Ao diferenciar o tipo de história ao qual estamos habituados e a História Pública, a questão mais importante é a seguinte: quem propõe a questão a respeito da qual o historiador está buscando fornecer uma resposta? Na história feita nas universidades, atendemos à necessidade generalizada da humanidade de compreender o seu passado e de difundir essa compreensão, por meio da educação formal, para diferentes gerações. Os investigadores, estimulados por seus interesses intelectuais particulares e por sua própria concepção a respeito de onde os conhecimentos dos historiadores sobre o passado são incompletos ou imprecisos, dão prosseguimento a linhas de investigação concebidas individualmente por eles próprios. As agências financiadoras podem conceder ou reter recursos de apoio ao projeto, mas a escolha inicial do tema cabe ao pesquisador.

Na História Pública, o historiador responde a questões propostas por outras pessoas. Ele ou ela atua como consultor, profissional ou membro da equipe. Há momentos em que os interesses intelectuais de um historiador acadêmico e as necessidades do público fluem naturalmente juntos. Em tais situações, o historiador é chamado a fornecer informações a partir de uma especialidade já adquirida. O Congresso, por exemplo, renova seu interesse no planejamento nacional e convoca um historiador especialista na história desse processo para as audiências da sua comissão. Ou, confrontado subitamente com a perspectiva de iniciar os procedimentos de um *impeachment*, forma-se um grupo consultivo de historiadores e pede-lhes que expliquem o processo. O Departamento de Defesa inicia um longo estudo de políticas básicas e traz como consultores os historiadores acadêmicos que se tornaram autoridades na área. Aflora a consciência ambiental e os historiadores são

22 N.T. Nos Estados Unidos, um distrito de irrigação consiste em um distrito criado especialmente para desenvolver grandes projetos de irrigação.

contratados para aconselhar e servir como testemunhas especializadas em casos de litígio. John Hope Franklin descreveu-nos recentemente a forma como os advogados formaram uma equipe com historiadores especialistas na história das relações raciais durante a apresentação de depoimentos que antecederam a decisão *Brown vs. Conselho de Educação da Suprema Corte*, em 1954.²³

Quando os historiadores acadêmicos atuam dessa forma, eles exercem o papel de historiadores públicos. No entanto, não veremos historiadores atuando no espaço público como protagonistas – em centenas, e eventualmente em milhares de lugares localizados não apenas em Washington, mas espalhados em toda a sociedade americana – até que suas potencialidades sejam amplamente reconhecidas e até que estejam empregados permanentemente como historiadores públicos, e não simplesmente como historiadores acadêmicos realizando uma tarefa ocasional no meio público.

NOVAS DIREÇÕES

Na primavera de 1975, meu colega G. Wesley Johnson e eu estávamos sentados em meu escritório conversando sobre todos esses assuntos e explorando a seguinte questão: como essa mudança decisiva poderia ser feita? Concluímos que a melhor forma seria começar a treinar pequenos grupos de estudantes de pós-graduação em habilidades de história pública, imbuindo-os com a ideia de uma carreira *pública* em vez de uma carreira *acadêmica*, e enviando-os, um por um, para demonstrar o seu valor por meio do seu trabalho. Tudo tem um pequeno começo, e foi assim quando outras áreas do conhecimento aprenderam a como contribuir para assuntos públicos. Os economistas tiveram que demonstrar a sua utilidade antes de serem levados a sério, e o mesmo teria de ser verdade, acreditávamos, com os historiadores.

23 Ver “The Historian and Public History Policy”, trabalho apresentado pela primeira vez como *Nora and Edward Reyrson Lecture* no *Center for Policy Study* da Universidade de Chicago em 1974, na revista *The History Teacher*, 11 (Maio, 1978), 380-383.

Não seríamos capazes de convencer todos os Estados Unidos, em massa, a contratar historiadores, mas poderíamos ser capazes de persuadir alguns gabinetes governamentais ou algumas empresas a fazê-lo – e assim por diante. Se, por meio de nossos esforços, pudéssemos mostrar a efetividade da ideia de história pública, então outras instituições em todo o país poderiam lançar programas semelhantes. Com o tempo, os americanos se acostuariam a ver os historiadores contribuindo para o processo de tomada de decisão *como historiadores*, aplicando seu método particular de análise e de explicação para os pontos em questão, assim como administradores, economistas, engenheiros, advogados e outros profissionais trouxeram a sua experiência para a elaboração de diretrizes e são agora vistos como figuras-chave nesse processo.

Isso teria como resultado, evidentemente, uma grande expansão de vagas de emprego para historiadores, um objetivo pelo qual vale a pena lutar. Há um grande número de jovens que gostam de história e ficariam felizes com a oportunidade de praticá-la profissionalmente. Manter vivos os estudos de pós-graduação significa garantir que os departamentos de história continuarão a ser locais de vitalidade intelectual. Isso, por sua vez, irá aprimorar o ensino, bem como os objetivos mais amplos dos estudos históricos. Há, no entanto, um propósito maior a ser atendido por meio de todo esse esforço. Atualmente, pessoas que têm postos de responsabilidade não pensam historicamente, embora gostem de pensar que o fazem. Elas pensam, antes de tudo, a partir de contextos imediatistas. A rotatividade em cargos executivos é sempre enorme, os legisladores vão e vêm, e poucos são aqueles que têm mais do que uma compreensão tênue de como as coisas chegaram a ser como são, o que levou a determinadas escolhas, o que foi tentado e considerado deficiente e quando a roda está sendo reinventada. Se, ao enviarmos jovens para seguirem carreiras na história pública, mudarmos lentamente esta situação, de modo que o método histórico de análise se torne um elemento integrante de todas as tomadas de decisão, teremos dado um contributo notável para a vida americana. As políticas historicamente fundamentadas, em pequenos e grandes contextos, não podem deixar de ser mais sólidas na sua concepção e provavelmente

te serão mais eficazes, mais consistentes e, espera-se, mais alinhadas com a realidade humana. A longo prazo, a sua administração deverá ser menos dispendiosa. Esse é um grande ideal, e quem pode dizer que algum dia o realizaremos plenamente? Ele não é maior, contudo, do que a crença fundamental que sustenta o nosso ensino, sobre a qual estamos convencidos, qual seja, a de que ele nos leva, por algum processo que não podemos descrever concretamente, a cidadãos mais humanos e informados e, portanto, a uma sociedade mais civilizada. Todo empreendimento profissional deve ter uma finalidade social abrangente, ainda que a sua realização possa nos escapar e estar repleta de erros e incapacidades humanas. Mudar e melhorar o meio público em toda a sociedade americana, ao trazer a consciência histórica para um papel ativo na condução diária dos assuntos, é um propósito honrado em caráter e gracioso em suas dimensões.

MODELOS

Felizmente, embora os historiadores acadêmicos não tenham reparado, o modelo profissional que está na arena pública está datado. Para o Programa de Pós-Graduação em Estudos Históricos Públicos da UC/Santa Bárbara, temos trazido um fluxo de professores visitantes que agora praticam história pública em muitos locais distintos: em governos estaduais e municipais, em empresas privadas, em programas de preservação histórica, em sociedades históricas, consultórios e escritórios. Entre eles, aqueles que representam a História Pública em sua melhor forma estão em setores históricos de agências federais. Dois deles vêm particularmente à mente: Richard Hewlett, historiador-chefe do Departamento de Energia, e Wayne Rasmussen, que ocupa cargo semelhante na Agricultura. A carreira deles demonstra, para nós, em uma escala reduzida, os estágios pelos quais a história pública passará ao longo de seu desenvolvimento em cada cenário. Hewlett e Rasmussen começaram o seu trabalho há mais de vinte anos, quando suas presenças nessas organizações eram praticamente ignoradas. Mas eles se dedicaram durante longos anos à pesquisa sólida e básica sobre o

trabalho e a história de suas agências, levando à escrita de histórias narrativas. Ao fazer isso, foram ganhando comando sobre os arquivos e recursos documentais das suas agências, algo sem paralelo em qualquer outra organização.

Eventualmente, a presença deles como um recurso cada vez mais valioso na elaboração de diretrizes foi reconhecida. Solicitações de administradores seniores começaram a chegar às suas mesas. Como foi adotada esta política e qual a origem dessa operação ou unidade administrativa? A agência encontrou problemas específicos no passado e como foram resolvidos? Com o tempo, o fluxo de entradas dessas solicitações aumentou, ocupando uma parcela cada vez maior do tempo dos escritórios históricos. Na década de 1970, as operações lideradas por Hewlett e Rasmussen tinham completado a progressão evolutiva, passando de simples escritórios obscuros enterrados em catacumbas, cuja função ninguém parecia compreender, para profissionais essenciais na elaboração de políticas. Nos últimos dias da Comissão de Energia Atômica (sucediada pela Administração de Investigação e Desenvolvimento Energético e agora pelo Departamento de Energia), Hewlett foi formalmente contratado como consultor do Comissário e para sentar-se com a Comissão enquanto ela levava adiante suas deliberações. O Departamento de Agricultura esteve recentemente empenhado num reexame minucioso da sua estrutura interna, e Rasmussen esteve estreitamente envolvido na preparação de explicações históricas do sistema existente e dos seus antecessores.

Essa é a evolução do papel e da função que deveria, idealmente, ocorrer sempre que uma organização estabelece um setor histórico. O problema, contudo, é localizar o nicho a partir do qual um historiador com o conceito de história pública em mente possa começar o seu trabalho. O grande objetivo aqui tem de ser o estabelecimento de setores históricos em todas as organizações de dimensão significativa. Contudo, levará muito tempo para atingir esse objetivo. Em 1975, quando estávamos gestando o nosso programa, acreditávamos que a fronteira inexplorada para os historiadores residia nos milhares de governos locais, municipal e distritalmente, que estão quase inteiramente desprovidos

de postos históricos. Houve exceções, como na cidade de Rochester, Nova York, onde, durante décadas, Blake McKelvey trabalhou, agora sucedido por Joseph Barnes. Os empreendimentos de preservação histórica estão florescendo rapidamente, alimentados pela legislação federal e por projetos de redensolvimento urbano, e parecia que havia uma crescente demanda para historiadores em departamentos de planejamento urbano. Agora, porém, a crescente revolta fiscal liderada pela campanha da Proposta 13 da Califórnia²⁴ pode reduzir drasticamente as fontes de fundos que poderiam ter financiado a entrada de historiadores, *como historiadores*, no governo urbano e regional.

É improvável, em qualquer caso, que existam muitas “portas de entrada”, isto é, situações em que os historiadores serão contratados desde o início por suas habilidades profissionais e colocados para trabalhar com o título apropriado. Contudo, deveria haver muitos pontos de entrada “pelas portas laterais”, não só no governo, mas, especialmente, em empresas privadas. Lawrence Bruser, atualmente no departamento de relações públicas da Mitsui Corporation, tem há alguns anos insistido que não há uma crise de empregos para os historiadores, mas uma crise de identidade. De fato, os historiadores possuem qualidades essenciais para organizações de todos os tipos. Eles devem enxergar a si próprios, observa Bruser, como especialistas no gerenciamento de informações. Sob os auspícios do Programa de Pós-Graduação em Estudos de História Pública aqui na UCSB (com financiamento do NEH), nós temos feito uma série de conferências, as mais recentes com um grupo de homens de negócios. Nessas palestras, aprendemos que o conceito de Bruser é bastante sólido. Em um salão cheio de executivos - representando empresas como Dow Corning, DataProducts, Hewlett Packard, Bank of America e InterAmerican Bank - fomos informados de que o mercado de serviços de informação está em expan-

24 N.T. A proposição 13, conhecida como “Prop 13”, apresentada aos eleitores da Califórnia em 1978, limitava os impostos sobre a propriedade na Califórnia.

são, de modo que especialistas em gerenciamento de informações são altamente requisitados.

Fomos informados de que as empresas têm uma demanda crescente por analistas e gerentes de planejamento em suas equipes. Em outros termos, eles precisam de pessoas que tenham as habilidades e qualidades que os historiadores tradicionalmente desenvolvem: comunicação narrativa em forma concisa e clara; gosto pela pesquisa de fôlego; interesse em resolver problemas; e o poder de conceitualização. Grandes organizações têm apreço por pessoas capazes de realizar boas apresentações, que possuem aprendizagem rápida e dominam rapidamente as ideias apresentadas, de modo que são aptas a mobilizar um amplo conhecimento geral, compreender o funcionamento da sociedade em sentido amplo e estabelecer conexões. Em sentido estrito, as “habilidades de negócios” que tais pessoas devem adquirir, relacionadas ao orçamento e à programação, são relativamente simples.

Esperamos, portanto, que os estudantes de pós-graduação em História Pública irão ocupar posições na comunidade na totalidade, tanto na esfera do governo quanto na esfera dos negócios, não apenas como “historiadores” preenchendo um posto previamente designado, mas também como gerentes, analistas, gerentes do fluxo interno de informação, diretores de departamentos de relações públicas em corporações privadas, assistentes de administração, e assim por diante. A variedade de posições abertas a eles, o que incluiria a mídia e campos imensos como a administração da área médica, é impossível de ser listada em qualquer sentido compreensivo. Certamente, o rápido crescimento da profissionalização do gerenciamento de recursos culturais, o que envolve a preservação histórica, museus e assim por diante, continuará a ser o principal meio de emprego para os historiadores profissionais, de modo que a pesquisa histórica e a escrita permanecem no centro de sua atuação. Seja onde estiverem, historiadores preparados com o ideal da história pública – qual seja, o de que o método histórico tem um valor único no que diz respeito a solução de problemas e à elaboração de planejamentos - serão divulgadores desse conceito, e o colocarão em prática sempre que tiverem a oportunidade. A “estratégia

fabiana”²⁵ de infiltração, em resumo, fornece o modelo que a profissão histórica deve seguir ao procurar, em nosso tempo, começar a ampliar seu papel na vida nacional.

FORMAÇÃO NO PROGRAMA DE ESTUDOS EM HISTÓRIA PÚBLICA

Nós recebemos a primeira turma do Programa de Pós-graduação em História Pública no outono de 1976. Com o auxílio da Fundação Rockefeller, que nos forneceu subsídios por três anos (principalmente para bolsas de pós-graduação), nós recebemos nove estudantes para o grau de mestrado e um que iniciou seus estudos de doutorado. Em nossa procura por candidatos, tivemos o cuidado de buscar em seus currículos uma certa qualidade empreendedora, uma mente e caráter capazes de assumirem riscos. Fizemos disso nossa prioridade, ao lado da capacidade de obter um alto rendimento acadêmico. É difícil ser pioneiro, o que exige certa resiliência e uma prontidão para efetivar o nosso próprio caminho. Não existiam muitos modelos a serem seguidos, e eram poucos os exemplos estabelecidos de progressão de carreira na História Pública.

Essencialmente, a formação em História Pública é uma opção, um caminho secundário por meio do qual os estudantes podem obter um diploma de mestrado ou de doutorado. O programa foi cunhado para equipar os estudantes para o que acreditamos estar à frente no que diz respeito aos novos desafios e habilidades necessárias. Continuaremos a aprender na medida em que avançamos, de modo que, no segundo ano do Programa, já começamos a aprimorar e reformar o currículo. O coração do programa é um seminário de dois trimestres, feito por todos os mestrandos e pelos ingressantes no doutorado. Ele fornece, em primeiro lugar, um fórum contínuo de discussões sobre a natureza da História Pública e seus desafios éticos: como uma equipe de historiadores mantém sua integridade quando está mais a produzir resultados

25 N.T. Referência a Fabien Society, organização do socialismo britânico no fim do século XIX, que preconizava mudanças graduais realizadas no interior das instituições.

do que uma história que seja verdadeira em relação aos fatos? Para o seminário principal, trazemos historiadores de todo o país, os quais já atuavam em instituições abertas ao público, para atuarem como professores visitantes. Isso tem sido uma das características mais valiosas e frutíferas de nosso programa: não somente os estudantes obtêm conhecimento direto a respeito das variadas formas de trabalho para os historiadores, mas também passam a conhecer pessoas que podem lhes fornecer assistência no futuro de sua profissão.

Enquanto planejávamos nosso programa, conversamos com historiadores já empregados em instituições voltadas ao público. Aprendemos que os estudantes devem estar habituados a trabalhar em equipe, o que difere do padrão usual de atividade entre os historiadores acadêmicos, e que eles devem habituar-se com o conceito de uma pesquisa com objetivos previamente orientados. Nessas instituições, eles serão frequentemente empregados para auxiliá-la a alcançar seus objetivos, e as questões que eles serão solicitados a explorar – como foi anteriormente pontuado – não irão, como ocorre entre os historiadores acadêmicos, simplesmente derivar de seus próprios interesses. Para fornecer uma experiência direta com esse tipo de atividade, o seminário principal do Programa concentrou-se em um problema que é preocupação constante na cidade de Santa Bárbara. Os estudantes foram convocados conjuntamente a pesquisar e escrever um estudo histórico com a extensão de um livro sobre o problema em questão, o qual poderia ser utilizado pela cidade em seu planejamento e operações. Ao longo do processo, eles aprenderam como fazer uma pesquisa centrada na própria comunidade, o que é diferente de uma pesquisa centrada em uma biblioteca (embora os recursos bibliográficos, quando disponíveis, também tenham sido utilizados). Eles aprenderam ainda onde os recursos documentais de uma cidade podem ser encontrados: em escritórios de votação, arquivos de topógrafos, registros de tribunais ou de assessores fiscais, arquivos de jornais, minutas dos conselhos das cidades, residências privadas, porões, sótãos empoeirados e memórias pessoais, e isso apenas para iniciar a lista. Eles também aprendem como trabalhar com mídias diversas, incluindo a televisão, transmitir ao público aquilo que

aprenderam, e receberam instruções a respeito daquela que é a principal habilidade do historiador, qual seja, converter notas de pesquisa em uma narrativa em prosa. Enquanto isso, os estudantes do programa estão também envolvidos em outras atividades: a organização de diversas conferências do Programa; a edição de sua revista; a aquisição de competências práticas como a redação de pedidos de financiamento. Além disso, durante o primeiro trimestre, os estudantes matriculam-se em um seminário sobre a história e a natureza do planejamento, e outro a respeito das práticas nas ciências sociais, os métodos quantitativos nas ciências históricas.

Para além dessas experiências conjuntas, um forte senso de comunidade desenvolve-se entre os estudantes de cada turma de pós-graduação do Programa, o que realça e intensifica a própria aprendizagem. Em um caminho usualmente negado aos estudantes de pós-graduação, dispersos em seus seminários e trabalhando individualmente em suas pesquisas, os estudantes do Programa de História Pública adquirem um sentimento de identidade corporativa e envolvimento comum. O nível de assistência mútua e a profundidade de laços entre os participantes do Programa superam em muito a experiência usual de Pós-graduação. Viagens de campo realçam o senso de comunidade. Uma viagem valiosa dessa natureza, que ocorre a cada ano, dirige-se ao departamento estatal de gerenciamento de recursos culturais de Sacramento e de suas atividades de preservação histórica, ambas relacionadas às comunidades locais e ao sistema de parques estatais. Estudantes e professores fazem as suas refeições com professores visitantes e nos encontros de integração entre docentes e discentes, quando a agenda tem como foco a discussão a respeito do Programa e as necessidades individuais dos estudantes.

Nós exigimos, no Programa, que os estudantes trabalhem em campos externos ao departamento, como a administração pública e os negócios. Conforme estejamos aptos a desenvolver cursos relevantes em outros departamentos, eles provavelmente se tornarão requisitos. O departamento continua a requisitar um exame que exige o domínio de línguas estrangeiras. Também enfatizamos que o historiador não tem

um método único a oferecer, mas um conhecimento amplo a respeito da história humana e das perspectivas sobre o governo, as ideias e as instituições sociais. Os estudantes estão engajados, portanto, em seminários de leitura intensiva e no estudo de preparação para os exames de mestrado (usualmente em História Americana). Eles também passam, durante o trimestre de inverno, a mover-se em direções mais individualizadas de acordo com o campo específico da história pública que eles decidem explorar, o que envolve uma área adjacente de estudos. Associando-se a professores específicos do departamento, eles especializam-se em áreas como a preservação histórica, o planejamento, estudos urbanos, a história da tecnologia, a história dos recursos hídricos, estudos ambientais, e assim por diante. Isso, por sua vez, leva a um segundo momento do exame de mestrado.

EXPERIÊNCIA PRÁTICA PARA OS ESTUDANTES

Ao fim de três semestres, os estudantes de mestrado passam a fazer estágios remunerados. Previstos para durar seis meses, durante esse período os estudantes pesquisam e escrevem sobre a história de um problema corrente das organizações em que trabalham. Ao fazê-lo, eles estão sob a supervisão conjunta de um supervisor da própria organização e um professor do Departamento. Quando finalizado e aprovado por um comitê da Universidade, o estudo torna-se o trabalho final de mestrado do estudante.

Os doutorandos participam da maior parte das atividades do primeiro ano, ainda que não se preparem nem para as avaliações de mestrado nem para os estágios. Em vez disso, seu programa de estudo objetiva a construção de textos escritos para o nível de doutorado, avaliações orais e uma dissertação a respeito de um tópico em história pública. Em suas avaliações, eles devem lidar com três campos do conhecimento histórico: um primeiro, relacionado a uma área mais ampla e geral, e dois relacionados ou diretamente concernentes a sua área de história pública de interesse. Um de nossos estudantes de doutorado dedica-se ao estudo da história da tecnologia nas comunidades locais,

o que o leva a um campo particular de estudos. Outro está à frente de um trabalho sobre a gestão de recursos na história da marinha, o que o conduz a um diferente campo de experiências de aprendizagem. A dissertação está em conformidade com o mesmo princípio geral que rege o trabalho final de mestrado: deve ter como objeto uma questão fundamental na discussão pública e que seja de interesse de uma organização na qual a pesquisa é desenvolvida ou em um grupo de organizações.

Nossa experiência com a primeira turma de ingressos foi encorajadora, o que vem se mantendo na segunda turma. Temos estudantes estagiando em diversas cidades (fazendo estudos sobre disputas a respeito das águas, necessidades de preservação histórica, operações em municípios, e assim por diante); no Aeroporto Internacional de Los Angeles (elaborando um estudo sobre a poluição sonora e as controvérsias crescentes com as comunidades ao redor); no Serviço de Parques Nacionais; e na sede de uma empresa de âmbito nacional. Em muitos casos, essa experiência levou seja a posições permanentes seja a prospectos desses cargos quando o mestrado estiver concluído. Um estudante irá iniciar os estudos de doutorado em história da gestão dos recursos urbanos em outra universidade; outro irá realizar um segundo mestrado em uma escola de negócios; um terceiro está em vias de abrir uma empresa privada para efetuar estudos sobre impactos ambientais; um quarto está se preparando para trabalhar para o Estado no campo da preservação histórica; um quinto decidiu, à luz de seu estágio, prosseguir no programa de doutorado. A segunda turma está atualmente se preparando para realizar os estágios em São Francisco (em uma empresa privada), Kansas (no departamento de obras públicas), Los Angeles (em uma corporação privada) e outros trabalhos envolvendo o Serviço Florestal dos Estados Unidos, a Universidade da Califórnia, uma instituição de pesquisa de fundos privados, uma pesquisa no Registro Histórico de Serviços de Engenharia do governo federal, e assim por diante.

O programa é consideravelmente mais penoso, para estudantes e professores, do que o currículo tradicional. Os estudantes devem trabalhar, em um ritmo cansativo, para adquirir habilidades mais variadas

e amplas do que aquelas recentemente envolvidas em um estudo de pós-graduação. Aprender como realizar uma pesquisa histórica centrada na comunidade; adquirir conhecimentos relativos a técnicas de história oral, além de habilidades relacionadas aos meios de comunicação; aventurar-se em cursos de administração pública ou de economia; desenvolver a habilidade de programar computadores, saber dividir tarefas de pesquisa, e criar uma obra de análise ou de narrativa histórica em conjunto; estudar a história das políticas de planejamento; realizar conferências; trabalhar em uma organização pública ou privada como um estagiário que traz consigo a análise histórica da corporação ou dos documentos de governo; lidar com as complexidades éticas de ser um historiador institucional que, no entanto, vai chamar a atenção de seus pares conforme as evidências; essas não são questões que os estudantes de pós-graduação eram convocados a lidar. Além de tudo isso, contudo, parece existir um certo sentimento de orgulho e realização que traz uma atmosfera agradável para uma situação que, nos últimos anos, tem sido caracterizada pela depressão e pela falta de propósito. A maior recompensa, para os professores envolvidos, é trabalhar com estudantes como esses. Nesse sentido, a História Pública se revela como um empreendimento que justifica o árduo esforço e o amplo investimento de tempo e energia requerido de nossa parte. Trata-se de um experimento que carrega muitos riscos, mas é amplamente recompensador para estudantes e professores, e as suas potencialidades o tornam esse empreendimento preferível a tudo o que já fizemos antes.

REFERÊNCIAS

FRANKLIN, John Hope. The Historian and Public History Policy; In: **The History Teacher**, v. 11, maio 1978, p. 380-383.

O AUTOR

Robert Kelley foi um historiador estadunidense, um dos responsáveis pela institucionalização da Public History (História Pública) nos Esta-

dos Unidos. Foi professor da University of California, Santa Barbara (UCSB), onde, em 1976, criou o primeiro programa de pós-graduação em História Pública, marco inaugural da disciplina. Faleceu em 1993.

COMO CITAR ESTE CAPÍTULO

KELLEY, Robert. História Pública: origens, natureza e perspectivas. Tradução de Bruno Leal Pastor de Carvalho e Daniel Gomes de Carvalho. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de Carvalho; CARVALHO, Daniel Gomes de (Org.). **História em público**. As origens da história pública e o que os historiadores estão fazendo com ela hoje. Brasília: Caliandra, 2026.

O DIA D: O PAPEL DO CINEMA NA MITIFICAÇÃO DO PASSADO

Icles Rodrigues

ERA O MÊS DE JULHO DE 2005 quando o famoso crítico de cinema estadunidense Roger Ebert foi homenageado com uma placa no *Chicago Theatre*. Estando presente no evento, Ebert fez um discurso. Uma reflexão em particular daquela fala chamou a atenção dos ouvintes, em um daqueles raros momentos em que um trecho de um discurso é citado por anos a fio, ainda que nem sempre corretamente creditado quanto à autoria. Ebert afirmou:

Para mim, os filmes são como uma máquina que gera empatia. Se for um ótimo filme, ele permite que você entenda um pouco mais sobre como é ser de um gênero diferente, uma raça diferente, uma idade diferente, uma classe econômica diferente, uma nacionalidade diferente, uma profissão diferente, esperanças, aspirações, sonhos e medos diferentes. Ele nos ajuda a nos identificar com as pessoas que estão compartilhando essa jornada conosco. E isso, para mim, é a coisa mais nobre que bons filmes podem fazer e é um motivo para encorajá-los, apoiá-los e ir até eles.²⁶

Penso que Ebert estava absolutamente correto, e qualquer pessoa que tenha o costume de ver filmes provavelmente já sentiu empatia por diferentes personagens, de maneira que seria incapaz de discordar do crítico. No entanto, os filmes vão além disso. Há décadas, a área dedicada a estudar as relações entre História e Cinema vem examinando com afincos questões variadas, como os impactos políticos de filmes sobre a população. Dos materialistas aos analistas de discurso, o potencial do audiovisual de comunicar ideias vem sendo terreno fértil para o

26 EBERT, Roger. Video: Roger Ebert on Empathy. **RogerEbert.com**, 2018. Disponível em <https://www.rogerebert.com/empathy/video-roger-ebert-on-empathy>. Acesso em 13 nov. 2024.

entendimento da circulação de ideias, e dependendo do poder de todo o maquinário de distribuição da obra, esse poder ultrapassa fronteiras nacionais.

Historicamente, a área de História e Cinema vem há muito discutindo sobre como filmes que representam o passado são, na verdade, obras sobre o presente, e a representação histórica é apenas um verniz ou facilitador de uma premissa ou narrativa. Robert B. Toplin argumenta, por exemplo:

Praticamente toda a história cinematográfica faz referência ao presente ao interpretar o passado. Os cineastas tentam mostrar ao público a relevância moderna de suas interpretações históricas. Para tornar o cinema significativo para o público, os artistas incorporam uma variedade de dicas sutis sobre as conexões de suas histórias com questões atuais. De fato, ao escolher assuntos para desenvolvimento na história cinematográfica, os cineastas frequentemente buscam tópicos que se relacionem com modas, atitudes, esperanças e ansiedades atuais do público espectador.²⁷

Já para Alexandre B. Valim,

é fundamental que a interpretação de um ou mais filmes seja feita observando-se o contexto de sua produção, para podermos compreender como ele se relaciona com as estruturas de dominação e com as forças de resistência, bem como as posições ideológicas que propalam nos debates e nas lutas sociais em andamento. Ao interrogar um filme, vários filmes, ou parte de um ou mais filmes mediante determinada opção metodológica, deve-se tratar esse objeto de estudo como um conjunto de representações que remetem direta ou indiretamente ao período e à sociedade que o produziu. A análise das narrativas e do momento de produção dos filmes comprova que estes sempre falam do presente, dizem algo a respeito do momento e do lugar que constituem o contexto de sua produção.²⁸

27 TOPLIN, Robert Brent. Cinematic History: where do we go from here. **The Public Historian**, California, v. 25, n. 3, p. 79-91. Jun/Ago. 2003. p.83.

28 VALIM, Alexandre Busko. História e cinema. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Portanto, alguns autores preferem entender que a análise cinematográfica mais profícua reside no entendimento das representações das relações sociais, ao invés dos seus pormenores de precisão histórica – ou a ausência dela. No entanto, há outro caminho analítico que, se não é totalmente divorciado dessa perspectiva anterior, busca compreender a recepção das obras cinematográficas sob um olhar mais específico: a busca por como representações do passado em filmes impactam o desenvolvimento de consciências históricas no debate público sobre o passado.

Para falarmos sobre o debate público em torno do passado, precisamos trazer para este trabalho o conceito de história pública. Além da divulgação histórica, a história pública tem a ver também com o gerenciamento de coleções históricas, práticas curatoriais, estudos arquivísticos, preservação histórica, realização e análise de documentários, estudos de sabedoria e vidas populares e, entre outras áreas de atuação possível de serem aqui mencionadas, a ficção histórica. Em suma, nas palavras de Jill Liddington, a história pública diz respeito a formas de “tornar o passado útil para o presente”.²⁹

Uma parcela muito significativa dos filmes feitos todos os anos são representações do passado: filmes sobre eventos históricos, filmes sobre a trajetória de pessoas conhecidas ou desconhecidas, histórias fictícias dentro de contextos históricos reais, as possibilidades são muitas. E dessa maneira, quando um filme se torna suficientemente popular, ele se torna um componente fundamental de compreensão do desenvolvimento de consciências históricas a respeito do momento histórico ou dos eventos reais representados pela sétima arte.

O historiador alemão Jörn Rüsen definia a consciência histórica como

29 LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? In: ALMEIDA, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p.10.

uma forma da consciência humana que está relacionada imediatamente com a vida humana prática. [...] a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo.³⁰

Essa consciência se desenvolveria na dialética entre as intencionalidades do agir humano e o mundo que a materialidade e a temporalidade lhe oferecem. Em certa medida, uma perspectiva semelhante à de Karl Marx quando este afirma que “os seres humanos fazem sua própria história, mas não a fazem de sua livre vontade: não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas diretamente existentes, dadas e herdadas do passado”.³¹ Essa constituição de consciência seria, então, uma “constituição do sentido da experiência do tempo”³²e, ao darem sentido a ela, os seres humanos estabelecem uma narrativa, que, para o autor, seria “o resultado intelectual mediante o qual e no qual a consciência histórica se forma e, por conseguinte, fundamenta decisivamente todo pensamento-histórico e todo conhecimento histórico científico”.³³

Pois se os seres humanos estabelecem narrativas na sua dialética com o mundo para desenvolver seu entendimento do que é a história e como ela interfere em sua vida, o que acontece quando este humano encontra uma produção audiovisual com sua própria narrativa – mesmo que ficcional – cuidadosamente planejada em palavras e imagens com o intuito de incutir nos espectadores determinadas mensagens e sentimentos? Não seria sensato ignorar o poder que a narrativa cine-

30 RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história:** fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p.57.

31 MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** Organização de Sabrina Fernandes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2023. p.46.

32 RÜSEN, op.cit., p.59.

33 Ibidem, p.61.

matográfica possui de contribuir com essa “constituição de sentido da experiência do tempo”, nas palavras de Rüsen.

Em outras palavras, filmes têm um poder inato de ensinar, ainda que a intensidade e a eficiência desse ensino passem por tantas variáveis que é impossível de se quantificar, mesmo se nos debruçarmos sobre apenas uma obra.

Para mostrar como filmes podem contribuir para a formação de consciências históricas, usarei como exemplo obras cinematográficas representando o primeiro dia da invasão da Normandia na Segunda Guerra Mundial, mais precisamente o dia 6 de junho de 1944, conhecido como Dia D. Abordarei obras lançadas antes e após o governo dos Estados Unidos trazer a invasão da Normandia para a centralidade dos debates públicos sobre a Segunda Guerra Mundial, e como busco demonstrar aqui, a relação entre a representação do passado nas obras e as questões de memória nacional são bastante complexas e podem ser lidas por diferentes olhares, com diferentes problemáticas em mente.

UM MITO EM FORMAÇÃO

Durante aproximadamente 40 anos após seu desenrolar, o Dia D ganhou crescente atenção de historiadores e entusiastas da Segunda Guerra Mundial. No entanto, as iniciativas eram esparsas e majoritariamente isoladas, com resultados muito distintos.

As duas primeiras iniciativas com algum destaque foram lançadas, curiosamente, no ano de 1956, e de acordo com dados do *Internet Movie Database*, com apenas dois dias de diferença entre si: *Screaming Eagles* e *D-Day The Sixth of June* (em português, *Ninho de Águias* e *O Dia D*, respectivamente). O primeiro foi lançado em 27 de maio, e o segundo no dia 29.

Ninho de Águias foi um filme lançado pela *Allied Artists Pictures Corporation*, uma produtora de filmes de baixo orçamento, e as informações sobre o filme nos sites especializados são escassas. Representando as ações da 101^a Divisão Aerotransportada do 506^o Regimento de Infantaria paraquedista do Exército dos Estados Unidos no Dia D, o filme se

tornou uma daquelas obras que apenas os entusiastas de filmes sobre a Segunda Guerra Mundial sabem da existência. Já *O Dia D*, apesar de também não ser um filme muito conhecido hoje, foi lançado pela *20th Century Fox*, um dos maiores e mais tradicionais estúdios da história de Hollywood. Ele foi filmado com tecnologia *CinemaScope*, que usava lentes anamórficas e projetores específicos, produzindo filmes no formato *widescreen* e em cores, algo extremamente incomum para a época, o que denota grandes esperanças comerciais com a obra. Diante da enorme diferença de investimento – e, conseqüentemente, de distribuição –, focaremos neste último.

O Dia D baseia-se em um romance de mesmo nome escrito por Lionel Shapiro, e conta a história de um triângulo amoroso durante a Segunda Guerra Mundial. Um dos integrantes desse triângulo é o tenente-coronel britânico John Wynter, interpretado por Richard Todd, ele mesmo um paraquedista veterano do Dia D, enquanto os outros são o capitão estadunidense Brad Parker (interpretado por Robert Taylor) e a britânica Valerie Russel (interpretada por Dana Wynter).

A maior parte do filme é um grande *flashback* de ambos os oficiais enquanto eles conversam antes da invasão na Normandia. Em geral, *O Dia D* apresenta méritos no que diz respeito à representação histórica. O design de produção é, em diversos momentos, bem executado, e o filme aborda questões importantes, como o desconforto de muitos britânicos em relação à presença dos estadunidenses em seu território. Além disso, a obra explora como vários soldados casados, cujas esposas permaneciam nos Estados Unidos, se envolviam com mulheres britânicas sem grandes dilemas morais. O longa também destaca a demora na chegada de informações sobre o front, ilustrada pela angústia de Valerie, que em mais de uma ocasião sofre por não saber se os dois homens por quem se apaixonou sobreviveram a situações distintas. O filme faz menção, ainda, ao fracasso da invasão de Dieppe em 1942, além de outros eventos da guerra, como a Operação Tocha e a invasão da Itália.

Em contrapartida, a invasão da Normandia, que ocorre apenas dentro dos 15 minutos finais, destoa quase que completamente da realidade. Os dois amores de Valerie fazem parte de uma Força Especial

Seis (fictícia), designada para fazer uma pré-invasão em uma praia não identificada e destruir uma artilharia alemã de alto calibre que não existiu, e a escala da invasão é mostrada como muito pequena, além de ela ocorrer em uma manhã ensolarada – a cena foi filmada na Califórnia, e não na França, como, de fato, ocorreu.

O *Dia D*, portanto, não tem a menor preocupação com o evento real que dá título à obra. Vemos uma força fictícia realizando uma pré-invasão fictícia a uma praia fictícia para tomar uma artilharia fictícia. O evento real é, na prática, apenas um pretexto para se contar uma história de um triângulo amoroso em meio à guerra, fórmula que Michael Bay reproduzia décadas depois com o famigerado filme *Pearl Harbor*, buscando ter seu próprio *Titanic* com uma história de amor em meio a um evento histórico considerado desastroso.

Poucos anos depois, o jornalista irlandês Cornelius Ryan lançou o livro *O mais longo dos dias* (*The Longest Day*, de 1959), o primeiro livro sobre o Dia D a colocar o evento no mapa com maior profusão. Tendo se tornado um best-seller com mais de 800 mil cópias vendidas, a obra gerou um filme de mesmo nome co-roteirizado pelo próprio Ryan e dirigido por cinco pessoas, entre eles o produtor Darryl F. Zanuck, que apostou alto nesse filme em um momento de enorme crise financeira na *20th Century Fox*.³⁴

O filme *O Mais Longo dos Dias* busca uma representação histórica detalhada e abrangente do Dia D, começando com um plano que destaca o capacete M1 dos soldados estadunidenses, reforçando o protagonismo dos EUA, ainda que a narrativa inclua ações de outros beligerantes, como britânicos, alemães e a Resistência Francesa. O longa utiliza algumas poucas filmagens reais da Segunda Guerra Mundial intercaladas com cenas encenadas, promovendo uma sensação de autenticidade acentuada pela escolha de se produzir o filme em preto e branco. A preocupação com detalhes históricos é evidente na cronologia precisa,

34 TIME. Cinema: Operation Overblown. **Time**, 1962. Disponível em: <<https://content.time.com/time/subscriber/article/0,33009,827910-1,00.html>>. Acesso em: 26 nov. 2022.

nas mudanças de perspectiva entre os envolvidos e nas legendas que identificam personagens históricos importantes. Esses elementos ressaltam o esforço do filme em transmitir uma sensação de fidelidade a respeito dos eventos daquele dia.

A trilha sonora, majoritariamente de temática militar e minimalista, ajuda a construir o clima do evento, enquanto alguns diálogos, flertando com a clarividência teleológica de maneira econômica, buscam ressaltar o caráter grandioso e retrospectivo da narrativa, apresentando reflexões que enaltecem a importância histórica da invasão da Normandia. Elementos como a Operação Fortitude, que desviou a atenção dos alemães para o Pas-de-Calais, e o episódio envolvendo a indisponibilidade de Hitler para autorizar o envio de tanques, são abordados como parte das circunstâncias que influenciaram o desfecho da batalha. O filme também destaca momentos marcantes, como a tomada da Ponte Pégaso pelos britânicos e as ações da Resistência Francesa, que dificultaram a comunicação alemã.

Ao longo do filme, as cenas de ação prevalecem sobre os dramas individuais, optando por evitar os clichês emocionais típicos de filmes de guerra. O final, com uma música militar e o desembarque das tropas aliadas, é discreto e sem grandes momentos dramáticos. Apesar disso, o filme consolidou-se como a principal representação cinematográfica do Dia D por décadas, até ser superado por *O Resgate do Soldado Ryan*.

Samuel Fuller, veterano do Dia D, trouxe à tela sua vivência na Segunda Guerra Mundial no filme *Agonia e Glória* (*The Big Red One*, de 1980). Fuller, que participou da invasão da Praia de Omaha pela 1ª Divisão de Infantaria dos EUA, procurou contar a história da divisão de que fez parte de forma pessoal e sóbria, sem apelar para os clichês de filmes de guerra. Após tentativas frustradas de realizar o filme com grandes estúdios, o projeto foi viabilizado por uma produtora menor com um orçamento limitado. Gravado principalmente em Israel, Fuller teve mais liberdade artística na narrativa do filme, e para tal, escalou veteranos como Lee Marvin (neste caso tanto veterano do cinema quanto veterano da Segunda Guerra) e jovens estrelas como Mark Hamill,

que navegava no sucesso de *Star Wars*, motivo que lhe rendeu a escalção para o elenco.

O filme começa com um prólogo na Primeira Guerra Mundial, estabelecendo o símbolo da 1ª Divisão e um sargento sem nome interpretado por Marvin. Após essa introdução, a história avança para a Segunda Guerra Mundial e acompanha a divisão em momentos cruciais de sua história, como a invasão do Norte da África, a Batalha do Passo de Kasserine, os embates na Itália e a chegada à Normandia no Dia D, entre outras.

O desembarque em Omaha é retratado com crueza e sem glorificação, evidenciando as perdas humanas e o absurdo da guerra. Fuller usa a ausência de trilha sonora e a colocação de detalhes visuais, como o relógio de pulso de um soldado morto, para reforçar a devastação despida de glória.

Fuller afirmou certa vez: “Não importa o que você faça, fique longe de palavras como heroísmo. Nós estávamos na infantaria dos Estados Unidos e tínhamos um trabalho.”³⁵ Essa observação está alinhada com o que é apresentado em *Agonia e Glória*. No filme, o Dia D não recebe mais destaque do que outros episódios da atuação da 1ª Divisão durante a guerra, tendo um tempo de tela equivalente ao da passagem pela Itália. Já a campanha da divisão na África, que abre a obra, ocupa uma parte maior da narrativa, enquanto o momento culminante do filme está ligado à chegada da tropa ao campo de Falkenau, na Tchecoslováquia. Para Fuller, faz todo sentido que esse campo receba tamanha atenção: “Algumas das primeiras cenas que gravei com uma câmera foram gravadas em 1945, na libertação do campo de Falkenau. O que vi e registrei era impensável, mas inegável. Isso nunca, nunca deve acontecer de novo!”.³⁶

35 NELAN, Bruce W. Ike's invasion. **Time**, v. 143, n.23, p. 42, jun. 1994.

36 FULLER, Samuel; FULLER, Christa L.; RUDES, Jerome H. **A third face: my tale of writing, fighting, and filmmaking**. Nova York: Applause Theatre & Cinema Books, 2002. Ebook, n.p.

Ou seja: o próprio Samuel Fuller, um participante do Dia D, abordou a Operação Overlord como apenas mais um dos muitos eventos significativos nos quais a 1ª Divisão de Infantaria esteve envolvida. Sua visão desse episódio enfatiza as enormes perdas humanas, mas estas são tratadas de maneira bastante contida, e à medida que a narrativa avança, os personagens não são apresentados como especialmente traumatizados por essa batalha específica. O soldado Griff, por exemplo, dá as boas-vindas aos soldados de outras unidades com entusiasmo, enquanto seus colegas dedicam-se a atividades como leitura, esportes, conversas e momentos de descontração. Para Fuller, o Dia D era apenas mais um evento em meio ao caos da guerra, desprovido de mitificação ou heroísmo.

Apesar de críticas ao filme como “belicista”, Fuller refutou tais acusações, afirmando que *Agonia e Glória* é uma série de episódios baseados em suas experiências, sem apelos a heroísmos. Ele rejeitou grandes produções como *O Mais Longo dos Dias* por glorificarem a guerra, e sua visão foi elogiada após a exibição no Festival de Cannes.³⁷ Roger Ebert, décadas depois, lhe deu nota máxima, destacando a autenticidade emocional e visual da obra.³⁸

A abordagem sóbria de Fuller contrasta com as posteriores romantizações do Dia D, especialmente nas décadas seguintes, influenciadas pelos eventos de 1984, durante a presidência de Ronald Reagan.

UM MITO EM CONSOLIDAÇÃO

As comemorações do Dia D evoluíram ao longo do tempo de maneira modesta, marcadas por diferentes contextos históricos e interesses políticos. Entre os anos 1940 e 1950, elas foram principalmente

37 SCHICKEL, Richard. Cinema: Belated Victory. **Time**, 1980. Disponível em: <<https://content.time.com/time/subscriber/article/0,33009,924335-2,00.html>> Acesso em: 04 ago. 2023.

38 EBERT, Roger. War Stories, as told by a survivor. **RogerEbert.com**, 2004. Disponível em <<https://www.rogerebert.com/reviews/great-movie-the-big-red-one-1980>> Acesso em 08 dez. 2024.

momentos de luto e monumentalização, especialmente na França, onde a memória da libertação coexistia com os altos custos humanos e materiais.³⁹ Nos Estados Unidos, o foco esteve em locais mais diretamente impactados, como Bedford, na Virgínia, onde o luto pelas perdas era mais presente que celebrações.⁴⁰ As cerimônias na Normandia, organizadas com apoio da *American Battle Monuments Commission* (ABMC), foram ganhando caráter simbólico ao longo dos anos, como demonstra a inauguração de monumentos e cemitérios que enfatizavam o sacrifício aliado. Contudo, nos Estados Unidos, as celebrações iniciais tinham um tom discreto, refletindo o luto de uma sociedade que ainda processava as perdas, mesmo que a vitória conferisse sentido a esses sacrifícios.

A partir dos anos 1960, o Dia D começou a ser utilizado como ferramenta de diplomacia e construção de memória histórica, ainda que não recebesse muita atenção dos presidentes estadunidenses. Dwight D. Eisenhower, comandante da Operação Overlord, visitou o local no vigésimo aniversário, quando já tinha deixado a presidência⁴¹, ao passo que Jimmy Carter foi o primeiro presidente em exercício a prestar homenagens na Normandia em 1978, ressaltando os laços transatlânticos e a importância da OTAN, mas não em uma cerimônia comemorando um aniversário do evento.⁴² Apenas na presidência de Ronald Reagan

39 DOLSKI, Michael R.; EDWARDS, Sam; BUCKLEY, John. Introduction. In: _____ (ed). **D-Day in History and Memory: The Normandy landings in international remembrance and commemoration**. Denton: University of North Texas Press, 2014. Ebook, n.p.

40 DOLSKI, Michael R. "Portal of Liberation": D-Day Myth as American Self-Affirmation. In: _____; EDWARDS, Sam; BUCKLEY, John (ed). **D-Day in History and Memory: The Normandy landings in international remembrance and commemoration**. Denton: University of North Texas Press, 2014. Ebook, n.p.

41 THE NEW YORK TIMES MAGAZINE. Eisenhower recalls the ordeal of D-Day assault 20 years ago. **The New York Times Magazine**, 1964, n.p. (tradução nossa). Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1964/06/06/archives/eisenhower-recalls-the-ordeal-of-dday-assault-20-years-ago.html>>. Acesso em: 21 set. 2022.

42 CARTER, Jimmy. Normandy, France remarks of the President and President Giscard d'Estaing on visiting the site of the D-Day Landings. **The American Presidency Project**, 1978, n.p. (tradução nossa). Disponível em: <<https://www.presidency.ucsb>

isso aconteceu, em evento que mudou os rumos de como os Estados Unidos olhavam para este evento histórico.

Os discursos presidenciais na Normandia, “tradição” inaugurada por Ronald Reagan em 1984, desempenham um papel central na mitificação do Dia D. Durante períodos de guerra, é comum que líderes utilizem estratégias retóricas para unir a população em torno do esforço de combate. No entanto, em tempos de paz, a ausência de um inimigo comum dificulta a criação de uma unidade nacional. Nessas circunstâncias, os presidentes frequentemente destacam locais históricos de batalhas e narrativas consolidadas na memória coletiva, fortalecendo um senso de pertencimento e exaltando a excepcionalidade do povo por meio da construção de uma identidade coletiva que transcende as individualidades.

O aniversário de 40 anos do Dia D, realizado em 6 de junho de 1984, foi cuidadosamente planejado pelos EUA com o apoio da França, que aproveitou o evento para fomentar o turismo na Normandia e reforçar laços históricos. A cerimônia contou com a presença de veteranos, um público-alvo especial que Reagan buscava cativar, e a administração presidencial usou a data como uma oportunidade de projetar sua imagem no contexto da Guerra Fria. O evento incluiu dois discursos considerados hoje marcantes na história das presidências dos Estados Unidos, um em Pointe du Hoc e outro em Omaha, ambos exaltando a bravura dos soldados aliados e reforçando valores de liberdade e sacrifício.

O discurso em Pointe du Hoc, escrito por Peggy Noonan, tornou-se emblemático por seu tom emocional e apelativo. Inspirado na história do 2º Batalhão de Rangers estadunidenses que escalaram os penhascos de Pointe du Hoc, Reagan enfatizou a fé, a lealdade e o amor como motivações dos soldados, conectando essas virtudes aos

[edu/documents/normandy-france-remarks-the-president-and-president-giscard-des-taing-visiting-the-site-the-2nd-airborne-division-6-june-1944-normandy-france](https://www.whitehouse.gov/the-press-office/1984/06/06/1984-06-06-remarks-president-giscard-des-taing-visiting-the-site-the-2nd-airborne-division-6-june-1944-normandy-france). Acesso em: 21 set. 2022.

valores nacionais.⁴³ Apesar das pressões e alterações no texto para incluir acenos aos soviéticos, Noonan manteve elementos dramáticos e simbólicos, como o reconhecimento direto dos veteranos presentes. A abordagem reforçou a ideia dos Estados Unidos como defensores da liberdade em um mundo dividido pela Guerra Fria, ao mesmo tempo que prestou homenagem aos sacrifícios da Segunda Guerra Mundial.⁴⁴ Já no discurso de Omaha, escrito por Anthony Dolan, Reagan se baseou na história de Robert Zanatta, um soldado que participou da invasão, contada ao presidente por cartas enviadas pela filha do veterano, para ilustrar o heroísmo do “homem comum” durante a Segunda Guerra Mundial.⁴⁵

Além dos discursos, o evento trouxe um contexto de reconciliação e reafirmação de alianças, como a OTAN, enquanto criticava regimes totalitários, direcionando ataques implícitos à União Soviética. O aniversário foi não apenas uma celebração histórica, mas também um exercício de relações públicas.

A estratégia política e a teatralidade do discurso de Reagan evidenciaram o uso da memória coletiva como ferramenta de diplomacia e afirmação de valores nacionais, algo que, segundo críticos, teve efeitos duradouros na imagem pública do presidente e pode, inclusive, ter pesado decisivamente para a vitória arrasadora do candidato em sua tentativa de reeleição naquele mesmo ano.

43 REAGAN, Ronald. Remarks at a Ceremony Commemorating the 40th Anniversary of the Normandy Invasion, D-Day. **Ronald Reagan Presidential Library & Museum**, 1984. Disponível em: <<https://www.reaganlibrary.gov/archives/speech/remarks-ceremony-commemorating-40th-anniversary-normandy-invasion-d-day>>. Acesso em: 29 set. 2022.

44 Cf. BRINKLEY, Douglas. **The boys of Pointe Du Hoc**: Ronald Reagan, D-Day and the U.S. Army 2nd Ranger Battalion. Nova York: Harper Perennial, 2005; NOONAN, Peggy. **What I saw at the revolution**: a political life in the Reagan era. Nova York: Random House, 1990.

45 REAGAN, Ronald. Remarks at a United States-France Ceremony Commemorating the 40th Anniversary of the Normandy Invasion, D-Day. **Ronald Reagan Presidential Library & Museum**, 1984. Disponível em: <<https://www.reaganlibrary.gov/archives/speech/remarks-united-states-france-ceremony-commemorating-40th-anniversary-normandy>>. Acesso em: 25 out. 2022.

Para Douglas Brinkley, escrevendo entre 2004 e 2005, no contexto da morte de Reagan,

nosso quadragésimo presidente desempenhou um papel seminal no lançamento da grande revalorização dos veteranos da Segunda Guerra Mundial que varreu a América na década de 1980 e continua até hoje em grande parte inabalável. Se não fossem as duas homilias elegíacas de Reagan em 6 de junho de 1984 – escritas por Peggy Noonan (Pointe du Hoc) e Anthony Dolan (Omaha Beach) – talvez nunca tivesse existido *Band of Brothers* de Stephen Ambrose, *The Greatest Generation* de Tom Brokaw, *O Resgate do Soldado Ryan*, de Steven Spielberg, ou vários memoriais – como o Museu Nacional do Dia D em Nova Orleans – construídos para exaltar os soldados cidadãos que libertaram a Europa.⁴⁶

Mais do que isso: os discursos de Reagan sobre o 6 de junho de 1944 desempenharam um papel central no surgimento do movimento que exaltava a ideia da “maior das gerações”, conceito popularizado pelo jornalista e âncora Tom Brokaw, que inclusive admitiu ter sido muito inspirado em um nível emocional pelos discursos de Reagan em 1984.⁴⁷ E, como legado, deixou uma tradição de presidentes estadunidenses visitando a Normandia em ao menos um aniversário durante seus mandatos, algo que desde Reagan só não ocorreu no mandato de George H. W. Bush, que governou entre 1989 e 1993. Talvez Bush, ele mesmo um veterano da Segunda Guerra Mundial, acreditasse demais em sua reeleição, o que garantiria seu discurso no aniversário de cinquenta anos do evento em 1994.

No entanto, o “vencedor” foi o candidato democrata Bill Clinton, que não só carecia de um passado militar, como ainda foi um ativo crítico da Guerra do Vietnã enquanto ela ocorria, o que fez com que muitos veteranos o detestassem, incluindo alguns que visitaram a Normandia no aniversário de 1994.

46 BRINKLEY, Douglas. **The boys of Pointe Du Hoc: Ronald Reagan, D-Day and the U.S. Army 2nd Ranger Battalion.** Nova York: Harper Perennial, 2005, p. 7.

47 BROKAW, Tom. **The Greatest Generation.** Nova York: Random House, 2000, Ebook. p.7.

Muito bem assessorado por historiadores militares – como Stephen E. Ambrose, John Keegan e Paul Fussell – Clinton fez dois discursos marcantes que contribuíram para reforçar a mística em torno do Dia D, um em Pointe du Hoc e outro em Colleville-sur-Mer. Escritos por Eric Liu, os discursos enfatizavam as noções de heroísmo já consolidadas em torno do Dia D, e talvez o momento mais marcante de ambos se deu no segundo, quando o presidente afirmou:

Hoje muitos deles estão aqui entre nós. Oh, eles podem andar com um pouco menos de agilidade em seus passos, e suas fileiras estão diminuindo. Mas nunca esqueçamos que, quando eram jovens, *esses homens salvaram o mundo*. E agora vamos pedir a eles, todos os veteranos da campanha da Normandia, que se levantem se puderem e sejam reconhecidos.⁴⁸

O evento, muito bem-sucedido, foi influente na decisão de Spielberg em realizar um filme que representasse a invasão da Normandia, e o projeto se concretizou com *O resgate do soldado Ryan* (1998), poucos anos após o roteiro escrito por Robert Rodat chegar até o diretor e ao ator e produtor Tom Hanks. O elenco, com exceção de Matt Damon, passou por treinamentos para soldados e a cena inicial da invasão da Praia de Omaha foi filmada na praia de Corracloe, na Irlanda, contando com 750 integrantes das forças armadas irlandesas, mais de mil manequins representando cadáveres e cerca de duas dezenas de figurantes amputados, que interpretaram soldados perdendo membros em combate. A preparação do local exigiu onze semanas, enquanto a filmagem durou quinze dias e teve um custo de 12 milhões de dólares.⁴⁹

O Resgate do Soldado Ryan começa com um ex-combatente visitando o cemitério de Colleville-sur-Mer, inspirado por uma experiência

48 CLINTON, Bill. **Remarks on the 50th Anniversary of D-Day at the United States Cemetery in Colleville-sur-Mer, France**, 1944. GovInfo. Disponível em: <<https://www.govinfo.gov/content/pkg/PPP-1994-book1/html/PPP-1994-book1-doc-pg1044.htm>>. Acesso em: 6 dez. 2022. S.p.

49 McBRIDE, Joseph. **Steven Spielberg: a biography**. 2 ed. Jackson: University Press of Mississippi, 2010. p.464.

real que Spielberg presenciou. Após um *close* nos olhos do veterano, o filme transporta o espectador para a Praia de Omaha no Dia D, com uma recriação intensa e caótica da invasão. Elementos visuais marcantes, como ouriços tchecos e a câmera simulando um cinegrafista em batalha, reforçam o impacto visceral da cena. O capitão John Miller, interpretado por Tom Hanks, lidera os Rangers no desembarque, lidando com a carnificina e organizando a ofensiva para superar as defesas alemãs.

Após tomar Omaha, Miller recebe a missão de resgatar o soldado James Ryan, único sobrevivente de uma família devastada pela guerra. Acompanhada por sete soldados, incluindo o inexperiente cabo Timothy Upham, a equipe enfrenta desafios enquanto atravessa as linhas inimigas. A narrativa destaca tanto atos de heroísmo quanto momentos mais sombrios, como a execução de prisioneiros tchecoslovacos, evidenciando uma tentativa de Spielberg de oferecer uma visão menos idealizada, ainda que relativamente domesticada, dos soldados estadunidenses.

Durante a busca por James Ryan, o esquadrão liderado pelo capitão Miller enfrenta dilemas éticos e pessoais, como a decisão de poupar a vida de um prisioneiro alemão, Willie, após a morte de Wade, o médico do grupo. A cena expõe tensões dentro do esquadrão e revela o impacto psicológico da guerra sobre Miller, que reflete sobre como os conflitos o afastam de sua antiga vida como professor e marido. Ele aceita a missão de resgatar Ryan como uma tentativa de redimir-se e justificar seu retorno para casa. Essa abordagem humaniza o soldado-cidadão, evidenciando a transformação irreversível causada pela guerra.

Ao encontrar Ryan, o paraquedista se recusa a abandonar seu posto, optando por permanecer ao lado de seus companheiros. O grupo se une para defender uma ponte estratégica contra forças alemãs numericamente superiores, culminando em uma batalha que, ao final, resulta na morte do capitão Miller. A narrativa destaca o cabo Upham, cuja hesitação diante do combate resulta na morte de um colega, evidenciando os perigos da inação em situações extremas.

Posteriormente, ao ver Willie entre os soldados alemães que mataram Miller, Upham decide executar o prisioneiro rendido. Há ambiguidade nesse momento: embora constitua um crime de guerra, o filme parece sugerir que o cabo superou seu medo e se transformou em um verdadeiro soldado. A despeito desse possível conflito interpretativo, a mensagem central é evidente: tanto Miller quanto Upham escolhem preservar sua humanidade e seus valores em meio à brutalidade da guerra. No entanto, o desenrolar dos eventos os pune por essas escolhas, refletindo a complexidade moral e os dilemas enfrentados no campo de batalha.

Antes de morrer, Miller pede a Ryan que ele “faça por merecer” o sacrifício de seus homens. A cena final conecta o veterano idoso no cemitério de Colleville ao jovem Ryan, que vive carregando o peso desse pedido. Spielberg encerra o filme com a reafirmação de um ideal patriótico: a dívida moral das gerações atuais para com os que lutaram na Segunda Guerra Mundial. Esse sacrifício é exaltado como uma redenção nacional, reforçando o culto aos veteranos como pilares da identidade estadunidense.

O resgate do soldado Ryan foi um estrondoso sucesso. Realizado com um orçamento de 65 milhões, o filme faturou 179 milhões e se tornou um marco no cinema de guerra,⁵⁰ tornando-se uma espécie de modelo a ser seguido quanto à representação da brutalidade nos embates bélicos pela história. Me permitindo a liberdade de apresentar uma evidência anedótica, perdi a conta de quantas vezes nos últimos vinte e seis anos ouvi ou li em redes sociais argumentos como “o filme é violento, tipo *O resgate do soldado Ryan*”, ou mesmo pessoas perguntando se algum novo filme de guerra lançado é “tipo *O resgate do soldado Ryan*” como validação que pesaria na decisão destas pessoas de assistir ao lançamento ou não.

50 LaPORTE, Nicole. **The men who would be king**: an almost epic tale of moguls, movies, and a company called DreamWorks. Nova York: Houghton Mifflin Harcourt, 2010. Ebook.

Além do Oscar de Melhor Diretor em 1999, Spielberg recebeu diversos reconhecimentos fora da indústria cinematográfica por sua contribuição cultural e histórica. Antes do lançamento de *O Resgate do Soldado Ryan*, foi condecorado pelo governo alemão com a Cruz da Ordem do Mérito por destacar o Holocausto. Em 1999, ganhou a Medalha do Departamento de Defesa por Serviço Público Distinto, além de prêmios da Marinha, do Exército, da *Smithsonian Institution* e do presidente Bill Clinton, que o agraciou com a Medalha Nacional de Humanidades. Mais tarde, em 2001, foi nomeado Cavaleiro do Império Britânico (KBE) pela rainha Elizabeth II e, em 2004, recebeu a insígnia de cavaleiro da Légion d'honneur do governo francês.⁵¹

A questão central é: o que significa “merecer os sacrifícios” dos ex-combatentes? Enquanto respostas comuns podem incluir obediência às leis, dever cívico ou respeito às instituições, surge o problema de quem define esse merecimento. Como alguém que se opõe a uma guerra considerada injusta pode provar que sua posição é legítima e não um ato de desrespeito à pátria? Esse indivíduo pode enfrentar ostracismo em uma comunidade repleta de manifestações de “apoio às tropas”, cuja real significância é questionável. O filme *O Resgate do Soldado Ryan*, apesar de seu valor narrativo e cinematográfico, contribuiu para estreitar ainda mais a linha entre o respeito à memória dos mortos em guerras justas e o militarismo cego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre o final do século XX e o início do século XXI, presidentes dos Estados Unidos passaram a usar esses locais como símbolos tangíveis da memória nacional e altares de uma forma de religião civil. É nesse contexto que o Dia D assume o papel de uma espécie de bússola moral, apontando para os valores e ações que os estadunidenses devem seguir e incorporar, especialmente do ponto de vista militar, e a junção dos eventos presidenciais com o poder do audiovisual em contribuir

51 McBRIDE, op.cit., p.468.

com a formação de consciências históricas a partir de uma memória nacional compartilhada, que faz com que uma parcela muito significativa da população entenda aquela memória nacional como sua história. E sendo sua, ela se recusa a ser problematizada, sob a acusação de vilipêndio à sua sacralidade, mesmo quando ela é uma memória oriunda de gerações anteriores.

A historiadora Alison Landsberg popularizou o conceito de “memória prostética”, que define como uma memória que não se origina das experiências vividas por aqueles que recordam dela. Essas memórias circulam publicamente e são vivenciadas por meio do contato com diversas produções culturais, tornando-se parte das subjetividades dos indivíduos e de suas relações com o presente e o futuro. Isso ocorre devido ao avanço, característico do sistema capitalista, de uma cultura de massa capaz de espalhar imagens, histórias e mitos sobre o passado.⁵² O historiador Jay Winter, por sua vez, chama essas memórias de “memórias terceirizadas”, referindo-se a elas como “teatros da memória”, pois “aqueles que não estiveram lá veem o passado não em termos de suas próprias memórias pessoais, mas sim em termos de representações públicas das memórias daqueles que vieram antes”.⁵³ Em outras palavras, mesmo que essas memórias sejam emprestadas de outros meios, muitas vezes até ficcionais, elas são incorporadas ao repertório memorialístico dos sujeitos, uma vez que as memórias podem ser construídas, disseminadas e até alteradas socialmente.

REFERÊNCIAS

Filmes

52 LANDSBERG, Alison. **Prosthetic Memory**: The transformation of American remembrance in the age of mass culture. Nova York: Columbia University Press, 2004, p. 25-26.

53 WINTER, Jay. **Remembering War**: The Great War between Memory and History in the twentieth century. New Haven e Londres: Yale University Press, 2006, p. 2.

AGONIA e Glória. Direção de Samuel Fuller. Produção: Lorimar. Estados Unidos: United Artists, 1980.

NINHO de Águias. Direção de David Lang e Robert Presnell Jr. Produção: Samuel Bischoff e David Diamond. Estados Unidos: Allied Artists, 1956.

O DIA D. Direção de Henry Koster. Produção: Charles Brackett. Estados Unidos: 20th Century Fox, 1956.

O MAIS longo dos dias. Direção: Ken Annakin, Andrew Marton e Bernhard Wicki. Produção: Darryl F. Zanuck. Estados Unidos: 20th Century-Fox, 1962.

O RESGATE do soldado Ryan. Direção: Steven Spielberg. Produção: Steven Spielberg, Ian Bryce, Mark Gordon e Gary Levensohn. Estados Unidos: DreamWorks SKG e Paramount Pictures, 1998.

Livros

BRINKLEY, Douglas. **The boys of Pointe Du Hoc:** Ronald Reagan, D-Day and the U.S. Army 2nd Ranger Battalion. Nova York: Harper Perennial, 2005.

BROKAW, Tom. **The Greatest Generation.** Nova York: Random House, 2000, Ebook, n.p.

DOLSKI, Michael R.; EDWARDS, Sam; BUCKLEY, John (ed). **D-Day in History and Memory:** The Normandy landings in international remembrance and commemoration. Denton: University of North Texas Press, 2014. Ebook, n.p.

FULLER, Samuel; FULLER, Christa L.; RUDES, Jerome H. **A third face:** my tale of writing, fighting, and filmmaking. Nova York: Applause Theatre & Cinema Books, 2002. Ebook, n.p.

LANDSBERG, Alison. **Prosthetic Memory:** The transformation of American remembrance in the age of mass culture. Nova York: Columbia University Press, 2004.

LaPORTE, Nicole. **The men who would be king**: an almost epic tale of moguls, movies, and a company called DreamWorks. Nova York: Houghton Mifflin Harocurt, 2010. Ebook.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? In: ALMEIDA, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Organização de Sabrina Fernandes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2023.

McBRIDE, Joseph. **Steven Spielberg**: a biography. 2 ed. Jackson: University Press of Mississippi, 2010.

NELAN, Bruce W. Ike's invasion. **Time**, v. 143, n.23, p. 42, jun. 1994.

NOONAN, Peggy. **What I saw at the revolution**: a political life in the Reagan era. Nova York: Random House, 1990.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

TOPLIN, Robert Brent. Cinematic History: where do we go from here. **The Public Historian**, California, v. 25, n. 3, p. 79-91. Jun/Ago. 2003.
VALIM, Alexandre Busko. História e cinema. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

WINTER, Jay. **Remembering War**: The Great War between Memory and History in the twentieth century. New Haven e Londres: Yale University Press, 2006.

Internet

CARTER, Jimmy. Normandy, France remarks of the President and President Giscard d'Estaing on visiting the site of the D-Day Landings. **The American Presidency Project**, 1978, n.p. (tradução nossa). Disponível em: <<https://www.presidency.ucsb.edu/documents/norman->

dy-france-remarks-the-president-and-president-giscard-destaing-visiting-the-site-the>. Acesso em: 21 set. 2022.

CLINTON, Bill. Remarks on the 50th Anniversary of D-Day at the United States Cemetery in Colleville-sur-Mer, France, 1944. **GovInfo**. Disponível em: <<https://www.govinfo.gov/content/pkg/PPP-1994-book1/html/PPP-1994-book1-doc-pg1044.htm>>. Acesso em: 6 dez. 2022.

EBERT, Roger. Video: Roger Ebert on Empathy. **RogerEbert.com**, 2018. Disponível em: <https://www.rogerebert.com/empathy/video-roger-ebert-on-empathy>. Acesso em 13 Nov. 2024.

EBERT, Roger. War Stories, as told by a survivor. **RogerEbert.com**, 2004. Disponível em <<https://www.rogerebert.com/reviews/great-movie-the-big-red-one-1980>> Acesso em 08 dez. 2024.

REAGAN, Ronald. Remarks at a Ceremony Commemorating the 40th Anniversary of the Normandy Invasion, D-Day. **Ronald Reagan Presidential Library & Museum**, 1984a. Disponível em: <<https://www.reaganlibrary.gov/archives/speech/remarks-ceremony-commemorating-40th-anniversary-normandy-invasion-d-day>>. Acesso em: 29 set. 2022.

REAGAN, Ronald. Remarks at a United States-France Ceremony Commemorating the 40th Anniversary of the Normandy Invasion, D-Day. **Ronald Reagan Presidential Library & Museum**, 1984b. Disponível em: <<https://www.reaganlibrary.gov/archives/speech/remarks-united-states-france-ceremony-commemorating-40th-anniversary-normandy>>. Acesso em: 25 out. 2022.

SCHICKEL, Richard. Cinema: Belated Victory. **Time**, 1980. Disponível em: <<https://content.time.com/time/subscriber/article/0,33009,924335-2,00.html>> Acesso em: 04 ago. 2023.

THE NEW YORK Times Magazine. Eisenhower recalls the ordeal of D-Day assault 20 years ago. **The New York Times Magazine**, 1964, n.p. (tradução nossa). Disponível em: <<https://www.nytimes.com>>

com/1964/06/06/archives/eisenhower-recalls-the-ordeal-of-dday-assault-20-years-ago.html>. Acesso em: 21 set. 2022.

TIME. Cinema: Operation Overblown. **Time**, 1962. Disponível em: <<https://content.time.com/time/subscriber/article/0,33009,827910-1,00.html>>. Acesso em: 26 nov. 2022.

O AUTOR

Icles Rodrigues é historiador, doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Além de pesquisas na área de História Contemporânea, é especialista em História Pública Digital. Criador do canal de divulgação histórica *Leitura Obrigatória HISTÓRIA*, no YouTube, apresenta o podcast *História FM* e realizou os documentários independentes “Legado negado: a escravidão no Brasil em um guia incorreto” e “Vestindo Histórias”, ambos no YouTube. É autor do livro “O Dia D: como a história se tornou mito”, publicado pela Contexto.

COMO CITAR ESTE CAPÍTULO

RODRIGUES, Icles. O Dia D: o papel do cinema na mitificação do passado. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de Carvalho; CARVALHO, Daniel Gomes de (Org.). **História em público**. As origens da história pública e o que os historiadores estão fazendo com ela hoje. Brasília: Caliandra, 2026.

LINHAS DE CONHECIMENTO: A COSTURA COMO FERRAMENTA DE HISTÓRIA PÚBLICA

Pauline Kisner

& Tupá Guerra

O QUE A PRÁTICA DA COSTURA⁵⁴ tem a ver com História Pública? Nós acreditamos que muito. A História Pública tem se renovado nas últimas décadas pela incorporação de abordagens que transcendem as fontes textuais tradicionais, abrindo espaço para o estudo da cultura material e das práticas manuais como ferramentas de pesquisa e divulgação científica. Nesse contexto, alguns autores têm praticado a *recriação histórica têxtil*,⁵⁵ que pode ser definida como a reprodução e estudo de tecidos, técnicas e padrões antigos, utilizando tanto vestígios arqueológicos quanto documentos históricos e representações artísticas para compreender e recriar os métodos e materiais do passado. É uma prática e uma metodologia, ao mesmo tempo, além de espaço privilegiado para repensar as relações entre passado e presente, entre academia e sociedade, e entre teoria e prática.

Essa abordagem já é conhecida e utilizada por diversas áreas, como a Arqueologia e Museologia,⁵⁶ e ecoa reflexões sobre uma “epis-

54 O termo costura está sendo utilizado de forma geral para se referir tanto a reprodução de técnicas históricas de costura quanto ao processo de recriação histórica de indumentárias. Como demonstraremos ao longo do texto, as duas definições estão integradas e fazem parte de como as técnicas de costura e a recriação de trajes podem ser utilizados para divulgação científica em história.

55 VIANA, Fausto; ITALIANO, Isabel C. **Para vestir a cena contemporânea**. São Paulo: Portal de Livros Abertos da USP, 2021, p. 48. DOI: <https://doi.org/10.11606/9788572052238>.

56 SMITH, Pamela H. *From Lived Experience to the Written Word: Reconstructing Practical Knowledge in the Early Modern World*. Chicago: University of Chicago Press, 2022, p. 206-207.

temologia da mão” (*epistemology of the hand*)⁵⁷”, na qual o conhecimento também se produz através da ação corporal e da experimentação material. Como destacam Pamela Smith⁵⁸ e Leora Auslander⁵⁹, a reconstrução física de artefatos têxteis do passado não apenas complementa as análises convencionais, mas também desvela saberes técnicos e relações sociais que raramente encontram registro em fontes textuais. Graças à *recriação histórica têxtil*, podemos visualizar dimensões do passado frequentemente obscurecidas pelos documentos escritos. O público, por exemplo, ao entrar em contato com essas peças, engaja-se com o passado mediante experiências sensoriais, coisa que os documentos escritos raramente são capazes de proporcionar⁶⁰. Segundo Auslander,⁶¹ os objetos refletem seu contexto de produção e são formas subjetivas de conhecimentos específicos. É nesta intersecção entre o material e o cognitivo que a recriação histórica, por meio da costura, encontra seu maior potencial, permitindo-nos acessar camadas de significado que permaneceriam opacas se abordadas exclusivamente por documentos escritos.

Isso tudo tem sido possível no campo histórico devido a uma ampla mudança epistemológica nas Ciências Humanas, que vem gradualmente questionando a primazia do texto escrito como única fonte legítima de conhecimento histórico, abrindo espaço para o que muitas vezes tem sido chamado de “virada material” ou “neo-materialismo”.⁶²

57 BRINKMANN, Svend; TANGGAARD, Lene. Toward an Epistemology of the Hand. **Studies in Philosophy and Education**, v. 29, n. 3, p. 243-257, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11217-009-9164-0>

58 SMITH, Pamela H. **From Lived Experience to the Written Word: Reconstructing Practical Knowledge in the Early Modern World**. Chicago: University of Chicago Press, 2022, p. 204.

59 AUSLANDER, Leora. Beyond Words. **The American Historical Review**, v. 110, n. 4, p. 1015-1045, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1086/ahr.110.4.1015>

60 CLASSEN, Constance. **The Deepest Sense: A Cultural History of Touch**. Urbana: University of Illinois Press, 2012.

61 AUSLANDER, op.cit.

62 SCHOUWENBURG, Hans. Back to the Future? History, Material Culture and New Materialism. **International Journal for History, Culture and Modernity**, v. 3, n. 1, p.

Pode-se dizer que a relação da História com o material ainda está se desenvolvendo⁶³ e por certo não haverá uma substituição do escrito pelo material; contudo, observa-se uma emergência de fontes variadas e uma consolidação de seu uso a partir dos anos 2000. As raízes desse movimento são múltiplas e não se restringem à história, como apontado por Chandra Mukerji⁶⁴.

COSTURANDO HISTÓRIAS?

Para compreender melhor a utilização da costura como meio de divulgação científica em História, e mais amplamente no campo da História Pública, é preciso primeiro entender a relação entre a história e a costura. Cabe destacar que essa relação ainda está se estabelecendo e ainda há muito a ser estruturado. Parte da questão é perpassada pelo movimento que se consolida no século XIX e relega a experiência do toque a uma “baixa cultura”: uma forma, em teoria, mais crua e não civilizada de obtenção de conhecimento – tocar coisas não nos ensinaria muita coisa sobre o passado.⁶⁵ Assim, o conhecimento visual acaba sendo privilegiado no mundo acadêmico, particularmente nas Ciências Humanas, em detrimento do experimental.⁶⁶ Outra face da mesma questão se dá pelo avanço tecnológico,⁶⁷ que permite experimentos mais precisos e fontes de financiamento disponíveis para esses proje-

59-72, 23 abr. 2015.

63 GERRITSEN, Anne; RIELLO, Giorgio. **Writing Material Culture History**. London: Bloomsbury Publishing, 2014, p. 4.

64 MUKERJI, Chandra. Material Turn. In: KOSSLYN, Stephen; SCOTT, Robert (org.). **Emerging Trends in the Social and Behavioral Sciences**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2015, p. 2.

65 CLASSEN, op.cit.

66 BRINKMANN, Svend; TANGGAARD, Lene. Toward an Epistemology of the Hand. **Studies in Philosophy and Education**, v. 29, n. 3, p. 243-257, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11217-009-9164-0>

67 MUKERJI, op.cit.

tos. Complementando a problemática, a Moda⁶⁸, e conseqüentemente a costura e outros trabalhos manuais relacionados ao campo, é habitualmente percebida como uma área de menor interesse acadêmico, tendo sido relegada a segundo plano nos estudos historiográficos.

Destacamos que, a despeito de existirem livros sobre a história da indumentária que datam de períodos variados, foi apenas na década de 1950 que os primeiros trabalhos dedicados a uma reflexão historiográfica sobre o papel da Moda começaram a surgir.⁶⁹ A tese de doutorado de Roland Barthes foi uma das pioneiras no assunto na França, escrita entre 1950 e 1960, e mais tarde publicada em forma de livro.⁷⁰ No mesmo período, Gilda de Mello e Souza também escrevia sua tese sobre o tema, *A moda no século XIX: ensaio de sociologia estética*.⁷¹ O trabalho foi

68 Nesse texto, utilizamos *Moda* (com inicial maiúscula) como sinônimo de um fenômeno social ligado ao desenvolvimento do capitalismo, que engloba não só as peças de roupas, mas também acessórios, maquiagem, estilos de uso dos cabelos e padrões de consumo relacionados à ideia de “novidade”, utilizados como mecanismos de diferenciação entre os grupos sociais. Utilizamos esse termo para diferenciar da concepção popular de moda (inicial minúscula) como apenas a sucessão de tendências ao longo de um dado período. Ver CALANCA, **História Social da Moda** (2008).

69 DEBOM, Paulo. A moda e o vestuário como objetos de estudo na História. **Revista de Ensino em Artes, Moda e Design**, v. 3, n. 3, p. 13-26, 2019, p. 15. DOI: <https://doi.org/10.5965/25944630332019013> era visto como um assunto conectado ao fútil e ao frívolo, por isso era relegado a um segundo plano. A maior parte das publicações científicas tinham por origem as áreas de comunicação, design, sociologia, antropologia, psicologia, artes, entre outras. Embora o número de historiadores que se dedicam ao vestuário e às aparências ainda seja pequeno, esse cenário sofreu significativas alterações nas últimas duas décadas. Esse texto tem por objetivos: pensar sobre a importância da Moda para os estudos históricos; destacar a relevância dos estudos de Roland Barthes, Fernand Braudel, Daniel Roche, Gilda de Mello e Souza para a construção desse campo do conhecimento e apontar o espaço que essa área de estudo preencheu tanto no mercado editorial quanto nos simpósios realizados em eventos acadêmicos.” - container-title”:”Revista de Ensino em Artes, Moda e Design”; DOI”:”10.5965/25944630332019013”; ISSN”:”2594-4630”; issue”:”3”; language”:”pt”; license”:”Copyright (c

70 BARTHES, Roland. **The Fashion System**. Trad. Richard Howard; Matthew Ward. Berkeley: University of California Press, 1990.

71 SOUZA, Gilda Rocha de Mello e. **A moda no século XIX: ensaio de sociologia estética**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, 1950. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.8.1950.tde-20240724-145346>

publicado na Revista do Museu Paulista no mesmo ano e recebeu duras críticas da comunidade acadêmica, sendo publicado como livro apenas em 1987.⁷² Com a publicação por Braudel, em 1967, de *Civilização material, economia e capitalismo, Séculos XV-XVIII : as estruturas do cotidiano*, que contava com um capítulo dedicado à Moda, o assunto passou a efetivamente ser visto como válido por historiadores. Ainda assim, a área se consolida enquanto campo de pesquisa nos anos 1990-2000, dando continuidade aos trabalhos das décadas de 1970-1980.

O uso da costura, atividade prática e manual, para a pesquisa histórica sobre indumentária e seus desdobramentos no campo das relações de trabalho é o que será aqui definido como “recriação histórica”. Esse processo utiliza ferramentas metodológicas da prática de arqueologia experimental, um campo de pesquisa, como vimos, já bem estabelecido.⁷³ Enquanto abordagem metodológica, estrutura-se em um ciclo iterativo de hipótese-experimentação-avaliação que transforma cada etapa do processo reprodutivo – da seleção de matérias-primas às técnicas de construção e acabamento – em oportunidade para testar interpretações estabelecidas e formular novas questões de pesquisa.

O potencial das técnicas de arqueologia experimental têxtil para a história manifesta-se com especial clareza quando consideramos que os artefatos não apenas refletem seu contexto de produção, mas ativamente constituem formas de subjetividade e modos de conhecimento específicos.⁷⁴ Aqui, cabe ressaltar que historiadores não devem ficar restritos ao empréstimo de metodologia de outras áreas, mas também

72 DEBOM, op.cit. p.22.

73 OUTRAM, Alan K. Introduction to Experimental Archaeology. **World Archaeology**, v. 40, n. 1, p. 1-6, 2008; PETERSSON, Bodil; NARMO, Lars Erik. **Experimental Archaeology: Between Enlightenment and Experience**. Lund: Lund University, Department of Archaeology and Ancient History, 2011; REYNOLDS, Peter J. The Nature of Experiment in Archaeology. In: HARDING, Anthony F. (org.). **Experiment and Design: Archaeological Studies in Honour of John Coles**. Oxford: Oxbow Books, 1999. p. 156-162. DOI: <https://doi.org/10.6067/XCV8417661>.

74 AUSLANDER, op.cit., 1035-44.

desenvolver reflexões importantes e novas abordagens que contribuam com o debate interdisciplinar da cultura material.⁷⁵

Então, como historiadores podem utilizar a costura para ampliar a compreensão sobre o passado? O projeto desenvolvido pelo *Textile Research Centre* (TRC), em Leiden, nos Países Baixos, oferece um bom exemplo prático, demonstrando o valor heurístico da reconstrução como metodologia de pesquisa histórica. Em 2018, o TRC foi implementado para reconstruir um par de meias de seda encontrado em 2014 em um naufrágio que ocorreu entre 1645 e 1660 perto da ilha de Texel, nos Países Baixos.⁷⁶ O processo para a reconstrução envolveu uma análise microscópica que revelou:⁷⁷

(...) a documentação da torção da fibra, a espessura da fibra, a densidade, o número de fios e carreiras, o comprimento e a altura da laçada, a direção do tricô, a localização e o método de aumentos e diminuições, a modelagem da peça e todos os padrões criados pela alternância de laçadas frontais e inversas.⁷⁸

Com essas informações, foi recrutado um grupo de 100 voluntários para testar linhas, agulhas e outros instrumentos necessários para recriar as peças originais.⁷⁹ O trabalho com voluntários foi definido pelos pesquisadores como um “experimento de ciência cidadã” (*citizen science experiment*), e foi fundamental para o projeto. Na etapa seguinte, foi definida a “receita” e a orientação pela qual as meias deveriam ser

75 Ibidem, p.1045.

76 VOGELSANG-EASTWOOD, Gillian; BRANDENBURGH, Chrystal. The Texel Shipwreck Silk Stockings: A Reconstruction Project Based on Citizen Science. **The Journal of Dress History**, v. 7, n. 3, p. 37-62, 2023.

77 Ibidem, p. 39.

78 Traduções, exceto quando especificadas, são de autoria das autoras. “documentation of the twist of the fibre, the fibre thickness, the density number of wales and courses, loop length and height, the direction of knitting, the location, and method of increases and decreases, the shaping of the garment, and all the patterns that were created by alternating face and reverse loops”.

79 Ibidem, p.40.

tricotadas.⁸⁰ Os passos seguintes envolveram testes de pontos, formatos de linhas etc. Um dos achados mais significativos diz respeito ao tratamento da sericina, a resina natural da seda. Os testes comparativos realizados pelos voluntários envolvidos no projeto demonstraram que a remoção dessa substância após a confecção das meias trazia diversas vantagens ao artesão. O processo de retirada da resina permite que os pontos da trama se uniformizem, que as manchas e sujidades do processo de tricô sejam removidas com mais facilidade e ainda que o formato e tamanho das meias sejam alterados.⁸¹ Esta descoberta, ausente nos manuais técnicos e registros escritos do período, sugere que os artesãos poderiam produzir meias em um tamanho padrão, armazenar e realizar o acabamento apenas conforme a demanda específica. Além disso, a uniformização dos pontos que ocorre no processo de retirada da resina permite que o trabalho de tricotar seja executado de forma mais rápida e relaxada.⁸²

Outro aspecto interessante do TRC refere-se às discrepâncias temporais identificadas no processo de produção. Enquanto os voluntários contemporâneos necessitaram em média 232 horas para confeccionar cada meia, registros históricos indicam que artesãos especializados do século XVII completavam a mesma tarefa em 60-75 horas.⁸³ Essa diferença deve ser compreendida dentro de seu contexto sociotécnico específico, considerando variáveis como a especialização extrema dos ofícios, a organização corporativa do trabalho e o domínio de gestos técnicos internalizados através de anos de prática – fatores que desafiam reproduções literais em contextos contemporâneos.

A dimensão coletiva do projeto revelou-se fundamental para muitos dos achados. O número de participantes permitiu estabelecer

80 Nesse contexto, receita é um conjunto de instruções técnicas padronizadas que detalham, de modo estruturado, os materiais, pontos, dimensões e procedimentos necessários para a produção de uma peça em tricô, assegurando sua replicabilidade.

81 Ibidem, p.57.

82 Ibidem, p.58.

83 Ibidem, p.55.

padrões estatisticamente relevantes sobre as técnicas mais prováveis de produção, demonstrando como a colaboração entre especialistas e comunidades de prática pode gerar conhecimentos que escapam aos métodos tradicionais de pesquisa. Além disso, os voluntários tiveram acesso à metodologia de pesquisa e às reflexões historiográficas que seus esforços geravam. Essa abordagem dialógica ecoa os princípios da história pública participativa discutidos por Frisch, na qual o conhecimento histórico emerge da interação entre saberes especializados e experiências práticas.⁸⁴

Além de suas contribuições para a pesquisa acadêmica, o projeto gerou um acervo de 27 réplicas que cumprem função pedagógica essencial.⁸⁵ Como argumenta Constance Classen, a experiência tátil e visual proporcionada por essas reproduções permite acessar dimensões sensoriais fundamentais do passado – texturas, pesos, flexibilidades – que permanecem inatingíveis através de fontes textuais ou iconográficas.⁸⁶ Essa materialidade do conhecimento histórico vem ganhando reconhecimento crescente no campo da educação patrimonial, onde, seguindo as reflexões de Sandra H. Dudley, o contato direto com réplicas históricas pode ativar memórias corporais e conexões emocionais profundas com o passado.⁸⁷ O acervo de meias de seda produzido em um projeto que envolveu o público exemplifica assim o potencial dos objetos reconstruídos como mediadores entre pesquisa especializada e divulgação científica, funcionando numa forma similar às observações de Jerome De Groot sobre as transformações contemporâneas nos modos de engajamento com a história material.⁸⁸

84 FRISCH, Michael. **A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History**. Albany: SUNY Press, 1990, p. xviii-xx.

85 VOGELSANG-EASTWOOD; BRANDENBURGH, op.cit. p.59.

86 CLASSEN, op.cit., xii.

87 DUDLEY, Sandra H. (org.). **Museum Objects: Experiencing the Properties of Things**. 1. ed. London; New York: Routledge, 2012, p. 8-12.

88 GROOT, Jerome de. **Consuming History: Historians and Heritage in Contemporary Popular Culture**. 2. ed. London: Routledge, 2016, p. 109-110; 290-294. DOI:

Outro projeto de costura em espaço museal é relatado por Anni Shepperd no artigo *The Petticoat Project: Research Through Replica Making in a Museum Environment*.⁸⁹ Nele foi reproduzido um fragmento de uma anágua de seda encontrada entre os restos de um naufrágio, cujo grau de deterioração não permite a manipulação nem exposição do objeto. De acordo com a autora,⁹⁰

O objeto SMM62001:127 faz parte da coleção do Museu Marítimo da Finlândia, localizado no Centro Marítimo de Vellamo, em Kotka. Em seu estado atual, o objeto apresenta aparência pouco interessante. Consiste em uma camada de lã marrom, medindo aproximadamente 1 m por 3,4 m e 3 mm de espessura. Foi descolorido pela água do mar e apresenta pequenos pedaços de seda danificada pela água esporadicamente presos a ele (Figuras 1 e 2). O objeto tem pouca semelhança com qualquer peça de roupa, exceto por resquícios de pontos e pequenos furos, demonstrando que um padrão acolchoado substancial teria originalmente coberto toda a superfície do objeto. Apesar da devastação do tempo e de séculos de exposição à água do mar, os pontos mencionados sugerem que o objeto já foi uma anágua acolchoada feminina (possivelmente inacabada). As dimensões indicam que a anágua teria medido pouco menos de um metro de comprimento, da cintura à bainha. A ausência de cós e nenhuma evidência de pregas no enchimento de lã restante sugerem que a anágua estava inacabada no momento do transporte.⁹¹

<https://doi.org/10.4324/9781315640754>.

89 SHEPHERD, Anni. *The Petticoat Project: Research Through Replica Making in a Museum Environment*. **The Journal of Dress History**, v. 6, n. 2, p. 92-119, 2022.

90 *Ibidem*, p. 94.

91 “Object SMM62001:127 is a part of the collection at the Maritime Museum of Finland, located at the Maritime Centre Vellamo, Kotka. In its current condition, the object is very uninteresting in appearance. It consists of a layer of brown wool, approximately 1m by 3.4m in size and 3mm thick. It has been discoloured by seawater and has small pieces of water-damaged silk sporadically attached to it (Figures 1 and 2). The object bears little resemblance to any item of clothing, apart from remnants of stitches and small holes demonstrating that a substantial quilted pattern would have originally covered the entire surface area of the object. Despite the ravages of time and centuries of exposure to seawater, the aforementioned points suggest that the object was once a (possibly unfinished) quilted women’s petticoat. The dimensions indicate that the petticoat would have measured just under a metre in length from waist to hem. The lack

Além disso, a autora destaca que a peça perde fibras todas as vezes que é manuseada, mesmo que esteja sob estritas técnicas de conservação.⁹² Assim, a produção da réplica não apenas permitiria aprender mais sobre as técnicas e trabalho da peça em si e sobre o naufrágio de que ela foi parte, mas também criaria a possibilidade de exibir a réplica e do público participar da pesquisa em si. O projeto destacou-se por valorizar tanto o processo de fabricação quanto o potencial educativo da réplica incompleta, demonstrando como estágios intermediários de produção podem servir como ferramentas pedagógicas eficazes. O grupo de voluntários que participou do projeto teve uma série de encontros com a pesquisadora e pôde debater as técnicas utilizadas, as dificuldades encontradas e outras pesquisas históricas sobre costura. Nas palavras de Shepherd,⁹³

Voluntários envolvidos em projetos de costura podem aprender e desenvolver técnicas de costura tradicionais, trabalhar com materiais até então desconhecidos e discutir como era a vida de costureiras, alfaiates, quiltmakers e mantuas em períodos anteriores. Esses tipos de experiências sensoriais em um ambiente museológico facilitado podem ajudar adultos a expandir seus conhecimentos e oferecer-lhes novas maneiras de compreender e interpretar o passado.⁹⁴

É fundamental reconhecer, contudo, que todo exercício de reconstrução histórica opera dentro de limitações epistemológicas. O próprio ato de produção precisa ser compreendido como exercício

of a waistband and no evidence of pleating in the remaining wool batting suggest that the petticoat was unfinished at the time of being transported.”

92 SHEPHERD, *op.cit.* p.103.

93 *Ibidem*, p.107.

94 “Volunteers involved with sewing projects can learn and develop heritage sewing techniques, work with materials previously unfamiliar to them and discuss what it was like in prior time periods for seamstresses, tailors, quilters and mantua makers to make garments. These types of sensory experiences in a facilitated museum environment can help adult learners expand their knowledge and offer them new ways of understanding and interpreting the past.”

contemporâneo de manipulação de materiais históricos, nunca como reprodução literal de gestos passados. A prática experimental deve ser vista como ferramenta complementar de outras técnicas. Embora incapaz de reproduzir integralmente as condições históricas originais, a reconstrução prática pode revelar aspectos do processo criativo e das cadeias operatórias que permanecem incertos nas fontes documentais. Cabe ressaltar que existem muitos gêneros de textos que trazem informações sobre técnicas do fazer, mas que raramente, como observa Smith sobre os cadernos de artífices pré-modernos, servem como uma descrição clara de como executar uma tarefa, ainda que seja escrito por artesãos.⁹⁵

A experiência acumulada em projetos como os descritos acima demonstra que o valor principal da recriação histórica talvez resida menos na obtenção de réplicas perfeitas e mais no processo de questionamento, descoberta e aprendizagem que ele engendra. Como observam Gillian Vogelsang-Eastwood e Chrystel Brandenburgh, cada “erro” ou dificuldade encontrada no processo experimental transforma-se em oportunidade para reformular perguntas e testar novas hipóteses, enriquecendo nossa compreensão das técnicas e materiais históricos.⁹⁶ Essa abordagem processual, que integra rigor metodológico e reflexão crítica, representa contribuição fundamental para os estudos de cultura material, oferecendo novas perspectivas sobre as relações entre técnica, corpo e sociedade no passado.

A RECRIAÇÃO HISTÓRICA COMO DIVULGAÇÃO

Outras iniciativas de recriação histórica realizadas no mundo seguiram a estratégia de plataformas online para documentação aberta dos processos de reconstrução. Ao disponibilizarem registros detalhados das etapas de pesquisa e confecção através de blogs especializados e redes sociais, esses projetos permitem que públicos geograficamente

95 SMITH, op.cit. p.115.

96 VOGELSANG-EASTWOOD; BRANDENBURGH, op.cit. p.56.

dispersos acompanhem e participem virtualmente do desenvolvimento das investigações. Dessa forma, perde-se uma parte do sensorial que pode ser explorado pelo público, mas se ganha em alcance e durabilidade do projeto. A seguir, vamos explorar algumas dessas iniciativas.

Em 2018, o projeto “Vestido de Noiva em um Fim de Semana” (*Wedding Gown in a Weekend*), coordenado por Rebecca Olds, foi realizado no Museu Nacional da Escócia e contou com a presença de um grupo internacional de voluntárias. Em um fim de semana, as participantes reconstruíram, com técnicas previamente pesquisadas e testadas, o vestido de noiva de Isabella MacTavish, originalmente utilizado em 1785 e passado por gerações na mesma família.

O vestido é feito de *tartan*, um padrão têxtil definido pela repetição ordenada de listras coloridas que se cruzam simetricamente na urdidura e na trama. Sua estrutura geométrica – em que as cores da trama e da urdidura se repetem – gera tons intensos, mas visualmente equilibrados, evitando um efeito caótico mesmo quando utiliza cores vivas. Embora frequentemente associado a identidades clânicas escocesas, sua origem transcende essa vinculação histórica, sendo antes uma expressão de técnica têxtil e design metódico.⁹⁷ A peça é o único vestido feminino de *tartan* anterior a 1800 conhecido, período em que o uso do tecido seria mais comum.

O projeto articulou uma oficina de reconstrução colaborativa que durou um fim de semana com a produção de blogs⁹⁸ e vídeos de *You-*

97 BROWN, Ian. **From Tartan to Tartanry: Scottish Culture, History and Myth**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2010, p. 2; THE SCOTTISH TARTANS MUSEUM and Heritage Center, Inc. What Is Tartan? 2025. Disponível em: <https://scottish-tartansmuseum.org/education/what-is-tartan/>. Acesso em: 24 abr. 2025.

98 ATELIER NOSTALGIA. Isabella Mactavish Fraser. 2025. Disponível em: <https://ateliernostalgia.wordpress.com/tag/isabella-mactavish-fraser/>. Acesso em: 22 abr. 2025; OLDS, Rebecca. The Isabella Project. **Timesmith Dress History**, 2025. Disponível em: <https://www.timesmith.co.uk/isabella-project>. Acesso em: 22 abr. 2025; AMERICAN DUCHESS. Isabella Mactavish Fraser - Free Pattern PDF. 2025. Disponível em: <https://www.americanduchess.com/products/isabella-mactavish-fraser-pattern-pdf>. Acesso em: 22 abr. 2025.

Tube sobre a experiência.⁹⁹ A oficina foi aberta ao público e fez parte da exposição “Selvagem e Majestoso: Visões Românticas da Escócia” (Wild and Majestic: Romantic Visions of Scotland), na qual o vestido estava sendo exibido.

De acordo com Rebecca Olds,¹⁰⁰ a reconstrução experimental do vestido esclareceu aspectos ambíguos de sua construção que exames convencionais não revelavam, destacando as técnicas especializadas pelas *mantua-makers* das Terras Altas escocesas no século XVIII. O processo evidenciou a necessidade da colaboração entre artesã e usuária, desafiando estereótipos sobre o “atraso” no conhecimento de técnicas nas áreas rurais e sobre a suposta incapacidade do trabalho feminino,¹⁰¹ e contou com a reprodução do tecido em tear compatível com o período executado por Prickly Thistle.¹⁰² De acordo ainda com Olds, o projeto demonstrou como uma interpretação significativa exige abordagem multidisciplinar, considerando seu contexto socioeconômico e as limitações de acesso a bens e modas urbanas.

No contexto brasileiro, o projeto *Traje Brasilis* – iniciativa desenvolvida através da colaboração entre historiadores, profissionais da moda, artesãos e entusiastas – recriou trajes do período colonial brasileiro com base nos registros iconográficos de Carlos Julião¹⁰³ (c. 1780). O estudo das aquarelas e a reprodução material das peças revelou um cromatismo vibrante, em contraste com as representações monocromá-

99 **Recreating the Isabella MacTavish Fraser Scottish Tartan Wedding Dress.** YouTube, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=43ZTV_YxlgI; **Making My Own Isabella MacTavish Fraser Dress #theisbellaproject.** YouTube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=emeNPnkjsJ4>.

100 OLDS, op.cit.

101 Ibidem.

102 ISABELLA MacTavish Fraser’s Wedding Dress (Replica) - Prickly Thistle Scotland. 2025. Disponível em: <https://pricklythistlescotland.com/bespoke-projects/ifwd-replica>. Acesso em: 22 abr. 2025.

103 JULIÃO, Carlos. **Riscos Iluminados de Figurinhos de Brancos d Negros dos Uzos do Rio de Janeiro e Serro do Frio.** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1960.

ticas difundidas pela TV e cinema. O cromatismo ainda contrasta com a predominância de tons pastéis na moda europeia, particularmente francesa, no mesmo período.

A metodologia adotada pelo projeto combinou duas vertentes complementares: uma abordagem visual, focada na reprodução estética e no caimento das peças com materiais contemporâneos, e outra técnica, que experimentou com métodos históricos de confecção, com resultados por vezes incompletos. Os resultados foram divulgados em múltiplas plataformas – desde vídeos curtos no *YouTube*¹⁰⁴ até textos analíticos em *blogs*¹⁰⁵ e comunicações acadêmicas¹⁰⁶. Essa diversidade de formatos ampliou o alcance do projeto, estabelecendo um diálogo produtivo entre o conhecimento acadêmico e o público não especializado, conforme defendido por Michael Frisch no campo da história pública.¹⁰⁷

Outro destaque das diversas possibilidades que a recriação histórica pode trazer para a História Pública está no trabalho da intérprete histórica, historiadora pública, artista e afrofuturista¹⁰⁸ Cheyney McKni-

104 **Como fazer um avental com TODAS as técnicas do século 18 | #TrajeBrasilis MODA DE ANTIGAMENTE.** YouTube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=js9MNEtQFMY>; *Traje Brasilis - Vestindo a História do Brasil.* YouTube, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3Z2nhAkXTWM>; *Traje Brasilis - Contexto Histórico do Século XVIII.* YouTube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XRw3OlwXkME>; *Traje Brasilis - Século XVIII - Robe a l'Anglaise - Roupas da Elite.* YouTube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XOxGujKIVBs>.

105 LOPES, Juliana. **Traje Brasilis: Fazendo um traje brasileiro 1780s.** 2025. Disponível em: <https://www.julianalopes.art.br/2021/07/traje-brasilis-fazendo-um-traje.html>. Acesso em: 22 abr. 2025.

106 SILVA DE OLIVEIRA, Jaqueline da; CANTARELLI, Laleska Viegas. **Traje Brasilis: Recriação de Trajes Históricos Brasileiros.** 2020.

107 FRISCH, Michael. **A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History.** Albany: SUNY Press, 1990, p. xviii.

108 O termo “afrofuturismo” foi cunhado em 1994 por Mark Dery. É normalmente utilizado para definir um movimento cultural e intelectual que articula a interseção entre tecnologia, ficção científica e as experiências da diáspora africana, reinterpretando

ght, responsável pelo canal de Youtube,¹⁰⁹ Instagram¹¹⁰ e site “Not Your Momma’s History”.¹¹¹ Sua metodologia combina pesquisa documental rigorosa, arqueologia experimental e performance histórica para abordar o que a historiografia contemporânea tem denominado “memórias difíceis”. Especializando-se na história de comunidades negras dos Estados Unidos, escravizadas ou não, seus projetos desmontam sistematicamente as narrativas nostálgicas que permeiam uma parcela dos projetos de reinterpretação e recriação históricas convencionais, particularmente aquelas que obscurecem as condições violentas da produção têxtil no período escravista.

Através de reconstruções que por vezes mesclam técnicas antigas e contemporâneas, McKnight ilumina as complexas relações entre raça, gênero e trabalho na história material. Cada peça reconstruída e reimaginada transforma-se em dispositivo narrativo. Além disso, as performances e projetos de McKnight criam espaços dialógicos de reflexão e cura coletiva. Como documentado em seus workshops e performances,

tando o passado e presente para imaginar futuros alternativos. Caracterizado pela reimaginação decolonial do tempo e espaço, o afrofuturismo combina estéticas futuristas com tradições africanas, questionando estruturas de poder hegemônicas e propondo narrativas onde afrodescendentes assumem protagonismo tecnológico e cultural. Para mais informações ver: BUROCCO, Laura. Afrofuturismo e o devir negro do mundo | Afrofuturism and the becoming-black of the world. *Arte & Ensaios*, n. 38, 13 ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.37235/ae.n38.26373>; ESHUN, Kodwo. Further Considerations of Afrofuturism. *CR: The New Centennial Review*, v. 3, n. 2, p. 287-302, 2003; WOMACK, Ytasha L. *Afrofuturism: The World of Black Sci-Fi and Fantasy Culture*. Chicago: Chicago Review Press, 2013; YASZEK, Lisa. Afrofuturism, science fiction, and the history of the future. *Socialism and Democracy*, v. 20, n. 3, p. 41-60, 1 nov. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1080/08854300600950236>.

109 McKNIGHT, Cheyney. **NotYourMommashistory**. YouTube, 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCEVpwIpE7PpD2rt1SGtAkJw>. Acesso em: 22 abr. 2025.

110 McKNIGHT, Cheyney. Cheyney McKnight (@notyourmommashistory) • Instagram photos and videos. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/notyourmommashistory/>. Acesso em: 22 abr. 2025.

111 McKNIGHT, Cheyney. **Not Your Momma’s History**. 2025. Disponível em: <http://www.notyourmommashistory.com/about-us.html>. Acesso em: 22 abr. 2025.

a prática da recriação histórica e do vestir transforma-se em ato de rememoração ativa, permitindo que comunidades afrodescendentes contemporâneas se reconectem com técnicas ancestrais de maneira crítica e empoderadora. Seu canal no *YouTube* funciona como um arquivo vivo onde demonstrações técnicas alternam-se com análises contundentes sobre como a indústria da moda histórica reproduz hierarquias coloniais.¹¹²

Essa abordagem exemplifica o potencial epistêmico da reconstrução têxtil quando articulada a uma consciência histórica decolonial. O trabalho de McKnight não apenas questiona quais histórias são contadas através da roupa, mas também redefine quem tem o direito de contá-las e em quais termos. Ao transformar a prática têxtil em ato político e epistemológico, McKnight oferece um modelo inspirador que redefine nossa relação com o objeto histórico. Como observam Dudley¹¹³ e Classen¹¹⁴, essa abordagem multissensorial transcende a mera observação em vitrines museológicas, criando formas de engajamento com o passado que são ao mesmo tempo intelectualmente rigorosas e profundamente transformadoras.

De forma mais tradicional, a minissérie *A Stitch in Time* (“Um Ponto no Tempo”) produzida pela BBC em 2018, combina a reconstrução rigorosa de peças de tecido com narrativas de biografias e outros aspectos historiográficos, num formato voltado ao público não especializado.¹¹⁵ A costura serve como fio condutor para se pensar diversos períodos históricos, trazendo para o público questões relacionadas às matérias-primas, às relações de produção e às técnicas historicamente envolvidas no trabalho de confecção.

Uma contribuição particularmente significativa das iniciativas abordadas acima reside na combinação de práticas manuais presenciais

112 Ibidem.

113 DUDLEY, op.cit.

114 CLASSEN, op.cit.

115 A STITCH in Time. Documentário, Biografia, História. BBC Studios, 2018.

com engajamento digital, processo no qual a informação circula e se transforma através de múltiplos canais e agentes. O impacto dessas experiências transcende a transmissão de informações, configurando-se como espaços de produção coletiva de conhecimento.

A crescente popularidade das práticas de reconstrução histórica demanda uma reflexão crítica sobre seus fundamentos epistemológicos e limitações metodológicas. Nenhuma reconstrução contemporânea pode reproduzir integralmente as condições materiais, corporais e cognitivas do passado. Essa constatação, longe de invalidar a prática, convida a uma maior transparência sobre seus pressupostos e limitações, transformando essas restrições em oportunidades pedagógicas para discutir os processos de construção do conhecimento histórico.

A recriação histórica consolida-se, assim, como campo metodológico inovador na interface entre produção acadêmica e engajamento social. Como demonstram os casos analisados ao longo deste artigo, quando articulada com rigor metodológico e sensibilidade crítica, essa prática transcende sua dimensão artesanal para transformar-se em instrumento privilegiado de compreensão histórica.

CONCLUSÃO

A recriação histórica é uma ferramenta metodológica singular no campo da história pública, capaz de articular pesquisa acadêmica rigorosa com formas inovadoras de engajamento coletivo. Como demonstram os projetos analisados ao longo deste artigo – desde as reconstruções têxteis do *Textile Research Centre* até as iniciativas decoloniais de Cheyney McKnight –, a reprodução experimental de vestimentas revela camadas do passado que podem estar inacessíveis nas fontes textuais. Essas práticas não apenas lançam luz sobre técnicas artesanais esquecidas, como destacado por Smith¹¹⁶, mas também desafiam narrativas historiográficas estabelecidas, expondo contradições entre re-

116 SMITH, op.cit.

apresentações visuais e realidades materiais, conforme evidenciado pelo *Traje Brasilis* em sua desconstrução do cromatismo colonial.

Os limites epistemológicos dessa abordagem, longe de invalidá-la, reforçam seu potencial crítico. Como observam Vogelsang-Eastwood e Brandenburgh¹¹⁷, os “erros” no processo experimental transformam-se em oportunidades para questionar pressupostos e reformular hipóteses. A impossibilidade de reproduzir integralmente as condições históricas originais não anula o valor da costura como prática de conhecimento, mas exige transparência metodológica – exercício que, em si mesmo, enriquece a reflexão sobre os modos de produção do saber histórico.

No âmbito da história pública, a recriação histórica permite criar conexões sensoriais e emocionais com o passado. Seja através de oficinas presenciais ou plataformas digitais, essa prática transforma objetos em mediadores ativos entre especialistas e comunidades. O caso de McKnight, em particular, demonstra como a reconstrução têxtil pode transcender a dimensão técnica para tornar-se ato político, reivindicando narrativas marginalizadas e redefinindo quem tem autoridade para interpretar o passado.

À medida que a “virada material” se consolida nas humanidades, a recriação histórica oferece um modelo para repensar as relações entre teoria e prática, objeto e sujeito, passado e presente. Seu maior legado talvez resida justamente na capacidade de transformar linhas, tecidos e agulhas em instrumentos de questionamento crítico — não apenas sobre técnicas ancestrais, mas sobre os próprios fundamentos do fazer histórico. Como demonstra este artigo, quando aliada ao rigor

117 VOGELSANG-EASTWOOD; BRANDENBURGH, op.cit, p.56.

metodológico e à reflexão epistemológica, a agulha pode tornar-se tão afiada quanto a pena na escrita da história.

REFERÊNCIAS

A STITCH in Time. Documentário, Biografia, História. BBC Studios, 2018.

AMERICAN DUCHESS. Isabella Mactavish Fraser - Free Pattern PDF. American Duchess, 2025. Disponível em: <https://www.americanduchess.com/products/isabella-mactavish-fraser-pattern-pdf>. Acesso em: 22 abr. 2025.

AUSLANDER, Leora. Beyond Words. **The American Historical Review**, v. 110, n. 4, p. 1015-1045, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1086/ahr.110.4.1015>.

BARTHES, Roland. **The Fashion System**. Trad. Richard Howard; Matthew Ward. Berkeley: University of California Press, 1990.

BRINKMANN, Svend; TANGGAARD, Lene. Toward an Epistemology of the Hand. **Studies in Philosophy and Education**, v. 29, n. 3, p. 243-257, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11217-009-9164-0>.

BROWN, Ian. **From Tartan to Tartanry: Scottish Culture, History and Myth**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2010.

BUROCCO, Laura. Afrofuturismo e o devir negro do mundo | Afrofuturism and the becoming-black of the world. **Arte & Ensaios**, n. 38, 13 ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.37235/ae.n38.26373>.

CALANCA, Daniela. **História Social da Moda**. São Paulo: Editora SENAC SP, 2008.

CLASSEN, Constance. **The Deepest Sense: A Cultural History of Touch**. Urbana: University of Illinois Press, 2012.

COMO fazer um avental com @TODAS @ as técnicas do século 18 | #TrajeBrasilis MODA DE ANTIGAMENTE. YouTube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=js9MNEtQFMY>.

DEBOM, Paulo. A moda e o vestuário como objetos de estudo na História. **Revista de Ensino em Artes, Moda e Design**, v. 3, n. 3, p. 13-26, 28 nov. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5965/25944630332019013>.

DUDLEY, Sandra H. (org.). **Museum Objects: Experiencing the Properties of Things**. London; New York: Routledge, 2012.

ESHUN, Kodwo. Further Considerations of Afrofuturism. **CR: The New Centennial Review**, v. 3, n. 2, p. 287-302, 2003.

FRISCH, Michael. **A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History**. Albany: SUNY Press, 1990.

GASKELL, Ivan; CARTER, Sarah Anne. **The Oxford Handbook of History and Material Culture**. Oxford: Oxford University Press, 2020.

GERRITSEN, Anne; RIELLO, Giorgio. **Writing Material Culture History**. London: Bloomsbury Publishing, 2014.

GROOT, Jerome de. **Consuming History: Historians and Heritage in Contemporary Popular Culture**. 2. ed. London: Routledge, 2016. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781315640754>.

HARVEY, Karen. **History and Material Culture: A Student's Guide to Approaching Alternative Sources**. London: Routledge, 2009.

INGOLD, Tim. **Making: Anthropology, Archaeology, Art and Architecture**. Milton Park, Abingdon, Oxon: Routledge, 2013.

ISABELLA MacTavish Fraser's Wedding Dress (Replica) - Prickly Thistle Scotland. 2025. Disponível em: <https://pricklythistlescotland.com/bespoke-projects/ifwd-replica>. Acesso em: 22 abr. 2025.

JULIÃO, Carlos. **Riscos Iluminados de Figurinhos de Brancos de Negros dos Uzos do Rio de Janeiro e Serro do Frio**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1960.

LOPES, Juliana. **Traje Brasilis: Fazendo um traje brasileiro 1780s. 2025**. Disponível em: <https://www.julianalopes.art.br/2021/07/traje-brasilis-fazendo-um-traje.html>. Acesso em: 22 abr. 2025.

MAKING my Own Isabella MacTavish Fraser Dress #theisbellaproject. YouTube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=emeNPnkjsJ4>.

McKNIGHT, Cheyney. Cheyney McKnight (@notyourmommashistory) • Instagram photos and videos. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/notyourmommashistory/>. Acesso em: 22 abr. 2025.

———. Not Your Momma's History. 2025. Disponível em: <http://www.notyourmommashistory.com/about-us.html>. Acesso em: 22 abr. 2025.

———. NotYourMommashistory. YouTube, 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCEVpwIpE7PpD2rt1SGtAkJw>. Acesso em: 22 abr. 2025.

MUKERJI, Chandra. Material Turn. In: KOSSLYN, Stephen; SCOTT, Robert (org.). **Emerging Trends in the Social and Behavioral Sciences**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2015. p. 1-15.

NOSTALGIA, Atelier. Isabella Mactavish Fraser. Atelier Nostalgia, 2025. Disponível em: <https://ateliernostalgia.wordpress.com/tag/isabella-mactavish-fraser/>. Acesso em: 22 abr. 2025.

OLDS, Rebecca. The Isabella Project. **Timesmith Dress History**, 2025. Disponível em: <https://www.timesmith.co.uk/isabella-project>. Acesso em: 22 abr. 2025.

OUTRAM, Alan K. Introduction to Experimental Archaeology. **World Archaeology**, v. 40, n. 1, p. 1-6, 2008.

PETERSSON, Bodil; NARMO, Lars Erik. **Experimental Archaeology: Between Enlightenment and Experience**. Lund: Lund University, Department of Archaeology and Ancient History, 2011.

PROWN, Jules David. Mind in Matter: An Introduction to Material Culture Theory and Method. **Winterthur Portfolio**, v. 17, n. 1, p. 1-19, 1982.

RECREATING the Isabella MacTavish Fraser Scottish Tartan Wedding Dress. YouTube, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=43ZTV_YxlgI.

REYNOLDS, Peter J. The Nature of Experiment in Archaeology. In: HARDING, Anthony F. (org.). **Experiment and Design: Archaeological Studies in Honour of John Coles**. Oxford: Oxbow Books, 1999. p. 156-162. DOI: <https://doi.org/10.6067/XCV8417661>.

SCHOUWENBURG, Hans. Back to the Future? History, Material Culture and New Materialism. **International Journal for History, Culture and Modernity**, v. 3, n. 1, p. 59-72, 23 abr. 2015.

SHEPHERD, Anni. The Petticoat Project: Research Through Replica Making in a Museum Environment. **The Journal of Dress History**, v. 6, n. 2, p. 92-119, 2022.

SILVA DE OLIVEIRA, Jaqueline da; CANTARELLI, Laleska Viegas. **Traje Brasilis: Recriação de Trajes Históricos Brasileiros**. 2020.

SMITH, Pamela H. **From Lived Experience to the Written Word: Reconstructing Practical Knowledge in the Early Modern World**. Chicago: University of Chicago Press, 2022.

SOUZA, Gilda Rocha de Mello e. **A moda no século XIX: ensaio de sociologia estética**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, 1950. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.8.1950.tde-20240724-145346>.

THE SCOTTISH TARTANS MUSEUM and Heritage Center, Inc. What Is Tartan? 2025. Disponível em: <https://scottishtartansmuseum.org/education/what-is-tartan/>. Acesso em: 24 abr. 2025.

TRAJE BRASILIS - Contexto Histórico do Século XVIII. YouTube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XRw3OlwXkME>.

TRAJE BRASILIS - Século XVIII - Robe a l'Anglaise - Roupas da Elite. YouTube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XOxGujKIVBs>.

TRAJE BRASILIS - Vestindo a História do Brasil. YouTube, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3Z2nhAkXTWM>.

VIANA, Fausto; ITALIANO, Isabel C. **Para vestir a cena contemporânea**. São Paulo: Portal de Livros Abertos da USP, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/9788572052238>.

VOGELSANG-EASTWOOD, Gillian; BRANDENBURGH, Chrystel. The Texel Shipwreck Silk Stockings: A Reconstruction Project Based on Citizen Science. **The Journal of Dress History**, v. 7, n. 3, p. 37-62, 2023.

WOMACK, Ytasha L. **Afrofuturism: The World of Black Sci-Fi and Fantasy Culture**. Chicago: Chicago Review Press, 2013.

YASZEK, Lisa. Afrofuturism, science fiction, and the history of the future. **Socialism and Democracy**, v. 20, n. 3, p. 41-60, 1 nov. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1080/08854300600950236>.

AS AUTORAS

Tupá Guerra é historiadora, graduada e mestre em História pela Universidade de Brasília (UnB), com doutorado pela University of Birmingham - Reino Unido. Além de realizar pesquisas na área de História Antiga, é especialista em História Pública Digital e recriadora de indumentárias históricas. Criadora e apresentadora do Podcast Uma Tupá no Tempo. Também colaborou na realização do documentário Vestindo Histórias e das séries Traje Brasilis e a Moda dos Tempos de Eufrásia do canal Poética dos Museus, disponíveis no YouTube.

Pauline Kisner é historiadora da indumentária. Possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina e Especialização em História da Arte pela Estácio de Sá. Professora de História e de História da Arte, atua como divulgadora histórica em ambientes digitais através do canal “A Modista do Desterro”, onde usa a história da indumentária para discutir gênero, relações étnico-raciais e de trabalho. Coordenou o projeto Traje Brasilis (2020-2022) e atualmente trabalha com o projeto “(re)Criando Marias”, que se propõe a recriar trajes de

mulheres trabalhadoras em diferentes momentos da história do Brasil, procurando se contrapor às imagens construídas pelo audiovisual.

COMO CITAR ESTE CAPÍTULO

GUERRA, Tupá; KISNER, Pauline. Linhas de conhecimento: a costura como ferramenta de História Pública. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de Carvalho; CARVALHO, Daniel Gomes de (Org.). **História em público**. As origens da história pública e o que os historiadores estão fazendo com ela hoje. Brasília: Caliandra, 2026.

_parte 2
popularizar
a história

PASSOU NA TELEVISÃO: A HISTÓRIA NO TELEJORNALISMO BRASILEIRO

Wellington Amarante

EVIDENTEMENTE HÁ IMPASSES, descompassos, desencontros de diversas ordens, entretanto também há possibilidades de intervenção intelectual, de tomada de palavra e posicionamento – e é justamente necessário ocupar tais tribunas, capazes de alcançar audiências não especializadas e muitas vezes sedentas de conhecimento histórico.¹¹⁸

As palavras de Juliana Sayuri revelam um pouco da complexa, mas necessária, relação entre jornalistas e historiadores. A autora, jornalista e historiadora, faz essa reflexão com um olhar privilegiado de alguém que conhece muito bem os dois ofícios e assim busca instigar a comunidade historiadora a ocupar os mais diversos espaços midiáticos. Esse capítulo busca refletir sobre as características da ocupação de uma dessas tribunas, o telejornal. Minha questão é: quais são as categorias de divulgação de história presentes no telejornalismo brasileiro?

Nos últimos anos, os debates sobre a história pública têm motivado e inspirado inúmeros pesquisadores a refletirem sobre o papel de historiadoras e historiadores na produção do conhecimento histórico e nas mais diversas formas em que esse conhecimento circula na sociedade. Rodrigo Patto Sá Motta afirma ser fundamental “a presença e a atuação dos historiadores e das historiadoras” no “espaço público”, entendido pelo autor como “espaços e locais de circulação de ideias e opiniões, em especial as mídias tradicionais e as novas redes sociais, mas também as escolas, as universidades e outras esferas de sociabilidade”. Ainda segundo Motta, vivemos um momento “(...) marcado por notável curiosidade pública em relação a representações sobre o passado,

118 SAYURI, Juliana. “A história é notícia: temas históricos e o ofício do historiador”. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares (editores). **História pública e divulgação de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2019. p.44.

tanto as que são produzidas pela história como as que são produzidas por outras formas de discurso”.¹¹⁹ Em resposta a essa mesma questão, Carolina Silveira Bauer observa que:

Esse debate parece ter extrapolado os antigos limites da discussão sobre os ofícios do historiador e do jornalista, para centrar-se na temática da divulgação histórica, da existência de outros saberes históricos que não o escolar e o acadêmico, dos nichos editoriais e outras questões mercadológicas, da demanda por consumo de história, etc.¹²⁰

Bruno Leal Pastor de Carvalho e Ana Paula Tavares Teixeira reconhecem que atualmente, no Brasil, os “temas históricos têm desfrutado de grande popularidade”, mas segundo os autores, “isso não quer dizer que os historiadores ocupem um lugar proeminente em nosso meio social, ou que sejam eles a principal referência desse enorme público interessado em História”. Para os autores, tal demanda social seria “pela História e não por historiadores”:

(...) são ainda poucos os historiadores que têm se dedicado a divulgar o resultado de seu próprio trabalho para o grande público. (...) São os jornalistas, os grandes veículos de mídia e os cada vez mais onipresentes criadores de conteúdo para a internet, em sua maioria independentes, que detêm os recursos e as habilidades para falar com o público leigo e o poder de determinar temas e as discussões históricas circulantes no meio social.¹²¹

Jurandir Malerba, refletindo sobre a relação entre historiadoras, historiadores e seus públicos no mundo digital, lança uma série de

119 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os lugares dos historiadores e da história na sociedade brasileira: Conferência de abertura do XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis. **História da Historiografia**, n.22, dezembro 2016, pp.325-326.

120 BAUER, Caroline Silveira. Breves considerações sobre ‘os lugares dos historiadores e da história na sociedade brasileira’. **História da Historiografia**, n.23, Abril, 2017, p.169.

121 CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares (editores). **História pública e divulgação de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2019, p.10.

questionamentos e provocações sobre as necessidades e os limites de atuação do historiador profissional frente às demandas e mudanças do século XXI.¹²²

Já Fernando Nicolazzi, ao observar a relação entre historiadores e seus públicos, se apropria da expressão *regime historiográfico*, utilizada por François Hartog e Gérard Lenclug, e sugere três regimes historiográficos para pensarmos a realidade contemporânea: um regime historiográfico acadêmico; um regime historiográfico escolar; e por fim, um regime historiográfico de circulação ampla. Segundo o autor, “(...) em cada um desses casos, a história é escrita, narrada e difundida segundo regras e protocolos distintos e, sobretudo, de acordo com demandas, modos de difusão e formas de recepção que são diferentes”. Nesses termos, Nicolazzi defende que “a reflexão sobre a relação entre os historiadores e seus públicos ainda é uma via aberta àqueles interessados em compreender os sentidos e as funções que o saber histórico desempenha a partir de regimes historiográficos distintos”.¹²³

Sônia Meneses, analisando a cobertura da *Folha de S.Paulo* sobre o Golpe de 1964, elabora o conceito de “operação midiográfica”. Para a autora: “(...) há a elaboração de uma escrita da história de forma sistematizada fora do campo da ciência histórica: através dos meios de comunicação, tanto em suas narrativas cotidianas, como por profissionais ligados a eles, que se propõem à reflexão sobre os eventos passados”. Ainda segundo a autora, “(...) a mídia atua na elaboração tanto de acontecimentos emblemáticos, como de conhecimento histórico a partir de narrativas que operam com categorias temporais na fundação de sentidos (...) é uma escrita da história elaborada por meios de comunicação”.¹²⁴

122 Cf. MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**. Vol.37, n.74, 2017.

123 NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. **Revista História Hoje**, vol.8, n.15, 2019, p.212.

124 MENESES, Sônia. **Operação midiográfica: o golpe de 1964 e a Folha de S.Paulo**.

Thaís Nívia Fonseca defende que é possível analisar na perspectiva da história pública as “diferentes formas de mídias” dedicadas à “divulgação do conhecimento histórico para o público não especialista”.¹²⁵ Desse modo, podemos dizer que a história pública está no rádio, na televisão, na internet, nos museus, nos centros culturais e em outros espaços sociais. No caso específico do material televisivo, podemos afirmar que se enquadra naquilo que Ricardo Santhiago classifica como um dos quatro engajamentos da História Pública: “a História feita para o público”.¹²⁶

Angela de Castro Gomes e Patrícia Hansen, ao refletir sobre as práticas de mediação cultural, afirmam que: “(...) as práticas de mediação cultural podem ser exercidas por um conjunto diversificado de atores, cuja presença e importância nas várias sociedades e culturas têm grande relevância, porém, nem sempre reconhecimento”.¹²⁷

TELEJORNALISMO COMO ESPAÇO PARA A HISTÓRIA

Entendemos que o telejornalismo se constituiu como um espaço privilegiado para a divulgação de história. E que, em muitos momentos, essa divulgação passa pela mediação de historiadoras e historiadores, que participam em maior ou menor grau desses espaços, a depender das circunstâncias. Desse ponto de vista, entendemos que as historiadoras e historiadores, ao se disporem a atender as equipes de jornalismo televisivo, exercem um importante papel de *intelectuais*

São Paulo: Intermeios, 2016. p.25

125 FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. “Ensino de história, mídia e história pública”. In: MAUAD, Ana Maria. ALMEIDA, Juniele Rabêle de; SANTHIAGO, Ricardo. **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p.191.

126 SANTHIAGO, Ricardo. “Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre história pública no Brasil”. In: MAUAD, Ana Maria. ALMEIDA, Juniele Rabêle de; SANTHIAGO, Ricardo. **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p.28.

127 GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p.9.

mediadores, nos termos consagrados por Angela de Castro Gomes e Patrícia Hansen: “consideramos, então, que os intelectuais mediadores podem ser tanto aqueles que se dirigem a um público de pares, mais ou menos iniciado, como a um público não especializado, composto por amplas parcelas da sociedade”.¹²⁸

Cássia Palha destaca que o telejornalismo possui diversos subgêneros, tais como telejornalismo policial, de esportes e variedades. E que: “ao historiador cabe, então, o mapeamento dessas especificidades, que caracterizam dentro do leque de subgêneros o *formato* do programa a ser analisado e de como nele foram apropriados os elementos da linguagem audiovisual televisiva”.¹²⁹

A partir do diálogo com as referências mencionadas acima, elegemos os telejornais diários produzidos e exibidos pela Rede Globo e suas emissoras afiliadas entre os anos de 2012 e 2022, por entender que esses programas seguem relevantes e representativos do modo como a informação circula na sociedade. Ao abrir o leque às emissoras afiliadas, queríamos também conhecer as especificidades regionais e locais da divulgação de história.

Tal empreitada só foi possível em virtude do acesso aos materiais telejornalísticos na plataforma de *streaming* Globoplay.¹³⁰ A partir das palavras-chave¹³¹ “historiador” e “historiadora”, foram selecionados

128 GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. *Idem*, p.21.

129 PALHA, Cássia Louro. “Fontes telejornalísticas nos domínios de Clio: notas metodológicas”. In: Busetto, Áureo. **História plugada e antenada**: estudos históricos sobre mídias eletrônicas no Brasil. Appris: Curitiba, 2017, p.255.

130 A plataforma Globoplay foi criada em 2015 pelas Organizações Globo e desde então disponibiliza, mediante um cadastro e/ou assinatura, acesso a conteúdos audiovisuais produzidos pela Rede Globo, emissoras afiliadas, parceiros e produções originais Globoplay.

131 Em junho de 2024, a plataforma passou por uma atualização o que alterou significativamente os resultados da ferramenta de busca. Se antes era possível localizar trechos telejornalísticos a partir de palavras-chave, com uma certa precisão, a partir dessa data, o material telejornalístico não seria mais indexado e ao digitar qualquer termo de busca, os resultados eram majoritariamente de programas de entretenimento. Nossa hipótese é que essa atualização priorizou a experiência do usuário da plataforma

338 vídeos,¹³² com duração total de 1.586 minutos, o equivalente a mais de 26 horas de material, produzidos e exibidos por mais de 100 telejornais diferentes espalhados por todo o Brasil. Esse material foi visionado integralmente e catalogado em um quadro analítico, composto de 27 campos informativos, construído no *software Excel*, da *Microsoft*.

A partir do visionamento e análise do material catalogado, observamos que a divulgação de história no telejornalismo pode ser dividida em ao menos cinco categorias: explicação de temas históricos; publicização de livros e eventos; iniciativas em história pública; análise de conjuntura e descobertas históricas. Seguimos com a análise de cada uma das categorias, iniciando pela de menor ocorrência até chegarmos à principal categoria de divulgação de história.

DESCOBERTAS HISTÓRICAS

No dia 15 de outubro de 2014, o *JMTV 2ª Edição* exibiu reportagem de Carla Ribeiro sobre a descoberta do monumento mais antigo da cidade de São Luís, capital do Maranhão. Trata-se da base da Pirâmide de Beckman, que, segundo o historiador Euges Lima, seria a base do

que busca por programas de entretenimento. Vale dizer que todo o material telejornalístico segue disponível na plataforma, mas seu acesso deve ser feito pela edição diária do programa ou por link específico.

132 Dentre os 338 vídeos selecionados, 68 foram catalogados por bolsistas de iniciação científica sob minha orientação em três projetos distintos. Os dois primeiros executados pela discente Mariana Costa Borges são intitulados: “Quando o passado vira notícia: a ditadura militar brasileira nos telejornais da Rede Globo (2013-2018)”, financiado pelo CNPq. E “Telejornalismo e História Pública: a ditadura militar nos telejornais das emissoras mineiras afiliadas a Rede Globo (2014-2018), financiado pela FAPEMIG. E o terceiro projeto desenvolvido também por Mariana Costa Borges em parceria com o discente Thalisson Gustavo Graciano, intitulado: A história política na televisão: mapeamento e análise de material telejornalístico veiculado pela Rede Globo e suas emissoras afiliadas (2012-2022)”, financiado pela FAPEMIG e pela Universidade Federal de Uberlândia. Os resultados desse último projeto podem ser consultados em: BORGES, Mariana Costa; GRACIANO, Thalisson Gustavo; AMARANTE, Wellington. Usos do streaming na pesquisa histórica: mapeamento da história política no telejornalismo brasileiro (2012-2022). **Convergências: Estudos Em Humanidades Digitais**, 2 (6), 2024, p.145–170. <https://doi.org/10.59616/cehd.v2i6.2027>.

antigo Pelourinho, instalado na cidade em 1815. Ao lado do monumento, o historiador conta à repórter: “a partir daí, eu comecei a pesquisar e investigar e cheguei à confirmação de que de fato, a base da pirâmide de Beckman é a mesma base do Pelourinho de 1815”. Euges Lima ainda explica que: “toda vez que num território português, que pertencesse à Coroa Portuguesa, se instalava uma Câmara Municipal ou Casa do Senado da Câmara, se instalava também um Pelourinho. Portanto, o Pelourinho ele representava, ele simbolizava a autonomia do Poder Municipal, da Câmara Municipal”. Na passagem, em frente a uma réplica do Pelourinho, a repórter Carla Ribeiro afirma que: “(...) muitos historiadores, até bem pouco tempo atrás, acreditavam que o monumento estava completamente destruído”. E, na sequência, na narração em *off*, a repórter complementa: “A descoberta recente torna a base da Pirâmide de Manuel Beckman o mais antigo monumento de São Luís”. Antes do encerramento da reportagem, Euges Lima conclui: “é um tesouro que estava escondido que estava aqui pra todo mundo ver, mas que ninguém conseguia perceber que era o antigo Pelourinho de São Luís, um tesouro que foi descoberto, por assim dizer”.¹³³ A mesma reportagem, com aproximadamente 2 minutos de duração, foi exibida na manhã seguinte no *Bom Dia Mirante*.¹³⁴

No início da tarde do dia 7 de outubro de 2020, o *Jornal Hoje*, apresentado por Maju Coutinho, exibiu em rede nacional uma reportagem de Ricardo Van Dorff sobre uma importante descoberta. Em *off*, o repórter afirmava: “(...) a historiadora Cristiane Garcia Teixeira descobriu um tesouro”. Tratava-se de um texto inédito de Machado de Assis. Ao longo dos aproximadamente três minutos e meio de reportagem, são reveladas informações sobre a descoberta feita pela historiadora.

133 JMTV 2ª Edição. Historiador maranhense descobre o mais antigo monumento de São Luís. Globoplay, 15 de outubro de 2014. 2min5s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3699175/?s=0s> Acesso realizado em: 20/01/2025.

134 Bom Dia Mirante. Historiador descobre o mais antigo monumento de São Luís. Globoplay, 16 de outubro de 2014. 2min9s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3700048/?s=0s> Acesso realizado em: 31/01/2025.

Imagens de Machado de Assis, em diversas fases de sua vida, são apresentadas para ilustrar o assunto. O repórter, com a ajuda da animação gráfica, se dedica a explicar os passos que levaram a historiadora a realizar sua descoberta. Duas falas da historiadora são exibidas ao longo da reportagem, totalizando 30 segundos. Na primeira delas, Cristiane Garcia Teixeira destaca que: “era um Machado de Assis com 20 anos que estava começando a fazer suas primeiras publicações enquanto jornalista na imprensa”. A reportagem ainda ouviu João Cezar de Castro Rocha, professor de Literatura Comparada da UFRJ, que reforçou a importância da descoberta da historiadora.¹³⁵

As reportagens mencionadas acima são representativas do tipo de material agrupado na categoria *descobertas históricas*, que conta com um total de 19 vídeos mapeados, o que representa cerca de 5,6% de todo o *corpus* catalogado. Em relação às temáticas abordadas, destaca-se a questão do patrimônio histórico e a referência a grandes personagens. Foram produzidas e veiculadas reportagens sobre Dom Pedro I,¹³⁶ Padre Cícero,¹³⁷ Pelé¹³⁸ e até mesmo Jesus Cristo.¹³⁹ Em todos os casos analisados, há de forma explícita o apelo a ideia de descoberta e a parti-

135 Jornal Hoje. Historiadora descobre texto inédito de Machado de Assis. Globoplay, 7 de outubro de 2020. 3min47s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8920712/?s=0s> Acesso realizado em: 20/01/2025.

136 RJ Inter TV 1ª Edição. Historiadora de Petrópolis, RJ, prova que D. Pedro não matou a esposa Leopoldina. Globoplay, 2 de março de 2013. 3min10s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2436808/> Acesso realizado em: 25/01/2025.

137 CETV 1ª Edição – Juazeiro do Norte. Historiadores discutem sobre a data de nascimento de Padre Cícero. Globoplay, 23 de março de 2016. 9min16s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4905382/?s=0s> Acesso realizado em: 25/01/2025.

138 Jornal da EPTV 1ª Edição – Ribeirão Preto. Historiador revela fotos inéditas da goleada de Pelé contra o Botafogo-SP. Globoplay, 18 de novembro de 2019. 9min17s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8095834/> Acesso realizado em: 25/01/2025.

139 Jornal Nacional. Historiadora apresenta papiro que afirma ser a prova de que Jesus teria se casado. Globoplay, 18 de setembro de 2012. 33s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2145951/?s=0s> Acesso realizado em: 25/01/2025.

cipação da historiadora ou do historiador como a figura que revela um segredo, desvenda um mistério ou descobre um tesouro.

ANÁLISE DE CONJUNTURA

No dia 26 de março de 2020, o *SP1* exibiu trechos de uma entrevista com o historiador Leandro Karnal. Exibida originalmente e ao vivo pela manhã no *Bom Dia SP*, a participação do convidado ocorreu de forma *online*, em virtude das medidas de isolamento social adotadas devido à pandemia de COVID-19. O historiador conversou com os telespectadores sobre a crise sanitária enfrentada pelo país. Dentre as inúmeras afirmações, Karnal destacou que “o SUS foi e será a salvação de grande parte da sociedade brasileira”. E em seguida afirmou: “pesquisa universitária, universidades públicas, são a única esperança de nós sairmos de qualquer atoleiro sanitário”.¹⁴⁰

No material coletado, foram mapeadas ao todo cinco participações de Leandro Karnal, com a mesma natureza, são entrevistas ou depoimentos *online* gravados avaliando os impactos do coronavírus em diversos segmentos sociais e as perspectivas de futuro frente à crise. As participações foram veiculadas no *Diário TV 1ª Edição*,¹⁴¹ *Bom Dia Cidade Campinas/Piracicaba*¹⁴² e *Bom Dia Paraíba*.¹⁴³ No dia 15 de maio de 2020, em uma dessas aparições, dessa vez em entrevista *online* ao vivo para

140 SP1. Historiador Leandro Karnal fala sobre crise a do novo coronavírus. Globoplay, 26 de março de 2020. 3min6s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8433824/?s=0s> Acesso realizado em: 20/01/2025.

141 Diário TV 1ª Edição. Historiador Leandro Karnal fala sobre a crise do novo coronavírus. Globoplay, 28 de março de 2020. 7min18s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8439802/?s=0s> Acesso realizado em 01/02/2025.

142 Bom Dia Cidade Campinas/Piracicaba. Sua Chance: quadro entrevista historiador Leandro Karnal sobre o mercado pós-pandemia. Globoplay, 25 de maio de 2020. 8min24s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8577220/?s=0s> Acesso realizado em: 01/02/2025.

143 Bom Dia Paraíba. Leandro Karnal aborda a temática do mundo pós-pandemia no Bom Dia Paraíba. Globoplay, 5 de junho de 2020. 10min31s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8605300/?s=0s> Acesso realizado em: 01/02/2025.

o *Jornal Tribuna 1ª Edição*, a conversa com o historiador precisou ser interrompida e, direto da Central Globo de Jornalismo, a apresentadora Maju Coutinho anunciou a demissão do então ministro da saúde Nelson Teich. Quando a entrevista é retomada, a apresentadora do *Jornal Tribuna 1ª Edição* aproveita o gancho para perguntar sobre o panorama com a demissão do ministro. Leandro Karnal afirma que “(...) é ruim em meio à pandemia [que] nós tenhamos trocado de novo de ministro da saúde”. A apresentadora ainda pergunta sobre *fake news*, Karnal comenta que isso não é novo na História, e cita o caso de Maria Antonieta. Por fim, o historiador pede aos telespectadores que, nesse momento de crise, escutem os especialistas e não os grupos de *WhatsApp*.¹⁴⁴

Além de falar a respeito da pandemia, as historiadoras e historiadores agrupados nessa categoria teceram suas *análises de conjuntura* sobre temas como: ditadura militar,¹⁴⁵ abandono do patrimônio histórico,¹⁴⁶ desenvolvimento econômico e social¹⁴⁷, racismo¹⁴⁸, entre outros. Ao todo, foram mapeados e catalogados 24 vídeos de *análise de conjuntura*, o que representa pouco mais de 7% de todo o material encontrado,

144 *Jornal Tribuna 1ª Edição*. Historiador Leandro Karnal fala sobre a pandemia. Globoplay, 15 de maio de 2020. 16min56s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8556882/?s=0s> Acesso realizado em: 01/02/2025.

145 *MGTV 2ª Edição – Zona da Mata*. Prefeitura de São João del Rei quer retirar referências ao golpe militar. Globoplay, 18 de março de 2014. 2min28s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3222462/?s=0s> Acesso realizado em: 01/02/2025.

146 *Jornal de Rondônia 1ª Edição*. Conforme denúncias de historiadores, peças históricas da EFMM estão se perdendo. Globoplay, 27 de março de 2014. 2min35s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3241904/?s=0s> Acesso realizado em: 01/02/2025.

147 *Bom Dia ES*. Historiador fala sobre suas expectativas para o futuro da economia no ES. Globoplay, 13 de julho de 2016. 14min53s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5160256/?s=0s> Acesso realizado em: 01/02/2025.

148 *BATV - Salvador*. Historiadores e religiosos comentam a venda de estatueta com negros acorrentados. Globoplay, 8 de fevereiro de 2022. 3min59s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10283188/?s=0s> Acesso realizado em: 01/02/2025.

o que revela que esse tipo de intervenção poderia ser mais recorrente, dada a relevância social dos temas.

INICIATIVAS EM HISTÓRIA PÚBLICA

No dia 31 de agosto de 2019, o *SP1* exibiu uma reportagem, com quase 4 minutos de duração, sobre o projeto *Passeando pelas ruas*, criado por três historiadores e cujo objetivo é realizar passeios pela cidade de São Paulo. A reportagem de Roberta Chevitarese conta que o projeto, que existe há cinco anos, foi contemplado em edital da Prefeitura e se transformou em um jogo de tabuleiro que está sendo testado nas escolas da rede municipal. Um dos idealizadores, o historiador Philippe dos Reis, comenta que “o objetivo do passeio é justamente tentar pegar e desmistificar algumas questões que estão no imaginário da população, é uma caminhada pela história, então você vai tá mergulhando por ela e você vai tá voltando no tempo (...)”. A historiadora Renata de Almeida explica que o jogo: “é uma sistematização de vários conteúdos que a gente trabalha nos passeios, a gente tem 240 cartelas, que contemplam personalidades, logradouros, patrimônios e aí a gente traz um pouco desses conteúdos dos passeios”. Na parte final da reportagem, Roberta Chevitarese visita uma das escolas onde o jogo está sendo testado e conversa com o diretor e com algumas alunas, todos aprovaram a iniciativa.¹⁴⁹

No dia 15 de maio de 2021, o *Jornal Tribuna 1ª Edição* apresentou em uma reportagem de pouco mais de 3 minutos a iniciativa de três historiadores que criaram o podcast *Caminhos da Memória* para contar a história da cidade de Santos. A historiadora Karime Moussali Antigo explica que, “quando saiu o prêmio Mesquitinha da Lei Aldir Blanc, a gente pensou: é a chance de dar visibilidade para aspectos da história de Santos de um jeito que vai instigar a população santista”. Já o his-

149 SP1. Grupo de historiadores cria jogo para falar sobre a cidade. Globoplay, 31 de agosto de 2019. 3min57. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7886660/> Acesso realizado em: 20/01/2025.

torizador Odair José Pereira conta: “eu sempre tive essa preocupação de entender como é que funcionava a questão das relações negras na cidade de Santos. Como foi a questão da abolição? Como é que esses escravos viveram nessa cidade? E como a cultura carnavalesca sofreu alterações e modificações ao longo do tempo?”. A repórter Thais Roza encerra a reportagem instigando o trio a lançar a segunda temporada da série.¹⁵⁰

As duas reportagens destacam o que denominamos como *iniciativas em história pública*. Nos dois casos, temos projetos coletivos, idealizados por jovens historiadores, financiados por edital público e que buscam dialogar com uma audiência mais ampla por meio de outras linguagens. Ambos os projetos estão vinculados à história local, São Paulo e Santos, e assim ganharam repercussão nos telejornais locais *SP1* e *Jornal Tribuna 1ª Edição*.

Identificamos ao menos 27 vídeos que podem ser agrupados na categoria *iniciativas em história pública*, o que representa quase 8% de todo o material. Em sua maioria, são reportagens, num total de 21, mas há também entrevistas, que apresentam uma grande diversidade, desde projetos como os que mencionamos acima, até atividades em museus¹⁵¹, exposições¹⁵² e confecção de maquetes históricas.¹⁵³

PUBLICIZAÇÃO DE LIVROS E EVENTOS

No dia 13 de setembro de 2012, o *JMTV 2ª edição* veiculou reporta-

150 *Jornal Tribuna 1ª Edição*. Historiadores fazem podcast sobre Santos. Globoplay, 15 de maio de 2021. 3min4s disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9519491/?s=0s> Acesso realizado em: 20/01/2025.

151 *Jornal do Almoço-SC*. Conheça o museu do Contestado, localizado em Caçador. Globoplay, 20 de agosto de 2013. 3min5s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2770679/?s=0s> Acesso realizado em: 30/01/2025.

152 *Diário TV 1ª Edição*. Shopping de Mogi das Cruzes recebe exposição sobre a Independência do Brasil. Globoplay, 6 de setembro de 2014. 3min53s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3612156/?s=0s> Acesso realizado em 30/01/2025.

153 *Bom Dia Rio Grande*. Historiador cria parque da colonização alemã em miniatura

gem sobre o lançamento do livro “Ajurujuba”¹⁵⁴, de autoria do historiador Iramir Araújo. Trata-se de uma história em quadrinhos, com ilustração de Ronilson Freire, sobre a fundação de São Luís. Nas palavras do historiador: “é uma forma, eu diria, interessante, divertida, é uma forma visual de mostrar a história”. Com duração de quase 2 minutos, a reportagem de David Peres apresentou as características gerais da obra e destacou algumas curiosidades, como o título do livro que significa papagaio amarelo.¹⁵⁵

Já no dia 25 de novembro de 2015, o *Bom Dia PE* apresentou uma reportagem sobre o lançamento do livro “Dossiê Itamaracá”¹⁵⁶ da jornalista e historiadora Joana Côrtes. A reportagem apresenta imagens do auditório da Livraria Cultura lotado. Em sua participação, a historiadora afirma: “eu coletei cartas, fotografias, relatório do DOPS, entrevistei ex-presos políticos, que mostram a solidariedade, a mobilização desse povo pernambucano, desse povo brasileiro, por resistência, por mobilização, contra a ditadura e por luta pela liberdade”. A reportagem conta ainda com a participação de uma testemunha do período da ditadura, Alberto Vinícius Melo do Nascimento, ex-presos político.¹⁵⁷

As reportagens mencionadas exemplificam de que modo os telejornais têm feito a cobertura do lançamento de livros de historiadoras e historiadores. Nos dois casos, temos obras que dialogam com a

em Forquetinha. Globoplay, 1º de julho de 2022. 2min46. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10718120/?s=0s> Acesso realizado em: 30/01/2025.

154 Cf. ARAÚJO, Iramir. **Ajurujuba**: a fundação da cidade de São Luís. São Luís-MA: EDUFMA, 2012.

155 JMTV 2ª Edição. História da Fundação de São Luís é contada em quadrinhos por historiador maranhense. Globoplay, 13 de setembro de 2012. 1min56s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2138373/> Acesso realizado em: 17/01/2025.

156 Cf. CÔRTEZ, Joana. **Dossiê Itamaracá**: cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, Pernambuco (1973-1979). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

157 Bom Dia PE. Historiadora lança livro sobre estudantes que passaram mais de dez anos presos na Ditadura. Globoplay, 25 de novembro de 2015. 2min5s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4632221/?s=0s> Acesso realizado em: 17/01/2025.

realidade local e trazem informações históricas relevantes. Na primeira reportagem, a ênfase recai sobre o formato de História em Quadrinhos, enquanto na segunda, o destaque é pelo tema da perseguição da ditadura militar aos estudantes. Apesar da curta duração de ambas as reportagens, pouco menos de dois minutos, tanto a historiadora quanto o historiador aparecem no vídeo tecendo comentários sobre a obra e consequentemente divulgando seu trabalho a um público mais amplo.

Há uma grande diversidade de temas entre os lançamentos de livros, da Revolução Pernambucana¹⁵⁸ ao futebol¹⁵⁹. Entre os eventos há desde congressos acadêmicos¹⁶⁰ até mudanças em instituições culturais¹⁶¹. A categoria *publicização de livros e eventos* é a segunda mais recorrente entre o material coletado. Reúne um total de 58 vídeos, o que equivale a 17,5% de todo o material.

EXPLICAÇÃO DE TEMAS HISTÓRICOS

No dia 3 de abril de 2015, feriado de Sexta-Feira da Paixão, o *RJ1 - TV Rio Sul* recebeu em seu estúdio o historiador Gunnar Sotero. Coube ao historiador explicar, em pouco mais de 4 minutos, as tradições da Semana Santa. Questionado pela apresentadora sobre a tradição de comer peixe nesse período, o historiador explica que “o peixe era um alimento típico da região da Judeia”. Perguntado sobre a Páscoa, o his-

158 NE2. Livro conta a história da Revolução Pernambucana de 1817. Globoplay, 1º de março de 2018. 2min7s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6544087/?s=0s> Acesso realizado em: 02/02/2025

159 Bom Dia Alagoas. Historiador lança terceira edição do livro Histórias do Futebol. Globoplay, 17 de outubro de 2014. 2min36s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3702591/?s=0s> Acesso realizado em: 02/02/2025.

160 Bom Dia Ceará. Historiadores de todo o país estão reunidos em Sobral, no Ceará. Globoplay, 17 de julho de 2012. 1min59s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2044203/?s=0s> Acesso realizado em: 02/02/2025.

161 SP2. Escritora e historiadora Mary Del Priore entra pra Academia Paulista de Letras. Globoplay, 5 de março de 2022. 3min19s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10361568/?s=0s> Acesso realizado em: 02/02/2025.

torizador comenta que “a Páscoa para os religiosos, tanto católicos como protestantes, é o domingo da ressurreição, depois do terceiro dia Cristo teria ressuscitado”. O historiador finaliza sua participação explicando sobre a tradição do coelho da Páscoa. “O coelhinho surge como um sinal de fertilidade, o coelho é um animal muito simples, muito puro e se reproduz rápido e em grandes quantidades, então o coelhinho vem com essa ideia de uma nova vida, com os ovos, que é um novo tempo.”¹⁶²

No dia 15 de agosto de 2022, feriado estadual que marca a adesão do Pará à independência do Brasil, o *Bom Dia Tapajós* entrevistou ao vivo a historiadora Eveline Sousa. Já na primeira pergunta, o repórter Zé Rodrigues questiona por que tantas pessoas desconhecem a data. A historiadora ainda comenta sobre as relações da Província do Grão-Pará com Lisboa em detrimento da relação com o Rio de Janeiro. Destaca também que é uma data de importância nacional e que tem influência em outros movimentos, como a Cabanagem. Na questão seguinte, o repórter pergunta o que seria do Pará “(...) se não tivesse feito esse acordo na época?”. A historiadora comenta “(...) que é preciso uma dose de imaginação histórica para pensar o si (...)”, e arrisca dizer de forma muito cuidadosa que a província poderia ter se tornado um estado independente.¹⁶³

Como vimos nas reportagens mencionadas, a historiadora ou o historiador é convidado a explicar aos telespectadores um determinado tema histórico. Nesse movimento de explicação, as historiadoras e os historiadores mobilizam seus conhecimentos históricos, interagem com os jornalistas e com os telespectadores. As efemérides, como a Inde-

162 RJ1 – TV Rio Sul. Historiador explica tradições da Semana Santa. Globoplay, 3 de abril de 2015. 6min58s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4084337/?s=0s> Acesso realizado em: 20/01/2025.

163 Bom Dia Tapajós. Historiadora explica sobre Adesão do Pará. Globoplay, 15 de agosto de 2022. 9min24s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10849222/?s=0s> Acesso realizado em: 20/01/2025.

pendência do Brasil, a¹⁶⁴ Proclamação da República,¹⁶⁵ aniversários de cidades¹⁶⁶ e estados,¹⁶⁷ ocupam um espaço importante nessa categoria.

Em suma, a *explicação de temas históricos* consagra-se como a principal categoria de divulgação de história no telejornalismo da Rede Globo e de suas emissoras afiliadas. De 338 vídeos mapeados e catalogados, ao menos 206 podem ser classificados nessa categoria, o que representa quase 61% do material.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar, a divulgação de história com a participação de historiadoras e historiadores no telejornalismo da Rede Globo e de suas emissoras afiliadas entre os anos de 2012 e 2022 pode ser desdobrada em cinco categorias: explicação de temas históricos, publicização de livros e eventos, iniciativas em história pública, análise de conjuntura e descobertas históricas.

Cada uma das categorias possui suas especificidades, suas potencialidades e seus limites na divulgação de história. Ao participar de um telejornal para explicar um tema histórico, a historiadora ou o historiador conseguem dialogar com o telespectador e apresentar elementos historiográficos e contraditórios dos processos históricos e assumem também o lugar de especialista e autoridade no tema tratado.

164 RJ1 – TV Rio Sul. Historiador fala dos capítulos da independência do Brasil no vale do café. Globoplay, 7 de setembro de 2020. 8min15s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8837143/?s=0s> Acesso realizado em: 02/02/2025.

165 Jornal da EPTV 1ª Edição – São Carlos/Araraquara. Historiador explica sobre a Proclamação da República, lembrada nesta quarta. Globoplay, 15 de novembro de 2017. 3min41s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6290765/> Acesso realizado em: 02/02/2025.

166 GRTV 1ª Edição. Historiador fala sobre o progresso da cidade de Petrolina. Globoplay, 21 de setembro de 2019. 2min36s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7941262/> Acesso realizado em: 02/02/2025.

167 Bom Dia Tocantins. Historiador fala um pouco mais sobre a história do Tocantins. Globoplay, 4 de outubro de 2019. 6min. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7973945/> Acesso realizado em: 02/02/2025.

Já na publicização de livros e eventos, é ofertado à historiadora e ao historiador um espaço privilegiado para divulgação de seu trabalho junto a uma audiência ampla. Ao participar de um telejornal para divulgar um livro publicado ou um evento realizado, a historiadora ou o historiador rompem com os muros da academia e abrem a possibilidade de que um público mais amplo conheça sua obra.

Como vimos, são muitas as iniciativas em história pública apresentadas nos telejornais. Ao pautar projetos e iniciativas de historiadoras e historiadores junto a determinados segmentos sociais, os telejornais contribuem para ampliar a percepção social em relação ao papel e às atribuições possíveis para historiadoras e historiadores.

Já as historiadoras e historiadores que conseguem, em suas participações nos telejornais, realizar análises de conjuntura contribuem significativamente para a ampliação dos campos destinados a historiadoras e historiadores no debate público. No senso comum, a figura da historiadora ou do historiador estaria fadada a analisar, ou explicar, um passado longínquo, enquanto a tarefa de falar sobre o presente e o futuro de nossa sociedade contemporânea caberia a outros profissionais, como cientistas políticos, economistas e sociólogos, por exemplo. Os materiais reunidos nessa categoria rompem com essa noção e demonstram que há um vasto campo do tempo presente a ser explorado pelas historiadoras e historiadores no telejornalismo.

E, por fim, as descobertas históricas possuem um lugar importante na divulgação de história, pois dialogam fortemente com a curiosidade do telespectador, temas diversos são explorados a partir do apelo ao novo, ao desconhecido ou ao tesouro que foi encontrado por historiadoras e historiadores.

Em suma, buscamos, a partir da análise das notícias, entrevistas e reportagens produzidas e veiculadas pelos telejornais diários da Rede Globo e suas emissoras afiliadas entre os anos de 2012 e 2022, contribuir para uma categorização da divulgação de história no telejornalismo. Há ainda um longo caminho a ser trilhado e desejamos que novas pesquisas possam observar o mesmo fenômeno em outras emissoras brasileiras e estrangeiras, em perspectivas comparadas e transnacionais e

em outros períodos históricos. Afinal, acreditamos que compreender a história da divulgação de história no telejornalismo é fundamental para podermos, na condição de intelectuais mediadores, ampliar a nossa participação no debate público.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Iramir. **Ajurujuba**: a fundação da cidade de São Luís. São Luís-MA: EDUFMA, 2012.

BAUER, Caroline Silveira. Breves considerações sobre ‘os lugares dos historiadores e da história na sociedade brasileira’. **História da Historiografia**, n.23, Abril, 2017, pp.167-175.

BORGES, Mariana Costa; GRACIANO, Thalisson Gustavo; AMARANTE, Wellington. Usos do streaming na pesquisa histórica: mapeamento da história política no telejornalismo brasileiro (2012-2022). **Convergências: Estudos Em Humanidades Digitais**, 2 (6), 2024, p.145–170. <https://doi.org/10.59616/cehd.v2i6.2027>

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares (editores). **História pública e divulgação de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

CÔRTEZ, Joana. **Dossiê Itamaracá**: cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, Pernambuco (1973-1979). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. “Ensino de história, mídia e história pública”. In: MAUAD, Ana Maria. ALMEIDA, Juniele Rabêle de; SANTHIAGO, Ricardo. **História pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p.185-194.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**. Vol.37, n.74, 2017.

MENESES, Sônia. **Operação midiográfica: o golpe de 1964 e a Folha de S.Paulo**. São Paulo: Intermeios, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os lugares dos historiadores e da história na sociedade brasileira: Conferência de abertura do XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis. **História da Historiografia**, n.22, dezembro 2016, pp.321-335.

NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. **Revista História Hoje**, vol.8, n.15, 2019, p.203-222.

SANTHIAGO, Ricardo. “Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre história pública no Brasil”. In: MAUAD, Ana Maria. ALMEIDA, Juniele Rabêle de; SANTHIAGO, Ricardo. **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. pp.23-36.

SAYURI, Juliana. “A história é notícia: temas históricos e o ofício do historiador”. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares (editores). **História pública e divulgação de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2019. pp.41-54.

O AUTOR

Wellington Amarante é professor adjunto do Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória/UFU). Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis. Este capítulo é um dos resultados da pesquisa de pós-doutorado intitulada: “A divulgação de História na televisão: a participação de historiadoras e historiadores nos telejornais da Rede Globo e de suas emissoras afiliadas (2012-2022)”, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, sob a supervisão do professor

Bruno Leal Pastor de Carvalho, a quem agradeço imensamente pela acolhida. Agradeço também aos colegas do Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia, que viabilizaram meu afastamento integral para a realização do estágio pós-doutoral.

COMO CITAR ESSE CAPÍTULO

AMARANTE, Wellington. Passou na televisão: a história no telejornalismo brasileiro. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de Carvalho; CARVALHO, Daniel Gomes de (Org.). **História em público**. As origens da história pública e o que os historiadores estão fazendo com ela hoje. Brasília: Caliandra, 2026.

O PAPEL DO PODCAST NA DIVULGAÇÃO DE HISTÓRIA

Victor Alexandre Lopes de Oliveira

& Vitor Silva Soares

AO LONGO DAS PÁGINAS deste livro, você pôde ter acesso a diferentes partes de um prisma complexo que é a História Pública. Existem inúmeros debates a respeito do trabalho e da função dos historiadores e onde eles devem se encaixar. Essa problemática se torna ainda mais urgente quando pensamos que estamos em um período em que o ensino de História vem sendo desvalorizado, o currículo escolar está pouco a pouco perdendo a substância das ciências humanas e o trabalho do professor em sala de aula vem sendo tolhido. Apesar desse cenário aparentemente desolador, parte integrante da *função* de um historiador é saber se comunicar com diferentes públicos, posição muito bem resumida pela pena de Marc Bloch em *Apologia da História*.

O objetivo central deste capítulo será analisar o uso do podcast como uma ferramenta de divulgação de História. Analisaremos abordagens, limites, problemáticas e um estudo de caso. Porém, é importante que, inicialmente, uma discussão a respeito da História Pública seja feita, tendo em mente que um dos pilares fundamentais do trabalho do historiador é a divulgação daquilo que ele faz. Giovanni Levi mostra que o historiador tem como função *pesquisar, resumir e comunicar*.¹⁶⁸ A parte da comunicação dos resultados da pesquisa histórica pode ser feita tanto para nossos pares quanto para o público mais amplo. Nos diferentes campos possíveis de atuação para a História Pública, vamos

168 LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Tempo**, v. 20, p. 1-20, 2014.

dar um foco maior a partir de agora para as mídias digitais, em especial o podcast.

OS HISTORIADORES E AS REDES SOCIAIS

Ainda que seja necessário analisar o papel do historiador público e do podcast como sua ferramenta de trabalho, é preciso saber que essa mídia faz parte de um contexto bem específico, o das redes sociais. Sobre isso, é importante citar que o estágio em que vivemos do modo de produção vigente se destaca pelo fenômeno da produtização completa de todos os fenômenos sociais.

Hoje, a vida em comunidade passa por um personagem controverso, mas que sem dúvidas é protagonista: as redes sociais. A forma como as redes sociais se desenvolve tem como fundamento buscar a melhor forma de gerar lucro para os acionistas das respectivas empresas de tecnologia. Isto é, não há preocupações com o bem-estar dos produtores de conteúdo, com os possíveis danos para as democracias pelo mundo afora e tampouco com o que é moralmente aceito ou não, mesmo que as empresas que administram não admitam.

Por esse motivo, as redes trabalham com estímulos químicos no cérebro humano, a partir do uso de algoritmos e mecanismos de recompensa. Dentro dessa lógica, a necessidade de retenção do usuário dentro de uma plataforma digital é maior do que a qualidade do conteúdo. Portanto, há uma disputa nunca antes vista pela atenção das pessoas. Pesquisadores da University College London revisaram 12 artigos com 237 jovens diagnosticados com dependência de internet.¹⁶⁹ Usando ressonância magnética funcional, identificaram mudanças nas redes cerebrais, como redução na conectividade de áreas relacionadas ao pensamento ativo.

169 Internet addiction affects the behaviour and development of adolescents. London's Global University, Londres, 05 de jun. de 2024. Disponível em: <<https://www.ucl.ac.uk/news/2024/jun/internet-addiction-affects-behaviour-and-development-adolescents>>. Acesso em 18 de fev. 2025.

Para os historiadores, isso é um grande risco, pois conteúdos controversos e incorretos do ponto de vista histórico são cada vez mais frequentes. Uma figura que frequentemente é vítima desse processo, por exemplo, é Zumbi dos Palmares. Não é difícil encontrar nas redes sociais conteúdos com o título: “*Zumbi tinha escravos!*”. Em sites e jornais prestigiados por muitos, como *UOL*, *Veja* e *Wikipédia*, a confirmação categórica sobre um tema tão espinhoso nos mostra que, na internet, há não somente mentiras sobre História, mas também generalizações que contribuem para justificar práticas que atacam minorias sociais. Afinal, as falas a respeito de Zumbi ter escravos aparecem justamente no início do milênio, no mesmo momento em que houve a introdução da política de cotas em universidades públicas. Um discurso que busca desprestigiar o maior símbolo do movimento negro brasileiro – se o símbolo do movimento negro não tem prestígio, o movimento perde prestígio. Se o movimento não tem prestígio, por que as suas demandas, como as cotas, teriam? É claro que esse caso está sendo posto neste livro apenas como exemplo. Poderíamos falar de muitos outros, mas ele está aqui para deixar claro como é delicado deixar a internet sem a presença de um intelectual crítico, que conheça os pormenores do pensamento científico.

Há debates longos sobre História Pública que questionam se historiadores e professores de história devem ou não ocupar as mídias sociais e começar a também produzir conteúdo histórico online. Os mais ortodoxos acreditam que o trabalho do historiador deva se limitar ao de um consultor, alguém que está por trás das câmeras ou dos microfones, auxiliando criticamente o criador de conteúdo. Outros acreditam que não, sustentando que os historiadores podem e devem ocupar espaços que estão tomados pelos criadores de conteúdo em si, trazendo o conhecimento crítico-científico da academia para frente das câmeras e dos microfones. E essa defesa existe por dois motivos. Primeiro, porque a maneira de se produzir e consumir conteúdo na internet fica cada dia mais dinâmica. Conteúdos que atingem milhões de pessoas demoram poucos minutos para serem criados, desde a ideia até a produção e publicação. Se acrescentarmos um consultor na equação, o esforço e o tem-

po gasto seriam muito maiores, desestimulando e não recompensando os criadores de conteúdo que querem ser responsáveis e trabalhar com um historiador, dando o suporte científico. Segundo, porque quando um cientista fala publicamente a partir de sua área de conhecimento, ele não só ensina sobre o seu conteúdo, mas também sobre ciência em si. Quando alguém que usa o método científico é exaltado publicamente, a forma a partir da qual essa pessoa pensa é também exaltada.

Finalmente, podemos falar sobre o podcast. Mesmo sendo uma mídia antiga para os padrões da internet, o podcast teve o seu verdadeiro crescimento recentemente, principalmente em 2020 com a pandemia da COVID-19. Poderíamos discutir sobre a diferença deste *boom* ter sido para o que chamam de *videocast* e não *podcast*, mas seria uma discussão infrutífera para o momento. O que importa é que, pelo menos, a palavra “podcast” está em alta desde então. O podcast é um dos grandes espaços da internet em que pessoas buscam conhecimento. Cerca de metade dos adultos americanos ouviu um podcast no último ano, segundo uma pesquisa do Pew Research Center.¹⁷⁰ Os motivos para ouvir variam: 88% buscam aprendizado, 87% procuram entretenimento, 81% ouvem enquanto realizam outras atividades e 71% querem conhecer diferentes opiniões. O entretenimento é a principal razão citada (60%), seguido por aprendizado (55%) e ter algo para ouvir (52%). Os temas mais populares são comédia (47%), entretenimento e cultura pop (46%), política (41%), ciência e tecnologia (40%) e história (40%). A pesquisa também aponta diferenças etárias: adultos mais jovens preferem podcasts como forma de entretenimento, enquanto os mais velhos os buscam para fins educativos e para se atualizar sobre atualidades. Temos diante de nós uma mídia na qual as pessoas buscam conhecimento. Se o historiador não estiver dentro dessa mídia, mentiras perigosas - como a do Zumbi dos Palmares possuir escravos - estarão ainda mais

170 SHEARER, Elisa. Podcasts as a Source of News and Information. Pew Research Center, 18 de abr. 2023. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/journalism/2023/04/18/podcasts-as-a-source-of-news-and-information/>> . Acesso em: 18 de fev. 2025.

enraizadas no senso comum e irão influenciar diretamente os rumos da sociedade. Um historiador, sendo, neste caso, a voz por trás do microfone, com fundamentos científicos, ensinando não só seu conteúdo, mas também o que é ciência e como ela funciona, vai também alterar os rumos da sociedade, mas nesse caso para algo crítico, plural e principalmente fundamentado na razão.

PRODUÇÃO DE CONTEÚDO PARA PODCAST E SEUS DESAFIOS

Como se viu, o podcast vem se tornando uma mídia com cada vez mais ouvintes. Com isso, muitos professores e estudantes de história escolheram essa ferramenta para compartilhar seus conhecimentos com alunos e público em geral. Diante desse cenário, algo que inicialmente pode parecer bastante simples pode se tornar um problema: a escolha dos temas. Quais temas trazer para um podcast de História? Qual é a melhor abordagem a ser usada? Para responder a esses questionamentos iniciais, é preciso fazer uma distinção entre dois grupos que trabalham com podcast e história. O primeiro grupo é aquele que produz podcasts como um auxílio para a sala de aula. O segundo grupo diz respeito ao uso do podcast como uma ferramenta de trabalho remunerado para educadores. De acordo com o historiador Icles Rodrigues, é plenamente possível usar o podcast como um recurso didático para estudantes tanto do ensino básico quanto do superior.¹⁷¹ Isso acontece porque o tempo que os professores e professoras dispõem em sala de aula muitas vezes não é suficiente para passar todo o conteúdo que os sistemas apostilados ou os cronogramas nos impõem. Dessa forma, os podcasts são ótimos aliados para revisão de conteúdo, complemento dele ou até abordagem de temas que não cabem em sala de aula. Uma vez que o uso do podcast nesse cenário é mais utilitário, a escolha dos temas vai depender da necessidade do momento.

171 ICLES, Rodrigues. Usos pedagógicos para Youtube e podcasts. IN: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Novos combates pela história: desafios - ensinós**. São Paulo: Contexto, 2021, p. 175.

Isso nos leva para o segundo cenário, no qual existe uma problemática mais elaborada a ser desenvolvida. Como já analisamos, o cenário dos podcasts no Brasil mudou após a eclosão da COVID-19 e isso não foi diferente para os historiadores e historiadoras. Uma vez direcionados para trabalhar de forma online, diversos educadores encontraram nas redes uma nova forma de atuar. A partir de 2020, uma série de novos canais, podcasts e páginas em redes sociais despontaram como uma alternativa de renda para esses indivíduos e, em alguns poucos casos, se tornaram as rendas principais. Tomando emprestado o conceito de “Historiador com CNPJ”, professores e professoras de História encontraram no podcast uma forma de sustento material, apesar de não existir nenhum tipo de seguridade social ou plano de carreira.¹⁷²

Portanto, uma vez que esses educadores se inseriram nessa nova dinâmica econômica das redes sociais, precisam aprender a navegar e *domar* o algoritmo e o interesse do público. Mas como se aproximar do público?! Uma pesquisa conduzida pela *Sounds Profitable* e *Edison Research* em junho de 2022 revelou que 81% dos ouvintes de podcasts confiam nas recomendações feitas pelos hosts.¹⁷³ Esse nível de confiança reflete o vínculo de credibilidade construído entre criadores de conteúdo e suas audiências. Além disso, um estudo realizado em fevereiro de 2022 pela *Edison Research* em parceria com a *Ad Results Media* mostrou que 53% dos ouvintes afirmam ter uma opinião mais positiva sobre empresas que anunciam nos podcasts que acompanham regularmente – um aumento em relação aos 49% registrados em 2020. Esses dados ressaltam o potencial dos podcasts como uma plataforma eficaz para estabelecer conexões genuínas entre marcas e consumidores.

172 SILVEIRA, Pedro Telles da. O historiador com CNPJ: depressão, mercado de trabalho e história pública. *Revista Tempo e Argumento*, v. 12, n. 30, p. 1-28, 2020.

173 EDISON RESEARCH; AD RESULTS MEDIA. **Super Listeners 2021: From Edison Research and Ad Results Media**. [S. l.]: Edison Research, 2022. Disponível em: <https://www.edisonresearch.com/super-listeners-2021-from-edison-research-and-ad-results-media/>. Acesso em: 18 fev. 2025.

Uma das maneiras de se criar vínculos com os ouvintes é através da transparência, isto é, não deixar obscura a fonte utilizada nos seus dados, a situação em que o podcast se encontra, as metas e objetivos do podcast e até mesmo o que o apresentador sente durante uma gravação. Tudo o que puder ser feito para transparecer o projeto fará o ouvinte enxergar-se como alguém próximo do apresentador, criando um vínculo emocional relevante para o projeto.

Uma outra forma de transparecer é ser rigoroso com as informações passadas. Muitas mentiras podem aparecer em projetos relacionados à História na internet. Mas muita informação falsa também é derivada de erros de pesquisa. É preciso lidar metodologicamente com a checagem de fatos. Não só citar as fontes, mas recorrer às fontes primárias ou, quando não há, citar a metodologia utilizada no estudo citado. As chamadas *fake news* e pseudociências muitas vezes possuem uma roupagem legítima. Elas utilizam signos e palavras normalmente utilizadas no ambiente jornalístico e científico para ganhar credibilidade. O trabalho do historiador ou do divulgador de História é, dentre outras coisas, ser uma espécie de consultor dos seus ouvintes, que irá distinguir o que é de fato ciência e o que só parece ciência.

Um outro ponto relevante para ser abordado ao analisarmos a prática de fazer podcast de História é sobre o equilíbrio entre educação e entretenimento. Seria ingenuidade achar que um podcast que se preocupa apenas com a qualidade técnica do seu conteúdo poderia concorrer com as infinidades de podcasts, canais do YouTube, Tik Toks e qualquer outra criação de conteúdo na internet que visam trabalhar usando como seu Norte a criação de entretenimento. Um podcast de história que visa alcançar públicos cada vez maiores precisa se equilibrar entre entretenimento e educação. Essa linha tênue precisa ser muito bem delimitada, pois pender para qualquer um dos lados fará o seu conteúdo ser vazio ou chato. Por isso, quero apresentar alguns caminhos possíveis para entreter a audiência, além de educá-la.

Correlação com cultura *pop* sempre funciona. Filmes, livros, séries e músicas podem ser grandes aliados na criação de conteúdo. Episódio sobre Esparta? Cite o filme do Zack Snyder. Episódio sobre

o Egito Antigo? Cite o *Assassin's Creed Origins*. E por que não fazer o contrário? Quando algum conteúdo de cultura pop for lançado, faça ele citar o seu conteúdo. Se o filme que acabou de sair está gerando discussões na internet, tente relacioná-lo com algum conteúdo histórico. Não apenas podemos usar a cultura pop para gerar o engajamento necessário para o nosso conteúdo, como também podemos usá-la para desmentir informações erradas nessa mesma obra e influenciar positivamente no entendimento popular sobre eventos históricos. Falar dos 300 de Esparta pode também trazer um debate sobre como a forma de se escrever História na antiguidade era diferente, e que Heródoto, por mais importante que ele seja para a historiografia, utilizava uma metodologia distinta dos historiadores modernos.

É claro que cada tema exige seu próprio esforço. Ao abordar eventos sensíveis ou controversos na divulgação de História, é essencial adotar uma postura ética, baseada na responsabilidade de respeitar as experiências das pessoas envolvidas. A narrativa não deve minimizar sofrimentos ou distorcer fatos em prol de simplificações, mas buscar um equilíbrio entre informar e sensibilizar. É necessário considerar o contexto histórico, evitando julgamentos anacrônicos que impõem valores atuais sobre o passado. Além disso, deve-se contemplar diferentes perspectivas, especialmente aquelas historicamente marginalizadas, reconhecendo as múltiplas camadas de interpretação dos eventos. Ao tratar desses temas, o divulgador de História desempenha um papel fundamental: humanizar os acontecimentos, educar sem sensacionalismo e promover uma compreensão crítica que fomente a empatia e o aprendizado com os erros do passado.

A digitalização da vida trouxe desafios e oportunidades significativas para a divulgação da História, assim como ocorreu em momentos anteriores com o surgimento do rádio e, posteriormente, da televisão. A transição do conteúdo histórico para plataformas digitais exige adaptações, como a necessidade de produzir materiais que sejam simultaneamente informativos e atraentes para um público acostumado a conteúdos rápidos e visuais. Da mesma forma, o rádio, ao se popularizar no início do século XX, levou educadores e divulgadores a reestruturar

suas narrativas, precisando captar a atenção dos ouvintes com roteiros envolventes em um meio puramente auditivo. Mais tarde, a TV trouxe novos desafios, ao exigir um equilíbrio entre informação e imagem, lidando com a superficialidade que a comunicação visual poderia gerar. Hoje, os desafios persistem em novas formas. A sobrecarga de informações online, muitas vezes de origem duvidosa, demanda que o divulgador de História se estabeleça como uma fonte confiável em meio a ruídos. No entanto, as novas tecnologias oferecem ferramentas poderosas para engajamento, como vídeos interativos, redes sociais e, no nosso caso de estudo, os podcasts, que tornam a experiência histórica mais imersiva e acessível. Além disso, a democratização das plataformas permite que diferentes narrativas sejam apresentadas a públicos diversos, promovendo uma visão mais plural e global da História.

HISTÓRIA EM MEIA HORA: UM ESTUDO DE CASO

Dentre todos os podcasts que surgiram no contexto da pandemia, alguns permaneceram publicando episódios regularmente. Foi no contexto da pandemia que o professor Vitor Soares decidiu tirar do papel um projeto que há anos ele havia gestado. A ideia do podcast é simples: em apenas trinta minutos, o ouvinte sairia sabendo algo novo de História. De acordo com o próprio Vitor Soares, a ideia inicial era atingir o público mais jovem, porém, ao longo das semanas, entusiastas da disciplina da História e professores foram se interessando pelo projeto e usando essa ferramenta para passarem o tempo ou se informarem.

Com a flexibilização das regras de isolamento durante a pandemia, diversos professores foram convocados a voltar para a sala de aula mesmo sem a disponibilidade da vacinação. Nesse momento, o podcast *História em Meia Hora* enfrentou um problema material: sua sobrevivência financeira. O professor Vitor Soares abriu uma campanha de financiamento coletivo com recompensas, como episódios exclusivos para apoiadores e, algum tempo depois, um clube do livro. Em troca, os assinantes poderiam doar mensalmente valores que variam entre R\$ 10 e R\$ 30.

Com a abertura desse financiamento, os caminhos do podcast *História em Meia Hora* mudaram e o professor Vitor Soares passou a se dedicar integralmente a esse projeto, saindo temporariamente da sala de aula - algo que, para o contexto do período pandêmico, foi visto como uma escolha difícil, mas vantajosa para o momento. Com financiamento minimamente garantido, o projeto cresceu e passou a contar com um membro da equipe sendo responsável pela escrita dos roteiros do podcast. A partir de março de 2021, o também professor de História Victor Alexandre se juntou à equipe.

A partir dessa profissionalização, o *História em Meia Hora* precisou aprender a lidar com os desafios acima citados. O primeiro grande dilema de um podcast que depende do financiamento do público para se manter é a *escolha dos temas*. Por mais que exista uma certa previsibilidade no valor a ser recebido no final do mês por conta do apoio coletivo, para um projeto se manter financeiramente viável, é necessário que um número específico de novos ouvintes conheça o podcast para que em seguida se tornem apoiadores. Nesse sentido, a escolha do tema do episódio é importante porque pode chamar a atenção do público. De acordo com dados internos de número de downloads dos episódios, é possível fazer um comparativo do tipo de tema mais ouvido.

Por exemplo, a média de downloads de episódios que envolvam temas correlatos às guerras mundiais, Guerra Fria e figuras polarizadas do século XX, como Hitler, Stálin, Lênin e Mussolini, é praticamente garantia de que novos ouvintes chegarão ao podcast. Essa é uma relação delicada, porque o produtor de conteúdo precisa de novos ouvintes ao mesmo tempo que pode usar o seu canal para abordar temas que são esquecidos ou negligenciados pelos diferentes setores da nossa sociedade. Temas que envolvem História do Brasil (principalmente período colonial) e Reinos Africanos geralmente possuem uma média menor de ouvintes. A partir desse cenário, a decisão ideal é buscar mesclar temas mais chamativos com episódios que *precisam* ser feitos, mesmo com menos ouvintes. Quando o produtor de conteúdo consegue agregar essas duas necessidades, abre-se a oportunidade de agregar ao debate público ao mesmo tempo que aumenta suas chances de financiamento.

Um outro aspecto importante dessa relação produtor de conteúdo-público é a *retenção* desse ouvinte dentro do episódio. Em outras palavras, é o ato de aumentar as chances de que a audiência ouça a maior parte do episódio que foi publicado. E nesse ponto, um fator muito importante é o *roteiro* e a *narração* do podcast. Em relação a outros podcasts, o *História em Meia Hora* tem uma particularidade: ele é um podcast solo. O formato mais comum em podcasts é o de entrevista ou o bate-papo. Em ambos os casos, existem pelo menos duas pessoas conversando, interagindo, rindo e fazendo troca de ideias. Em um podcast monólogo, é importante que o *ritmo* seja ágil para evitar que o ouvinte abandone o episódio. Na parte do roteiro, existem algumas técnicas e estratégias que podem ser usadas para aumentar a retenção. A primeira delas é criar um padrão. Podcast é uma mídia de companhia. Muitas pessoas ouvem enquanto lavam a louça, fazem academia ou estão no trânsito. Por isso, a previsibilidade é fator essencial de um podcast, o que envolve desde o dia da semana em que os episódios são publicados até o formato escolhido.

Os roteiros do podcast *História em Meia Hora* seguem um padrão muito bem definido e que, ao longo dos anos, foi se aprimorando. Todos os episódios iniciam com duas perguntas que introduzem ao tema, de modo que as primeiras mil palavras servem como introdução ao assunto. Nesse ponto, existe uma pequena vírgula sonora que serve como interlúdio. Na metade do episódio, existe uma pausa para inserção de espaço publicitário ou avisos para os ouvintes. Na parte final, o episódio termina com um resumo e, em seguida, recados breves. O ouvinte regular do podcast aprende, mesmo que de forma não intencional, quais são as estruturas usadas ao longo do episódio.

Além dessa estrutura, o roteiro obviamente deve ser bem escrito e ir direto ao ponto, sem muito rodeio. Uma outra técnica de escrita possível de ser usada para “prender” a audiência no episódio é o uso de *cliffhanger*. Essa é uma técnica usada em roteiros de produções cinematográficas e na literatura, na qual o objetivo é gerar uma expectativa no público para saber o que irá acontecer. Em determinado clímax, existe um “corte”, obrigando a audiência a pular para o próximo capítulo do

livro ou episódio da série. E como isso é feito em um podcast de História? Fazendo uso da estrutura que descrevemos acima, de modo que os momentos de vírgulas sonoras são propícios para esse tipo de abertura.

Por exemplo, em um episódio chamado *Lênin*, a primeira parte focou nos primeiros anos de vida desse personagem antes de se tornar um líder revolucionário. A frase anterior à primeira pausa foi: *“Sem dúvidas, o Ginásio Clássico de Simbirsk foi uma das principais referências na formação do jovem Vladimir. Porém, o que não se sabia até então é que, por conta de algumas tragédias, a história da família Ulyanov e de toda a Rússia mudaria completamente!”*. É um recurso simples, mas extremamente eficiente.

Para além do roteiro, parte importante em qualquer podcast (principalmente para os que são em formatos de monólogo) é o *ritmo* da narração e da edição. Originalmente, o podcast foi criado como uma mídia focada apenas na experiência do áudio. Por isso, o professor produtor de conteúdo deve se atentar a isso. Ter um roteiro diminui as chances de que as frases terminem com vícios de linguagem como “né”; “ãa”; “tá” entre outros. Uma narração firme, direta ao ponto e com a maior naturalidade possível são recursos que fazem o ouvinte acompanhar um monólogo.

A parte final da técnica necessária para a produção de um podcast de divulgação de História, pelo menos no que se refere à técnica, é a edição. É claro que construir uma imersão auditiva é interessante, mas isso pode ser muito trabalhoso, principalmente para educadores que não estão familiarizados com recursos tecnológicos. Uma edição bem-feita é aquela que soa natural e que dá a impressão ao ouvinte de que poucos cortes foram feitos.

ESTAMOS FAZENDO HISTÓRIA PÚBLICA?

Desde 2020, cresceu o número de educadores que encontraram nas redes sociais, e em particular nos podcasts, uma forma de levar o conhecimento dessa ciência para o público mais amplo. A questão é: essa tarefa está de fato sendo cumprida?! A reflexão que iremos fazer a partir daqui não tem por objetivo esgotar a discussão, muito pelo con-

trário. A ideia é justamente levantar um debate para que interessados na discussão da intersecção entre História Pública e Mídias Digitais possam ampliar os horizontes teóricos e metodológicos.

A pergunta que inicia esse tópico parte de uma percepção que alguns criadores de conteúdo perceberam ao longo dos anos. Muitos desses educadores que foram para as redes sociais - e aqui incluo também produtores de vídeos no Youtube - tinham como objetivo inicial chegar até o público amplo. Porém, o que viram acontecer com suas métricas foi alcançar outros *professores de História*. Os professores que usam os podcasts geralmente o fazem para atualizar seus estudos, preparar uma aula, reforçar algum ponto ou até mesmo compreender melhor uma narrativa histórica. Dentro desse sentido, é possível chegar à conclusão de que os podcasts que se propõem a fazer História Pública não estão tendo êxito em sua missão, uma vez que quem está ouvindo os episódios já faz parte de um público especializado.

Em contrapartida, dentro dessa mesma lógica, mesmo que de forma indireta, os podcasts estão sim chegando ao grande público através das aulas desses professores do Ensino Básico que usam essa ferramenta para se atualizarem. É possível confirmar essa análise a partir de alguns dados. O historiador e produtor do podcast *História FM*, Icles Rodrigues, conduziu uma pesquisa com mais de 1.500 ouvintes. As suas conclusões são muito interessantes e em uma das perguntas, 77% dos ouvintes que são professores já usaram o podcast como apoio para preparação de aula.¹⁷⁴ Esse tipo de informação pode expandir os horizontes daqueles que desejam começar um projeto online.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juliene Rabêlo de; RODRIGUES, Rogério Rosa (org.). *História Pública em movimento*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

174 RODRIGUES, Icles. **Quem são os ouvintes do História FM?** Resultado da pesquisa 2022-2023. Leitura ObrigaHistória. Disponível em: <<https://leituraobrigahistoria.com/quem-sao-os-ouvintes-do-historia-fm-resultado-da>

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares (org.). **História Pública e divulgação de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2019.
LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Tempo**, v. 20, p. 1-20, 2014.

SILVEIRA, Pedro Telles da. O historiador com CNPJ: depressão, mercado de trabalho e história pública. **Revista Tempo e Argumento**, v. 12, n. 30, p. 1-28, 2020.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos combates pela história: desafios - ensinios**. São Paulo: Contexto, 2021.

OS AUTORES

Vitor Silva Soares é professor de história desde 2013 e, desde 2020, iniciou sua carreira como divulgador científico e criador de conteúdo na internet. É host do podcast “História em Meia Hora”, o maior podcast da sua área e um dos maiores do Brasil. Atualmente, também apresenta o “História em Dez Minutos”, escreve para a revista “Aventuras na História” e possui centenas de milhares de seguidores em suas redes, onde também ensina história com curiosidades e de forma descontraída em formato de vídeos curtos.

Victor Alexandre Lopes de Oliveira é formado em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), atua como professor do Ensino Básico e é produtor de conteúdo nas redes sociais. É roteirista no podcast “História em Meia Hora”, coautor do livro “História em Meia Hora: Grandes Civilizações” e é o idealizador da “Escola de História”.

COMO CITAR ESTE CAPÍTULO

OLIVEIRA, Victor Alexandre Lopes de; SOARES, Vitor. O papel do podcast na divulgação de história. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de

Carvalho; CARVALHO, Daniel Gomes de (Org.). **História em público.** As origens da história pública e o que os historiadores estão fazendo com ela hoje. Brasília: Caliandra, 2026.

“PROVOCAÇÃO HISTÓRICA”: PROVOCANDO HISTORIADORES NUM ESTÚDIO DE TV

Lindener Pareto

DIANTE DA PANDEMIA de COVID-19 (2020-2023), num horizonte de expectativas sombrio, muitos de nós, professores, professoras, historiadores e historiadoras, fomos em definitivo tragados por um mundo que já se anunciava, mas que se acelerou em absoluto diante do confinamento geral e irrestrito. E foi precisamente pela experiência de sala de aula acumulada ao longo dos anos, nas diversas modalidades de ensino, e por me fazer (e ser feito) divulgador das Ciências Humanas, que – uma vez diante do “novo tempo do mundo” inaugurado pela pandemia – pude (os que pudemos) me reinventar diante da crise. Especificamente na PUC-Campinas, onde lecionava àquela altura, em março de 2020, em menos de uma semana, estávamos todo o corpo docente ministrando aulas remotas via *Microsoft Teams* e *Canvas*.

A despeito de uma série de *lives* (novos termos, velhas espoliações) e de centenas de aulas remotas, tendo em geral como interlocutor uma pequenina lente de câmera, ainda estamos diante de uma das experiências mais avassaladoras e controversas do nosso tempo. Entre outras questões, o grau de adoecimento e exposição ainda será (e já está sendo) devidamente pesquisado e narrado, sobretudo em função da conexão profunda com uma das gestões sanitárias mais desastrosas de toda a modernidade.

Foi exatamente diante da indignação com a gestão criminosa da pandemia e profundamente mergulhado no ensino remoto, que pude escolher fazer (por teimosia) das minhas aulas um espaço não apenas de “conteudismo escolar”, como queriam alguns dos meus gestores (ou censores) de então, sobretudo um espaço de experimentação e debate.

O hábito de divulgar os eventos acadêmicos presenciais se tornou hábito nas redes. Com os aplicativos de mídias sociais, fui narrando “o fim do mundo como a gente conhecia.” A sala de aula, digamos, interativa, permitiu recursos antes invisibilizados pela parafernália física de salas de aulas obsoletas. Tudo muito sedutor, tudo muito perigoso. Ansiedade, medo de perder o emprego, receio de ser gravado/denunciado pelos alunos (MBL) em aulas virtuais nas quais expunha meu engajamento e minha indignação. Tudo isso sendo feito com a mesma hora-relógio de uma aula física/presencial.

Ao mesmo tempo, mais de 3 mil pessoas por dia estão sendo ceifadas pela Covid e pelo governo de Jair Bolsonaro. Quem há de esquecer a distopia brutal? Hoje, ficou evidente que as promessas de um novo tempo de redenção ou do fim do “capitalismo tardio” estão cada vez mais na memória de uma esperança que se esvai pelos dedos e pelas redes. O triunfo da “forma espetáculo” – do império das imagens descoladas da efetiva vida real e concreta – como apontava Guy Debord, parece se concretizar.¹⁷⁵ Entre a crítica do espetáculo e as formas de apropriação e reapropriação que fizemos nas redes e das redes, fui convidando – via *lives* do *Instagram* – amigas e amigos historiadores,

175 Ver: DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. Debord define o “espetáculo” como o conjunto das relações sociais mediadas por imagens. Ele não se refere apenas à mídia tradicional, mas a todas as formas de representação que influenciam nossa percepção da realidade. Na sociedade do espetáculo, as mercadorias não são apenas objetos de consumo, mas também imagens que representam status, felicidade e suposta realização pessoal. O espetáculo cria um mundo de imagens que aliena o indivíduo de sua própria experiência e o torna passivo diante do consumo e da cultura de massa. Nesse sentido, o espetáculo promove uma falsa consciência da realidade, na qual as pessoas são iludidas por imagens e representações que mascaram as desigualdades, o sofrimento psíquico generalizado e as injustiças sociais. Basta uma espiadinha no *Instagram* de Zuckerberg para percebermos que o que era a realidade do cinema e da TV nos anos 1960 (década de publicação da obra) hoje é parte integral do trabalho e do “lazer” de tudo e de todos nas mídias sociais.

arquitetos e urbanistas para debatermos suas pesquisas. Depois percebi que foi o ensaio de uma trajetória que se consolidou. O fato é que, mesmo diante de todas as dores e contradições, foi também em função das possibilidades abertas pelo ensino remoto e pela “pandemia de lives” que, em outubro de 2020, fui convidado a integrar uma equipe de professores e professoras que inauguraram o Instituto Conhecimento Liberta (ICL).

O ICL E AS POSSIBILIDADES DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Fundado em outubro de 2020 pelo empresário e comunicador Eduardo Moreira e pelo sociólogo Jessé Souza, o ICL tinha uma estrutura (uma câmera) na mão e uma ideia na cabeça: levar o que há de melhor no conhecimento acadêmico para um público bem mais amplo, que em geral não está nos bancos das melhores universidades do país. No dizer de Jessé Souza, tratava-se de “disputar as ideias”, enfrentar e desafiar o elitismo e a hegemonia da grande mídia. No dia 15 de outubro de 2020, em pleno auge da tragédia pandêmica, foram lançados ao vivo, para um público de milhares, dezenas de cursos — entre eles Economia (com Ladislau Dowbor), Filosofia (com Suze Piza, UFABC), Sociologia (com Jessé Souza, UFABC) e História do Brasil (ministrado por mim). O curso passou a ser visto por milhares de pessoas em todo o país. Na estreia, mais de mil pessoas assistiram, ao vivo, uma aula sobre a vida, a obra e a resistência de Marc Bloch. Estava estabelecida, desde então, uma audiência outra, aquela cujo interesse pelo passado pode ser um tanto difuso e eventualmente clichê, mas que via nas aulas de História, com expectativas e experiências, uma narrativa legítima para enfrentar, por exemplo, um tempo presente tomado por autoritarismo e catástrofe. Nada mais próximo, portanto, das clássicas lições de Marc Bloch, em seu livro “Apologia à História.”

Uma vez diante de uma exposição pública inédita e da experiência docente em divulgação da ciência da História, fomos convidados a pensar numa espécie de “programa” semanal de História. Àquela altura, o Instituto não contava ainda com uma programação jornalística, a

não ser as *lives* diárias conduzidas pelas análises econômicas e políticas de Eduardo Moreira. A questão que se anunciava naquele momento, dezembro de 2020, era que um conteúdo de História, conduzido e selecionado por um historiador, era “convocado” a se apresentar num canal no *YouTube* que já tinha quase um milhão de seguidores. Vale dizer, não era um apoio para que criássemos um novo (e mais um) canal de História no *YouTube*, mas para que fizessemos parte de um projeto que se anunciava (e assim o foi) maior.

Com efeito, nos idos de 2022, a expansão do ICL para uma programação jornalística profissionalizada, diária e feita com recursos de estúdio de TV foi um passo decisivo que se valeu dos desdobramentos e caminhos que as mídias progressistas já faziam nas redes, principalmente a partir do Golpe de 2016. Contudo – e aqui um dos pontos fundamentais para uma estratégia de divulgação que vai além da “bolha” – a expansão foi conduzida, digamos, pelas lógicas do mercado e por características de uma instituição “startup”.

Em pouquíssimo tempo, grandes nomes do jornalismo brasileiro estavam reunidos em noticiários com audiências cada vez maiores, que passaram a disputar as primeiras posições em audiência (no *YouTube*) com canais da mídia corporativa, como CNN, Jovem Pan, Record e similares. O ponto aqui é compreender a inserção da atuação pública de um historiador dentro de um projeto de comunicação arrojado, que vive das assinaturas do público e que ao mesmo tempo oferece uma programação aberta e gratuita – sem monetização – nos seus canais do *YouTube*. De muitas maneiras, um historiador acadêmico apostou numa linha de divulgação de História que envolve facetas pouco comuns nos ambientes universitários mais tradicionais. Trata-se de, na era das redes digitais e das *big techs*, compreender a “loucura da razão” algorítmica, da disputa pela atenção nas redes e das contradições da lógica espetacular.

O “PROVOCAÇÃO HISTÓRICA”

Recuando ao ano de 2021, quando estreamos o programa, a ideia

era que – de alguma maneira – fizéssemos parte de uma programação ainda em construção. A primeira dificuldade foi a definição do “nome” do programa. Pode parecer algo menor, mas naquele momento – ainda no auge da pandemia – a “viralização” de nomes, títulos, páginas e perfis com o termo “História” foi e ainda é uma questão a ser devidamente estudada. “A Hora da História”; “Entrevistas da História”; “Nas entrelinhas da História”, enfim, era uma profusão de títulos que em geral já estavam nas redes e que de muitas maneiras não contemplavam o que buscávamos. O interessante foi perceber que, num momento de restrição profunda da vida e da existência humana, a linguagem histórica e suas categorias foram profundamente mobilizadas.

Entrementes, como nem tudo é tão novo quanto parece. A nossa experiência em sala de aula, desde os cursos pré-vestibulares aos colégios, passando por escolas públicas e privadas e depois pelo ensino superior, nos permitiu trilhar caminhos pouco convencionais. Em outras palavras, já havia em nossa atuação uma boa dose de mediação, escuta qualificada e uma forma de narrar que sempre primou por alcançar outras audiências, ou tentar reter a atenção de uma audiência sedenta pelos sentidos da História. Ora, a geração que hoje está rondando os quase 40 anos de idade foi profundamente marcada por programas de *talk show* (de muitas maneiras, Jô Soares – e seus “similares” – preparou muitos mediadores por aí) e por todo tipo de entretenimento que passava pela mediação da TV dos anos 1990 e anos 2000. Uma vez na universidade, rapidamente percebeu que a divulgação científica dos anos 2000 era ainda bastante restrita aos círculos acadêmicos.

Tudo isso para dizer que o jovem supostamente mais “cult” que não sabia quem era Antônio Abujamra, por exemplo, não estava efetivamente conectado com o que interessava em termos de, digamos assim, provocação cultural. Portanto, diante da “escassez” de nomes e diante daquilo que nos formou em termos de referências comunicacionais, ficou definido – sem termos a mínima pretensão de ser a mesma coisa ou ter a mesma proposta – que faríamos o “Provocação Histórica”. Nome definido e burocracias ultrapassadas, o programa estreou no dia 6 de janeiro de 2021, exatamente no mesmo horário em que a horda trum-

pista invadiu o Capitólio nos EUA, contestando a derrota de Trump para Biden em 2020. Centenas de espectadores da “live” começaram a nos pedir que comentássemos o que ocorria ali, ao vivo, diante dos nossos olhos. Mais uma vez, a crise política maior indicava o tipo de público que o canal atraía. Comentários de *hardnews* a quente, na lata. Contudo, não foi o que fizemos. Com mais ou menos mil pessoas vendo ao vivo uma conversa franca, crítica e risonha com a historiadora Cristina Meneguello (UNICAMP), idealizadora de um dos projetos de História Pública e Educação mais consolidados do país – *Olimpiada Nacional em História do Brasil* – seguimos o ritmo de uma conversa sobre a trajetória da mesma como pesquisadora e seus caminhos pela seara do patrimônio cultural.

A posteriori, quando tentamos reconstituir a trama dos acontecimentos mais subjetivos, é sempre muito fácil criar narrativas apriorísticas e coerentes. No entanto, a despeito do espaço no canal, o que tínhamos mesmo era um professor e historiador fazendo o roteiro, convidando e conduzindo como “bem entendia”, sem muita conversa prévia, com certo planejamento e muita experiência e intuição. Aos poucos, o formato de conversa livre, entrevistas mais “intimistas”, passou a caracterizar o programa. Tratava-se sim de abordar tematicamente cada episódio, mas o que prevaleceu foi testar algo muito comum no mundo acadêmico, o memorial, o balanço das trajetórias. Momentos nos quais revelamos nossas escolhas, dilemas, filiações teóricas e, por óbvio, todas as agruras de nosso ofício e seus caminhos. Em se tratando de um momento em que estávamos todas e todos refugiados e reféns de nossas próprias casas, não foram poucos os momentos nos quais o espaço do “Provocação Histórica” se fez também um memorial de nossas experiências mais subjetivas. Em outras palavras, o nosso chão comum num mundo em ruínas. Narrar, ouvir, acolher e divulgar era preciso.

Com efeito, uma vez inserido no universo de uma *startup* de comunicação e webinários colossais, o ponto de virada do programa veio efetivamente em 2022, quando o ICL montou em tempo recorde um estúdio, reuniu grandes nomes e montou um noticiário. Tudo isso entre

fevereiro e abril de 2022. Aos poucos, fui tendo acesso a diversos nomes e os convidei para o programa, alternando convidados da historiografia com nomes da cultura, das artes, da comunicação e da literatura. Assim, foi ficando cada vez mais evidente que o alcance da programação do ICL, e seu prestígio, dependia não apenas da comunicação engajada e de estratégias de venda de assinaturas, mas da junção de grandes nomes da intelectualidade e de grandes nomes do jornalismo em geral. Reunir Cristina Serra, Juca Kfourri, Heloisa Villela, Xico Sá, Jessé Souza e tantos outros nomes de peso, foi estratégia certa na construção de um prestígio e credibilidade que angariou um público imenso.

Ora, estava aberta a possibilidade de levarmos o “Provocação” ao estúdio. E assim o fizemos. Aos poucos, fomos reivindicando a presença semanal no novo espaço e cuidando dos convites para que pudéssemos trazer grandes nomes ao estúdio. Uma vez consolidado o formato de entrevistas, entre 2022 e 2024, construímos uma audiência no meio do fogo cruzado das “*hard news*”. Vale dizer, no consumo instantâneo, no tempo curto e nervoso dos acontecimentos e de pequenos trechos de análises políticas mais quentes, procuramos manter uma hora (60 min) de aprofundamentos pouco afeitos às formas de consumo mais comuns nas redes. Em outras palavras, e por incrível que pareça, numa estratégia de noticiário rápido, por que manter um programa conduzido por um historiador e, em geral, com nomes “desconhecidos” do grande público? A despeito dos clichês que marcam certas rivalidades entre historiadores e jornalistas, certamente os historiadores somos mais “preciosistas” nos usos dos termos e na linguagem empregada nas análises. Era preciso insistir, se adaptar e lutar pelo espaço.

Pensado inicialmente como uma forma de celebrar nossas pensadoras e pensadores da História como Ciência e de fazer uma versão “televisada” dos grandes debates acadêmicos, aos poucos foi ganhando forma um projeto de “entrevistas públicas.” O formato de entrevistas – entre outras, na esteira das metodologias da História Oral – e o balanço das trajetórias intelectuais consolidaram um espaço qualificado de debate e divulgação científica, que aos poucos se constituiu num projeto efetivo e prático de História Pública, entendendo a mesma

como um campo multifacetado, que vai desde a formação acadêmica até a disputa por um espaço mais amplo de divulgação e audiência nas mídias tradicionais e nas novas mídias sociais.

Para além da quantidade de “likes” e “views” e para além de uma audiência sedenta por “curiosidades históricas”, tratava-se de pensar a memória e a percepção coletiva dos nossos diversos tempos históricos. Marcado por uma audiência qualificada e significativa, o “Provocação Histórica” procurou e procura suscitar no público amplo um fascínio pelos fatos, narrativas e interpretações do Brasil e do mundo e engajá-los num horizonte de expectativas que efetivamente contribua para uma percepção de fato coletiva das raízes históricas da tragédia social na qual vivemos.

Surpreendentemente, centenas de depoimentos diziam ter “redescoberto” o Brasil, aprendido finalmente a “verdadeira” história do Brasil e frases de efeito do gênero. Os historiadores profissionais estamos acostumados com frases assim, afinal, nossos alunos e alunas do primeiro ano de graduação trazem, em geral, questões parecidas. Mas não se tratava somente de responder e ensinar o que é “historicidade”, falar do pecado mortal do “anacronismo” ou alertar para o fato de que achar que existe uma “verdadeira” história é balela, usada inclusive pelas estratégias da extrema direita e do “Brasil Paralelo”. Era preciso ir além. Era preciso fazer um exercício de ensino, de metodologia da História. Afinal, por que se espantar com um público que, no fim das contas, parecia se apaixonar pela História do Brasil? Com efeito, foi isso que nos levou ao primeiro exercício de interpretação do “Provocação Histórica.” Convidado para apresentar no evento “História nas Redes Digitais” (abril de 2022), organizado pelo comitê do canal (*YouTube*) do Departamento de História da USP, procuramos inserir os “méritos” do “Provocação” no quadro maior de uma historiografia que, no fim das contas, nasce diante dos dilemas de uma “História Pública”. Vale dizer, a historiografia moderna – que dialoga com as novas Ciências Sociais do século XIX – desponta exatamente no momento de consolidação dos Estados Nacionais, da unificação “artificial” das classes sociais e em meio a disputas cruentas por um passado supostamente legítimo e coe-

so. O “Caso Dreyfus”, na França, e a inserção crítica de Émile Zola em “*J’Accuse*”, procurando provar a farsa da condenação do Capitão Dreyfus (oficial francês e judeu), evidenciam uma esfera pública em construção e a necessidade de documentação e comprovação dos fatos que deita raízes na Escola Metódica do francês Gabriel Monod e nas lições de Langlois e Seignobos. Entrementes, quando, nos anos 1920 e 1930, Marc Bloch e Lucien Febvre fazem a crítica da Escola Metódica, estão igualmente mergulhados no chão do presente, mas o dizem, e fazem disso uma revolução historiográfica. Tratava-se de retomar o “Apolo-gia à História” de Bloch. Escrito diante dos horrores da Segunda Guerra e da “estranha derrota”, cabe aqui lembrar uma das perspectivas do clássico: os historiadores precisamos narrar com a mesma paixão, compromisso e tom “para os leigos e para os doutos.”¹⁷⁶ Tal é a tentativa e o compromisso dessa espécie de “compêndio” historiográfico que tem se tornado o “Provocação Histórica”.

Desde janeiro de 2021, já fizemos mais de 220 entrevistas e prosas históricas.¹⁷⁷ Nomes como Ângela de Castro Gomes, Laura de Mello e Souza, Ermínia Maricato, Rafael de Bivar Marquese, Paulo Fontes, Margareth Rago, Janaína Teles, Jessé Souza, Renato Anelli, Mário Magalhães, Wlamyra Albuquerque, Mário Medeiros, Ynaê Lopes do Santos, Beatriz Bueno, Marcos Napolitano, Cristina Meneguello, Lincoln Secco, Bruno Leal Pastor de Carvalho, Kabengele Munanga, Júlio Pimentel Pinto, Maria Rita Kehl, Jones Manoel, Paulo Garcez, Tamis Paron, Frei Betto, Cristina Serra, Vladimir Safatle, Alejandro de La Fuente, João Paulo Pimenta, Luiz Felipe de Alencastro, Lucilene Reginaldo, Da-

176 Como bem lembrou Bruno Leal, em 2019, no balanço da experiência do “Café História”. Ver: Carvalho, Bruno Leal Pastor de. *Café História: Divulgação científica de História na web*. In: Bruno Leal Pastor de Carvalho; Ana Paula Tavares Teixeira. (Org.). **História pública e divulgação de história**. 1ed. Belo Horizonte: Letra e Voz, 2019, v. 1, p. 85-105.

177 Para as entrevistas completas do “Provocação Histórica” no *YouTube*, ver: https://youtube.com/playlist?list=PLOkeUddYkvPAgVIzS7jLUPGN_lf2bRkSW&si=-Ja4qZkO19Ei_22-v. Estão disponíveis também no *Spotify*: <https://open.spotify.com/show/1M3tsMhIUyZg5wTKS0WWNQ?si=25ee0d09c7ab4914>.

niel Gomes de Carvalho, Henrique Carneiro, Luiz Marques, Christian Dunker, Leonardo Boff, dentre outros grandes nomes da historiografia, da arquitetura e do urbanismo, do patrimônio, da comunicação (das Ciências Humanas e Sociais aplicadas em geral) já passaram pela “bancada” do programa, levando uma discussão de qualidade tanto para o público acadêmico quanto para uma audiência sedenta por debates qualificados.

“PROVOCANDO” A TEORIA E A HISTORIOGRAFIA

A historiografia da escravidão, por exemplo, está entre os temas com maior engajamento do público. Entre outros motivos, por conta de a escravidão ter sido o “A e o “Z” da história brasileira e por suscitar no grande público um espanto com os fatos e cenários da história implacável da escravidão no Brasil. O espanto ocorre quando o público não especializado descobre, por exemplo, que cerca de 5 milhões de um total de 12 milhões de africanos escravizados entre 1550 e 1850 vieram para os portos do Brasil (Colônia e Império). Espantam-se mais ainda quando aprendem que, ao arrepio da lei, e com a conivência dos agentes do Estado brasileiro e suas elites, cerca de 750 mil africanos (entre 1834 e 1856) foram ilegalmente escravizados, numa história que Luiz Felipe de Alencastro chamou de o “pecado original” do Estado e da ordem jurídica brasileira.¹⁷⁸ Trata-se de um pecado estrutural cujas permanências da violência da escravidão ainda são um dos grandes entraves para a plena cidadania no Brasil.

Entrementes, do ponto de vista das perspectivas e disputas historiográficas, as entrevistas com grandes nomes da historiografia da escravidão, por exemplo, evidenciaram uma questão teórica e metodológica fundamental: o quanto somos, os indivíduos e grupos, capazes de assumir as rédeas de nossos próprios destinos? Noutras palavras, o quanto a ação ou agência dos sujeitos consegue fazer tremer as es-

178 Ver: Alencastro, Luiz Felipe. Parecer sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF/186, apresentada ao Supremo Tribunal Federal, 2010.

truturas, que, lembrando Braudel, remontam ao mais remoto fundo dos tempos. De um lado, o impressionante e erudito E. P. Thompson, a experiência, os sonhos de liberdade, as lutas constantes dos sujeitos e suas estratégias de sobrevivência, experiência, resistência, acomodação de interesses. De outro, o domínio lento e estrutural dos poderes e interesses “materiais”, econômicos e sociais, que fazem (no Brasil principalmente) - “tudo parecer mudar, para que tudo continue no lugar.”

Claro que tudo isso é alvo de debates os mais sofisticados e disputados, seja na tradição do pensamento marxista, seja nas lições da “História como representação”, na tradição das gerações mais recentes dos “Annales.” Contudo, o fato é: como levar tudo isso aos grandes públicos sem perder o rigor, sem cair no anacronismo constante, no simplismo? Ora, há muita divulgação e debates históricos nas redes e nem tudo é tão novo quanto parece. Muita coisa é “espuma”, “modismo”, “sensacionalismo”. Outras tantas são inovadoras, ou – como costumam dizer no mundo corporativo – disruptivas. Para os acadêmicos, penso que precisamos aliar a conhecida fórmula de “vulgarização” dos franceses às novas linguagens digitais, na esteira do que parte do campo brasileiro da História Pública já tem feito com grandes e importantes projetos práticos.

Contudo, com a aceleração da comunicação “virtual e pandêmica”, num “atualismo” constante, qual é o lugar do ofício da História?¹⁷⁹ Como buscar ponderação numa comunicação atualista marcada por interpretações rasas e tácitas? Como sobreviver à pandemia de *fake news* e negacionismos em escala algorítmica que, junto da Inteligência Artificial, colocam em xeque a própria forma da História como a conhecemos? Nesse cenário um tanto desolador, digamos que a História, tão antiga quanto a Filosofia, sempre soube muito bem se adaptar aos “tempos modernos”. E mais de uma vez. Clio aí está a ser o que sempre foi: anunciadora, proclamadora, crítica, criativa, combativa. Narrar bem, escrever bem e não subestimar o “pensamento histórico” do pú-

179 Ver: Araujo, Valde e Pereira, Mateus. **Atualismo 1.0**: como a ideia de atualização mudou o século XXI. Editora Milfontes, 2021.

blico, já é um bom início. E tudo isso já estava, digamos assim, em Marc Bloch, no “ogro da lenda” fascinado pelo que é humano. Em suma, o “Provocação Histórica” tem tentado seguir nessa linha, aliando ensino de História, pesquisa, extensão e paixão pela narrativa, num caminho de comunicação e divulgação que me parece cada vez mais necessário. Estar nessa arena, ocupar tais espaços e construir, com o público, uma narrativa crítica da História e da nossa história, me parece um caminho fundamental a ser trilhado. Caminho novo, mas também antigo, já anunciado no longo século XIX.

O “PROVOCAÇÃO” E A INTEGRAÇÃO

Vale lembrar ainda que construir tal projeto, ou melhor, estar diante das câmeras mediando narrativas da História, é parte – como dissemos anteriormente – de um projeto maior, inserido em redes de comunicação mais amplas – e também nas lógicas de mercado – do Instituto Conhecimento Liberta. Digamos que a atuação do comunicador e mediador está vinculada também a outras “pró-vocações”, como a curadoria de cursos, webinários e documentários progressistas, que pautam a agenda do Instituto.¹⁸⁰ Construir a curadoria dos cursos livres, documentários e a criação da primeira Pós-Graduação (lato sensu) do ICL em parceria com a Fundação Escola de Sociologia e Política (FESP-SP) é parte de uma atuação integrada, que alimenta e é alimentada pela própria lógica do “Provocação Histórica”. O curso de Pós

180 Entre outras contribuições, produzimos um documentário original sobre os 50 anos da Revolução dos Cravos. No 25 de abril de 2024, o Conselho Acadêmico do ICL esteve em Lisboa participando da comemoração dos 50 anos da “Revolução dos Cravos” (1974). Última grande revolução de caráter socialista do século XX, a “Revolução dos Cravos” (ou Revolução Portuguesa), foi fundamental para libertar Portugal da tenebrosa ditadura de Antonio Salazar e lançar a sociedade portuguesa na era da democracia e dos direitos fundamentais para a dignidade humana. O documentário “25 de Abril sob Olhares Luso-brasilicos” retrata esse momento e é resultado da parceria do ICL com a “Vindas Educação” e com a “Mar Revolto Produções”, de Portugal. Produção: ICL | Mar Revolto Produções | Vindas Educação. Direção, produção e roteiro: André Marouço e Rosângela Alves Marouço. Roteiro, produção e argumento: Lindener Pareto e Ângelo Battistini Marques. Narração: Lindener Pareto, 2025.

ICL|FESP – “Repensando o Brasil: sociedade, política e história” – é resultado também das nossas articulações anteriores e da própria experiência de expansão da atuação do ICL, pensado também – desde 2020 – como um possível e necessário espaço de excelência acadêmica aliado à potência comunicacional nas redes.¹⁸¹

Organizar temas e pautas, ministrar aulas, sugerir e organizar eventos, colocar nos holofotes da mídia alternativa nomes importantes da História, tem sido tarefa constante e tem nos colocado em contato com nomes e redes fundamentais do engajamento político, editorial e intelectual do país. Fator fundamental para a definição, construção e reflexão de uma esfera pública multifacetada, marcada pela construção de um pensamento histórico comprometido com os valores do Estado Democrático de Direito. Exatamente nesse sentido, e diante das demandas das editoras independentes, fomos convidados pela organização da FLIPEI (Feira Literária Pirata das Editoras Independentes), em agosto de 2024 (e também prevista para 2024 e 2026), para conduzir entrevistas ao longo do evento, debatendo os dilemas históricos, urbanos e climáticos da cidade de São Paulo e do Brasil.¹⁸²

Com efeito, a trajetória no ICL (Instituto Conhecimento Liberta) tem aliado ensino, pesquisa e divulgação científica de qualidade para um público amplo. Como resultado, novas redes foram estabelecidas junto a outros projetos de História Pública. Projetos editoriais e livros encaminhados, sempre divulgando a História do Brasil e o pensamento histórico, procurando manter o tom e o rigor para doutos e leigos. É nesse sentido que, desde outubro de 2023, mantenho coluna semanal no portal de notícias do ICL – o ICL – Notícias - escrevendo sobre Histó-

181 A Pós-Graduação (Lato Sensu) ICL|FESP – “Repensando o Brasil” – é um curso de especialização, 100% online, em História e Sociologia do Brasil, uma espécie de curso de “problemas brasileiros”. A Pós já tem mais de 3.000 alunos e alunas matriculados e possui 8 disciplinas distribuídas ao longo de 12 meses de formação. Marilena Chaui, Ladislau Dowbor, Muniz Sodré, Jessé Souza, Renato Janine Ribeiro, Lindener Pareto e Maria Ribeiro compõem parte do corpo docente.

182 Ver: <https://flipei.abraceumacausa.com.br/>.

ria, Urbanismo, história das cidades, enfim, um exercício constante de reflexão e divulgação de História e dos dilemas da vida e do trabalho (precarizado) na metrópole.¹⁸³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com efeito, a atuação de um historiador numa empresa de comunicação inserida no âmbito das “hard news” tem sido um desafio constante. Garantir a profundidade e a qualidade do debate público diante das contradições que se colocam no “atualismo” desenfreado das redes não é tarefa fácil, mas tem sido a tentativa constante de uma série de entrevistas e balanços de trajetória intelectual que se tornaram aos poucos também um consistente (e insistente) projeto de História Pública.

Como primeira tentativa mais ampla de analisar os 4 anos do programa nos canais do ICL no *YouTube* – a trajetória do programa “Provocação Histórica”, desde sua concepção em 2021 até sua consolidação como um espaço de debate e divulgação científica – procuramos evidenciar os percalços, os desafios, os andaimes e o chão de fábrica que marcam uma era pautada pelas big techs, pela distorção brutal da assim chamada realidade, por um mundo cujo estatuto dos fatos incontornáveis e coletivos atravessam o que alguns autores costumam chamar de uma “dissonância cognitiva coletiva”. De que frágeis (e tirânicas) *big techs* nos mantemos? Ao fim e ao cabo, os suportes mudam, mas a narrativa crítica busca as frestas e procura - na batalha dos palcos da linguagem – o seu espaço, o espaço da História como narrativa crítica dos acontecimentos humanos. Em suma, o “Provocação Histórica” se consolidou como um espaço de debate e divulgação científica que busca levar o conhecimento histórico para um público amplo, de forma crítica, acessível e apaixonada. Entre o “crônico” e o “anacrônico” –

183 Ver portal do ICL-Noticias: <https://iclnoticias.com.br/autor/lindener-pareto/>. Em junho de 2025, os textos da coluna serão publicados em livro pela “Autonomia Literária”, editora independente e parceira de diversos projetos de divulgação intelectual e científica.

dados o perigo da simplificação – o “Provocação” vai narrando o “fim do mundo como a gente (des)conhece.”

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Parecer sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF/186, apresentada ao Supremo Tribunal Federal, 2010.

ARAÚJO, Valdeir e Pereira, Mateus. **Atualismo 1.0**: como a ideia de atualização mudou o século XXI. Editora Milfontes, 2021.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. (Org.). **História pública e divulgação de história**. 1ª ed. Belo Horizonte: Letra e Voz, 2019.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo**: da guerra cultural ao terrorismo doméstico - Retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

ROGERO, Tiago. **Projeto Querino**: Um olhar afrocentrado sobre a história do Brasil. São Paulo: Fósforo, 2024.

O AUTOR

Lindener Pareto é professor e historiador formado pela FFLCH-USP. Doutor em História, Teoria e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo pela USP. Desde 2021, é professor e Coordenador Acadêmico no Instituto Conhecimento Liberta (ICL), atuando na curadoria dos cursos, na Coordenação da Pós-Graduação ICL + FESP (Escola de Sociologia e Política), promovendo debates e divulgando o conhecimento histórico. Pesquisa e atua nas áreas de História Pública, História Contemporânea,

História do Brasil, História da Arquitetura e do Urbanismo, História e Patrimônio Cultural. Desde janeiro de 2021, é mediador e apresentador do “Provocação Histórica”, projeto de História Pública para divulgação de História, Arte e Cultura a partir de conversas, debates e entrevistas com pesquisadores e pesquisadoras das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Desde 2022, faz parte da gestão da ANPUH-SP (Associação Nacional de Professores de História - Seção São Paulo), atuando na comunicação de História em mídias sociais.

COMO CITAR ESTE CAPÍTULO

PARETO, Lindener. “Provocação histórica”: provocando historiadores num estúdio de TV. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de Carvalho; CARVALHO, Daniel Gomes de (Org.). **História em público**. As origens da história pública e o que os historiadores estão fazendo com ela hoje. Brasília: Caliandra, 2026.

_parte 3

entrevistas

CLARISSA MELO

EDITORA DE NÃO FICÇÃO DO SELO CRÍTICA, DA EDITORA PLANETA.

Uma parte importante do seu trabalho é a leitura de originais e trabalhos em desenvolvimento. Mas o que mais faz parte da rotina de uma editora? Como é escolha, por exemplo, das obras publicadas? O que se leva em consideração?

PRIMEIRO, É IMPORTANTE importante pensar que há tipos diferentes de editor no mercado editorial brasileiro. A figura do editor clássico, que contratava grandes autores e trabalhava de perto com eles, editando cada linha e discutindo literatura nos cafés com artistas, foi substituída por um editor executivo, envolvido em questões de produto, negociações, apoio a marketing e comercial.

Muitas editoras trabalham com um esquema híbrido, em que o editor se ocupa da avaliação de livros e originais – o que chamamos de aquisição – e com o texto, cuidando também de tradução, preparação, revisão técnica, além de desenvolver o material com o autor nacional. Ao mesmo tempo, ele dá suporte para outros departamentos. Não é o caso de todas as casas editoriais, que podem separar essas etapas entre profissionais diferentes – o editor de aquisição, o editor de texto e o produtor editorial – ou, ao contrário, podem exigir um editor que faça contratações para o catálogo e se responsabilize por todas as etapas até a entrega do arquivo para gráfica.

O principal trabalho de um editor é a aquisição, busca de autores e títulos. Isso significa avaliar materiais enviados por agentes literários, editoras internacionais e autores nacionais, mas também identificar, dentro do escopo estabelecido pela empresa, quais são as obras que gostaríamos de fazer e ir atrás de possíveis autores. O editor mapeia áreas de interesse e assuntos que considera chave para o catálogo, e

pesquisa as tendências observadas a partir do recebimento de catálogos internacionais, etc. Também entra em contato com grandes especialistas brasileiros para discutir um projeto pela casa.

Porém, aquisição não é só sobre avaliar um livro e decidir se ele é bom ou ruim. Também implica fazer estudos de viabilidade financeira, negociação de cláusulas de contrato e apresentação de possíveis títulos à diretoria. É, portanto, um cargo que envolve pensar logo de início o que você espera daquele produto: terá fotos? Mapas? Revisão técnica? Qual a tiragem mínima para que o livro se pague? Qual o preço de capa? E os royalties e adiantamento ao autor, de quanto seria? Levando em conta todas essas variáveis, acredito que esse projeto faz sentido?

Para isso, temos que combinar com o autor qual é o projeto que ele gostaria de submeter. Muitos projetos contratados ainda não foram escritos e estão no plano da imaginação. Por isso, preciso explicar as opções possíveis a cada autor, ajudá-lo a pensar num título e subtítulo e montar uma proposta de sumário para entrarmos em comum acordo sobre o livro que gostaríamos de fazer juntos.

É importante saber que cada casa editorial possui a sua estratégia de negócios. Há um ditado no mercado que diz que o trabalho mais importante de um editor é saber dizer não. Ou seja, entender que não podemos publicar tudo o que gostaríamos.

Quando um editor gosta de um projeto, ele o apresenta à diretoria, que é quem decide o que é aceito ou não. Ela é composta, em geral, por um diretor editorial e um diretor executivo. Em alguns casos, pode ser um conselho editorial que inclua também diretor de marketing, diretor comercial e diretor financeiro. A diretoria que bate o martelo, pois só ela pode aprovar os gastos necessários para fazer um livro acontecer, além de ter uma visão mais holística de todos os catálogos, que envolvem outros editores e as orientações dadas a cada um. É uma estratégia de empresa, não só de editor – com exceção, é claro, nos casos que o editor é o dono da empresa. Quando um editor gosta de um projeto, ele o apresenta à diretoria, que é quem decide o que é aceito ou não. Ela é composta, em geral, por um diretor editorial e um diretor executivo. Em alguns casos, pode ser um conselho editorial que inclua também

diretor de marketing, diretor comercial e diretor financeiro. A diretoria que bate o martelo, pois só ela pode aprovar os gastos necessários para fazer um livro acontecer, além de ter uma visão mais holística de todos os catálogos, que envolvem outros editores e as orientações dadas a cada um. É uma estratégia de empresa, não só de editor – com exceção, é claro, dos casos em que o editor é o dono da empresa.

Diria também que muito do trabalho de editor acaba sendo senão intuitivo, ao menos mais afetivo. Quer dizer: trabalhar com cultura é se conectar com algo profundamente humano. A gente nunca sabe quais comportamentos, assuntos, eventos históricos podem afetar nossas escolhas, não importa quantos dados temos acesso (embora, é claro, eles sejam de grande ajuda). Compramos livros, vemos televisão, assistimos filmes, entramos em redes sociais, acompanhamos as notícias – vivemos e respiramos cultura; sofisticamos, com o tempo e experiência, a “antena” que captura o *Zeitgeist*.

O editor é, sobretudo, um leitor profissional – não só de textos literários, mas do mundo. Muitas vezes sobre orientados por uma intuição que nos diz: “Isso aqui vale a pena. Isso diz respeito ao mundo em que estou vivendo”. Às vezes acertamos, às vezes erramos – às vezes acertamos, mas o resultado aparece dois, três anos depois de uma contratação. Muitas vezes não temos todas as variáveis para decidirmos nossa aposta – e, mesmo se tivermos, as regras do jogo podem mudar de um dia para o outro.

A segunda parte do trabalho envolve texto. No caso dos autores nacionais, significa editar o material, sempre considerando o público-alvo e a proposta do projeto. No caso de traduções, preciso contratar tradutores e dar suporte a eles. Além disso, contrato preparadores de texto – os primeiros revisores – e revisores técnicos. Depois, a produção editorial, outro departamento, transforma esse texto em coisa-livro, sendo que, a depender da editora, pode variar o que fica a cargo do editor e o que fica a cargo da produção.

Há também uma outra etapa do processo: o editor precisa dar apoio ao marketing e comercial. O editor é o maior especialista, dentro da casa, do conteúdo do livro, e espera-se que ele esteja disponível

para auxiliar os demais departamentos e garantir também que o autor se faça presente na divulgação do livro. Isso significa brifar os colegas do conteúdo do livro, participar de treinamentos, garantir que as informações estejam à mão e dar suporte da maneira que cada casa editorial julgar ser necessário.

O que contribui para que um livro de história se torne um sucesso editorial?

Bem, diria primeiramente que, independentemente do assunto, um livro para ser sucesso editorial deve ser muito bem pensado em termos de texto e como objeto. Quero dizer com isso que um texto bem escrito, fluido, que cause um efeito nos nossos afetos – seja emocionante, no sentido mais amplo da palavra –, com um bom acabamento (nem que seja simples, mas papel de qualidade, capa bonita, diagramação confortável, etc.), tem grandes chances de ir bem comercialmente, embora, é claro, nunca dê para saber ao certo.

Agora, por texto bem escrito é preciso entender que não se trata necessariamente de ser alta literatura, uma inovação em termos de escrita ou de uma erudição impecável. Por bem escrito, me refiro a coesão e coerência, ter uma voz clara e bem estabelecida, ser prazeroso de ler. Um livro de autoajuda, por exemplo, pode ser muito bem escrito.

No caso específico de história, eu diria que temos que complementar isso com uma boa narrativa. Diria que, se um historiador quer fazer um livro de divulgação científica, é muito importante ele prestar atenção na narratividade. Não basta jogar dados, fontes, citações – você precisa envolver o leitor, recriar momentos históricos, situá-lo. Claro, não se trata de perder o rigor para fazer uma obra de ficção. É algo que se assemelha mais à sala de aula, por exemplo, em que muitos professores oferecem contextualização, pequena biografia resumida de personagens históricos importantes, mostram fotos ou outras iconografias da época, etc.

**Algumas obras possuem revisão técnica. Por quê?
Qual é o critério de escolha para um livro ter um
revisor da área?**

A questão da revisão técnica é importante para manter qualidade editorial. Nem sempre faz sentido ter essa etapa, porque o tradutor dá conta muito bem, a linguagem é mais simplificada.

Contudo, por mais letrado, erudito e experiente que seja um tradutor ou revisor de texto, muito provavelmente ele não será um especialista no assunto da obra de divulgação científica – será um especialista da língua portuguesa e/ou de uma língua estrangeira. Ou seja, se eu tenho um livro de Segunda Guerra Mundial, por exemplo, posso ter um tradutor incrível, experiente e apaixonado por Segunda Guerra, mas que não saiba quais são os termos específicos referentes aos batalhões e outros detalhes da época que somente um historiador dominará.

E, mesmo que fosse, não será um especialista de todos os assuntos cobertos em um catálogo. Não é fácil encontrar profissionais especialistas em assuntos e exímios tradutores e revisores. Em geral, os especialistas em tradução e línguas são formados em Letras.

Fora que há dificuldades que são geradas pelas diferenças entre o português e a língua traduzida que não constam no original e são de conhecimento exclusivo dos especialistas. Um exemplo: posso contratar um livro de história antiga, vindo do inglês, mas com diferentes termos de egípcio antigo. Não há dicionários on-line de fácil acesso para essa língua como há de latim ou grego. Daí a importância de uma revisão técnica que nos ajude na transliteração e outros detalhes.

Também é possível fazer revisão técnica dos livros nacionais – mas como o autor é um especialista no assunto, parte-se do pressuposto que ele deve dominá-lo. É comum que um autor nacional goste de passar pela conferência de um par, mas as chances de ele estar fundamentalmente errado são mínimas. A revisão técnica costuma ser contratada se a obra foi escrita por um jornalista, por exemplo, e é preciso que um historiador confira os dados apresentados. Ou se o historiador trabalha com alguma área que envolva terminologia de outras, exigin-

do que outro acadêmico confira essa parte, como história do pensamento, por exemplo.

**Uma editora está o tempo todo mexendo em textos,
e isso pode incomodar alguns autores e autoras.
Como é isso para você?**

No geral, a experiência é boa. Muitos autores, sobretudo os acadêmicos, gostam da intervenção dos editores, pois se sentem lidos. Com frequência ouço de autores que vieram de outras editoras o quão frustrados se sentiram porque o que entregaram foi publicado – e, claro, como todos nós somos falíveis, sentiram falta de um olhar editorial que pudesse agregar valor ao livro.

Porém, de fato, há também aqueles que podem se sentir ofendidos, como se o editor estivesse querendo reescrever o livro ou desconfigurar o estilo deles. Às vezes o editor pode concluir que o autor tem razão, e que se deve manter uma linguagem que faça sentido para seu público. Em outras, a casa editorial pode até rescindir um projeto, caso ache que o texto não está bom o suficiente e o autor se recusa a colaborar.

O segredo é sempre comunicação: deixar claro que são sugestões, enviá-las para avaliação do autor e fazer comentários educados e pertinentes. Também é importante explicar as etapas do processo e como serão feitas intervenções na etapa de contratação. Assim, a pessoa já sabe o que esperar e entende como será o trabalho dali em diante, naquela casa editorial específica.

Edição é uma parceria. Não é que o autor é meu cliente e eu dele. Exige, sobretudo, negociação e comum acordo. Se isso fica pré-estabelecido de início, com um contrato que salvaguarda e determina o direito de cada um, na maioria das vezes não há problemas.

Quais são os principais vícios de escrita dos historiadores e como você acha que eles podem atrapalhar a leitura do público leigo?

A primeira coisa é o léxico e a sintaxe. A academia trabalha na hiperespecialização de termos, no rigor e na precisão. Com frequência, os gêneros acadêmicos estimulam o uso técnico de termos e uma redação mais rebuscada, que o tempo inteiro se explica. Se pegarmos artigos científicos, vemos isso toda hora. O vocabulário torna-se muito erudito e pouco usual, e a sintaxe tende a ser indireta, ou seja, troca-se com frequência a ordem sujeito, verbo e objeto, mais comum na língua portuguesa. Há também um gosto pela subordinação, períodos complexos em que uma oração complementa a outra. Toda hora eu peço para utilizar palavras de uso mais disseminado, colocar a frase em ordem direta e quebrar períodos muito longos em menores, dando predileção a orações coordenadas.

Outro vício é o excesso de citações diretas. Como a historiografia se baseia em uma materialidade – fontes de textos, imagens, falas documentadas, etc. – é comum o historiador o tempo inteiro fundamentar a sua escrita em citações entre aspas de maneira a ser preciso e rigoroso. Porém, isso trunca a leitura – em outras palavras, deixa-a mais pausada, dificultada. Temos que lembrar que a escrita é imagética, logo, recursos gráficos, como aspas, separação silábica, espaçamento entre linhas, recuo de citação etc. também contribuem para a experiência da leitura e impactam a diagramação do livro. Constantemente peço para os historiadores utilizarem do discurso indireto, recriando eventos e falas com suas próprias palavras, indicando a fonte correta por nota.

E, é claro, tem a questão da narratividade, que mencionei anteriormente. Muita gente joga dados, sai dando explicações sem nenhuma contextualização, descritividade. Não só a narratividade tem um efeito didático, pois nos permite compreender melhor conceitos, como ela oferece prazer à leitura – e a leitura comercial é também lazer.

Por fim, diria que todos os autores às vezes têm dificuldade de acertar o tom. Como vivemos em nossas bolhas, podemos achar que determinadas escritas não são difíceis, mas escapam a leitores que podem ter um nível de formação menor, sobretudo quando o assunto é divulgação científica. Mais ainda, isso ajuda a recortar o que é relevante: por exemplo, preciso entrar nos detalhes da disputa entre historia-

dores de linhas diferentes para falar sobre um evento do meu livro de divulgação dedicado a um público amplo? Muito provavelmente não.

Certa vez, nós lemos que a diferença entre um livro de história e um de sociologia (ou de outras áreas das humanidades) é que somente o primeiro pode virar um presente de Natal. A gente acha que os livros de história não são os únicos que podem dar um bom presente de Natal, mas nos parece que a história tem um apelo muito forte junto ao “grande público”. Você concorda?

Na minha experiência como editora de não ficção, quando o assunto é divulgação científica, a história é que mais captura o leitor, podendo, inclusive, gerar um tipo de adesão à leitura que é mais comum na ficção. Creio, embora não tenha estudado – é, portanto, mera opinião –, que a história é entendida como uma grande narrativa que apresenta personagens interessantes e reconstrução de eventos. E há uma vantagem: ainda que ela tenha seu vocabulário específico, você consegue compartilhar essa narrativa sem ter que fazer uso de palavras hipertécnicas, como no caso da filosofia e da economia. Ela é mais generosa nesse aspecto, além de, por fazer parte do ensino básico, ser mais familiar a um leitor não especializado.

Depois, creio que a pessoa não especializada não tem dificuldade de entender a importância da história para o entendimento de si e do mundo. Por exemplo, ao ler um livro de história do Brasil, sinto que a história da minha nação impacta e é impactada pela minha história pessoal. Da mesma forma, posso ler um livro de história antiga e me dar conta do quanto questões do passado ainda se fazem presente e se atualizam hoje de outra maneira. Acho que o leitor comum se entende agente e paciente da história em algum nível, enxergando o entrelaçamento dos eventos históricos com os pessoais.

Sociologia, filosofia, teoria literária e outros assuntos parecem mais abstratos, distantes, “inúteis”, de difícil compreensão, “cabeçu-

dos” – enfim, distantes. E, quando se popularizam, com frequência é numa narrativa historicizante, ou seja, é mais um livro de história da filosofia do que um texto filosófico, por exemplo.

No passado, tivemos bons exemplos de coleções de divulgação científica no mercado editorial - talvez o grande caso de sucesso seja a “Tudo é História”, da Ed. Braziliense. Esse tipo de coleção ainda faz sentido hoje? Seria preciso adaptações?

Acho que coleções de especialistas que apresentam assuntos essenciais a um leitor não especializado ainda fazem sentido – talvez mais do que antes, considerando as fake news e a disseminação de informações na internet que muitas vezes não checamos. Também acho que são ferramentas importantes de sala de aula no nível do ensino médio e da graduação, proporcionando um repertório básico que nem sempre é coberto pelo ensino básico, sobretudo em áreas como a história que perdem cada vez mais tempo de sala de aula.

As adaptações devem considerar sempre o formato e o tempo em que vivemos. Hoje, disputamos a atenção de nossos leitores – e de todas as idades, não é só adolescentes e crianças – com as telas. Livros curtos, com recorte preciso, de temas atuais e com uma linguagem cativante podem concorrer com podcasts, vídeos no YouTube e reels do Instagram.

O livro ainda tem duas vantagens que não foram substituídas: primeiro, é memória – e aí me refiro ao livro físico. Quando queremos estudar, ainda preferimos comprar um livro sobre o assunto que possamos marcar, guardar na estante, reler. O segundo é que sua indexabilidade é vantajosa para os estudos. Se quero rever um conteúdo – por exemplo, quero achar uma citação sobre a Reforma Protestante para saber o conceito de predestinação em Lutero e Calvino. Onde encontro isso nos inúmeros vídeos sobre Reforma que eu vi? Qual é o minuto? Muitos nem tem a barra, e eu posso nem lembrar qual deles fala disso. Claro, pode haver conteúdos on-line especializados, mas como a in-

ternet também é coagida pelo formato de seus gêneros e demanda de público, nem sempre achamos facilmente aquilo que precisamos saber. Mas um sumário, um índice, uma página com bandeirinha resolve meu problema.

Dito isso, também acho que essas coleções têm grande valor para o formato digital também. É bem mais confortável ouvir um áudio livro de 2 horas, por exemplo, do que de 20. Da mesma forma, também é bem mais fácil ler um e-book de 100 páginas do que de 200 – pense que um e-book geralmente tem um formato de página menor do que a impressão, então um livro pode ter um número de páginas maior no e-book do que no impresso. Pode parecer besteira, porque o conteúdo é o mesmo, mas dá uma percepção de uma leitura bem maior pode esmorecer. E há quem lê no celular ou outras telas mais cansativas aos olhos.

Portanto, coleções curtas que sejam pílulas de conhecimento, ampliando o repertório do leitor comum, podem ser de grande ajuda num mundo em que muita gente usa inteligência artificial, pesquisa no Google e vídeos em redes sociais para se informar. Elas têm seu lugar – e podem até disputá-lo no digital –, inclusive, por terem passado por um processo editorial, serem pilares de conhecimento rigoroso e divertido num mundo tomado pelas opiniões, manipulações de fonte e mentiras.

COMO CITAR ESTA ENTREVISTA

MELO, Clarissa. Entrevista a Bruno Leal Pastor de Carvalho e Daniel Gomes de Carvalho. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de Carvalho; CARVALHO, Daniel Gomes de (Org.). **História em público**. As origens da história pública e o que os historiadores estão fazendo com ela hoje. Brasília: Caliandra, 2026.

ROBERTA C. CERQUEIRA

EDITORA EXECUTIVA DO PERIÓDICO CIENTÍFICO
“HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE-MANGUINHOS”
(HCSM), DA FIOCRUZ.

O QUE A “MANGUINHOS”, um periódico de comunicação científica, tem a ver com história pública e divulgação científica?

DESDE A SUA CRIAÇÃO, EM 1994, a revista *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* (HCSM) apresenta preocupação com a divulgação dos artigos publicados. No período, a forma encontrada pelos editores foi a produção de *releases* que eram distribuídos junto de alguns exemplares impressos. É preciso lembrar que estou me referindo a um período no qual as revistas científicas brasileiras, em sua maioria, eram distribuídas no formato impresso. Os exemplares eram remetidos pelo correio a públicos específicos — jornalistas de cadernos culturais e das editorias de ciência dos principais jornais impressos do país, bem como a pessoas consideradas ‘influentes’, entre elas repórteres de telejornais, pesquisadores e editores de periódicos como *Veja* e *IstoÉ*. Era uma divulgação mais dirigida, embora a expectativa da editoria de HCSM fosse a de que os artigos científicos pudessem suscitar pautas, entrevistas ou matérias sobre temáticas relacionadas ao escopo do periódico. Aqui, já observamos um projeto de divulgação que convocava, especialmente a imprensa, a contribuir no processo de divulgação dos artigos científicos publicados pela revista. A expectativa era a de que, com esse apoio, um número maior e mais diverso de leitores tivesse acesso ao conhecimento científico produzido por pesquisadores da história das ciências e da saúde. Por isso, costumo dizer que no projeto de criação de HCSM, em 1994, já havia uma preocupação com ações voltadas à divulgação científica que, nas duas décadas seguintes, o periódico aprofundaria.

Um dado importante é que a revista teve a jornalista Ruth Barbosa Martins ocupando o cargo de editora executiva desde seu primeiro ano de lançamento até 2009, o que, a meu ver, colaborou muito para que HCSM tivesse um planejamento de divulgação científica, dentro do que era possível e estava ao alcance da editoria naquele período. Como jornalista, Martins trazia para as reuniões editoriais a preocupação com a ampliação dos leitores do periódico e a importância de estreitar relações com jornalistas de ciências e cultura. Sem internet ou mídias sociais, jornais e revistas tornavam-se os canais com possibilidades de divulgação científica do periódico.

Infelizmente, à medida que as editorias de ciência e cultura foram se extinguindo, a prática do envio de *releases* foi encerrada, o trabalho de divulgação da revista esmoreceu e ficou limitado à presença em eventos relacionados ao escopo de HCSM e às feiras literárias. As ações de divulgação voltariam de forma mais sistemática somente em 2013, quando o periódico inaugurou um blog e perfis no Facebook e no Twitter (atual X), com a publicação de matérias e entrevistas em português, espanhol e inglês. A entrada no universo digital transformou o processo de divulgação e passou a ser feita de forma mais direta, da redação do periódico para a comunicação com o leitor por meio das mídias sociais. Sob a coordenação das editorias científica (no período, o historiador Jaime L. Benchimol) e executiva (exercida por mim), a revista HCSM incorporou à equipe as jornalistas Marina Lemle e Vivian Mannheimer, que passaram a produzir os conteúdos de divulgação postados no blog e nas outras mídias.

A mudança na forma de divulgar exigiu um planejamento específico e levou à necessidade de compreender quais linguagens eram mais apropriadas às postagens no Facebook e no Twitter, com o intuito de despertar o interesse de leitura do conteúdo do blog. A expansão da internet e o uso das mídias sociais foram fundamentais para a promoção dos artigos, no que considero o segundo momento de investida na divulgação científica por parte de HCSM. A criação de perfis nas mídias possibilitou, pela primeira vez, acompanhar quais as temáticas mais interessavam aos leitores, por meio dos acessos e compartilhamentos

que as matérias divulgadas recebiam. Portanto, considero a investida nas mídias sociais como uma iniciativa mais estruturada de divulgação científica do periódico.

Em 2020, quando fomos assolados pela pandemia de COVID-19, a saúde e a ciência mantiveram-se no centro das discussões mundiais, o que levou a refletirmos como HCSM, uma revista científica de história das ciências e da saúde, poderia contribuir para o debate e a disseminação de informações sobre a doença. Daí surgiu a proposta de convidarmos historiadores para enviarem ao blog relatos de como suas cidades, estados e países estavam enfrentando o Coronavírus. Em um período marcado pela desinformação e com larga profusão de notícias falsas incentivadas, no caso do Brasil, pelo próprio governo federal, a decisão teve em mira contribuir para a reflexão sobre as relações entre a medicina e a política, além de informar sobre a pandemia e a adoção (ou não) das medidas sanitárias em diferentes regiões do Brasil e do mundo.

O resultado da iniciativa se refletiu nos índices de visitação ao blog e gerou grande tráfego às páginas, com um pico de acesso de 2.764 diários em 2020.¹⁸⁴ Diante da urgência em repercutir o assunto, no mesmo ano foi criada no blog a seção *História e Coronavírus*. A resposta a esta iniciativa foi boa e motivou os editores a lançarem uma seção chamada “Testemunhos Covid-19”, agora nas páginas de HCSM. A ação ainda teve outro desdobramento importante: a publicação do suplemento especial “Covid-19 em América Latina: conflitos, resistências y desigualdades”. A edição foi lançada após a pandemia, no volume 30, referente a 2023. Identifico na iniciativa de abrir o blog para análises sobre a pandemia, no exato momento em que enfrentávamos o Coronavírus, uma experiência de história pública da revista. Também foi a primeira vez que as ações de divulgação científica de HCSM determinaram a publicação dos artigos na revista, invertendo a lógica do processo editorial e de seu planejamento, abrindo novas possibilidades para a publicação.

184 O levantamento dos dados de visitas ao blog foi feito a partir do relatório do *Google Analytics*.

Uma característica relevante de HCSM que eu gostaria de ressaltar é ela ser publicada em acesso aberto diamante, ou seja, sem a cobrança de taxas de publicação em nenhuma das etapas da edição. O modelo é predominante nas revistas acadêmicas brasileiras e facilita a divulgação, pois não impõe barreiras à leitura e ao compartilhamento dos artigos. Sem um conteúdo “fechado”, os textos podem ser usados na produção de matérias jornalísticas, documentos, filmes, livros, podcasts e documentários. Com a produção do conhecimento científico de forma acessível, o trabalho de divulgação torna-se mais fácil e ágil.

Durante muito tempo, em muitos contextos, o termo divulgação científica não levava em consideração a história e as demais humanidades. Por quê?

Creio que, por ter objetos de pesquisa e abordagens cuja metodologia científica se distingue de áreas como a biologia, a matemática, a física e outras ciências conhecidas como “duras”, a história muitas vezes não é percebida como uma disciplina possível de ser trabalhada pela divulgação científica. Não há “experimentos históricos” possíveis de serem demonstrados, como em outras disciplinas, ou mesmo resultados científicos mensuráveis capazes de serem apresentados como nas disciplinas em que a divulgação científica é mais trabalhada. Nesse sentido, acredito que a divulgação científica ainda seja um desafio para nós, pois a predominância de projetos nesta área permanece fora do eixo das disciplinas de humanas.

Percebo, no entanto, que nos últimos anos o número de novas iniciativas na área aumentou, impulsionado pelo uso das mídias sociais na divulgação. A dificuldade, no entanto, permanece em manter a constância e o interesse em apoiar os projetos. Boa parte das iniciativas de divulgação científica da história surgiu de projetos individuais, com trabalho voluntário e pouco apoio financeiro, sendo o Café História um desses exemplos.

Na área do periodismo científico, os editores de todas as áreas de pesquisa que submetem projeto de solicitação de verba para a publica-

ção das revistas ao programa de auxílio à editoração do CNPq (AED) são obrigados a apresentar um plano de divulgação científica para o periódico. Sem o detalhamento desse plano, a revista não está apta a concorrer ao auxílio. Mesmo que de forma arbitrária, acredito que a exigência impulsionará os editores a buscarem estratégias de como os periódicos científicos podem colaborar para as atividades de divulgação científica em história. Algumas revistas da área criaram perfis no *Instagram*, no *Bluesky* e *YouTube* e buscam realizar com regularidade as ações de divulgação dos artigos nestes canais. Quando *HCSM* criou o blog, o *Facebook* e *Instagram*, em 2013, havia muita desconfiança por parte de editores e equipes editoriais a respeito da necessidade e efetividade de divulgar revistas acadêmicas nas redes.

Reconheço que o critério do CNPq é mais uma exigência sobre a já sobrecarregada tarefa de editar uma revista científica no Brasil, mas pode estimular a área de História a refletir mais sobre a importância da divulgação científica.

Como a “Manguinhos” seleciona pautas e produz os textos que vão ao ar? Que cuidados editoriais vocês têm em vista?

A preocupação dos editores é dar maior visibilidade aos conteúdos de *HCSM* e torná-lo mais acessível. Porém, é preciso ter em mente que se trata da divulgação de uma revista científica com exigências a serem cumpridas para ser considerada uma revista acadêmica. É o caso, por exemplo, da avaliação por pares e da padronização do texto de acordo com as normas do periódico e indexação em bases que permitam a maior circulação dos artigos, só para citar os principais. Menciono essas questões porque elas também impõem limites à divulgação dos conteúdos, já que os artigos são escritos para atender a um público composto por pesquisadores, alunos e professores. Esse é o perfil de leitores de revistas científicas: o de um público especializado. A divulgação de periódicos científicos tem um duplo desafio, isto é, promover

a revista para o público de especialistas e fazer a divulgação científica a outros grupos que possam se interessar por conteúdos históricos.

O primeiro cuidado na produção do material de divulgação de HCSM é apresentar aos leitores a proposta do artigo, do que tratou o trabalho e estabelecer, sempre que possível, conexões com notícias e informações do nosso dia a dia.

Como HCSM é um periódico científico do campo da história das ciências e da saúde, os textos dialogam com temáticas do cotidiano, que possuem potencial para despertar o interesse de públicos diversos, como vacinas, tratamentos de doenças e questões relacionadas à saúde de forma mais ampla, tais como a história do SUS, a fabricação de remédios, as epidemias, saúde mental. Essa é uma das estratégias usadas na nossa divulgação, a de estabelecermos relações entre temas candentes no debate público e os artigos de HCSM. A publicação de entrevistas com os autores estrangeiros e a elaboração de matérias em inglês e espanhol também ampliaram o universo temático da divulgação da revista e intensificaram a sua internacionalização, um dos objetivos que motivou a divulgá-la nas mídias sociais.

O planejamento de divulgação pode ser alterado quando temos alguma notícia relevante e que se conecta com algum tópico da revista. Com isso, aos poucos, a equipe editorial passou a estar mais atenta aos eventos que possam ser relacionados ao conteúdo dos artigos, de modo que passamos a fazer o exercício constante de buscar conectar os textos com assuntos em debate. Reconheço que essa articulação entre passado e presente é mediada pelos interesses dos editores em conseguir mais acessos e que, às vezes, as pautas que selecionamos podem não corresponder ao que os leitores desejam ler. A divulgação realizada em outros idiomas também trouxe a necessidade de acompanharmos a conjuntura internacional e estabelecer relação com debates que ocorrem na saúde e nas ciências fora do Brasil. A partir da seleção dos artigos para divulgação, definimos entrevistas e a produção de material em português, inglês e/ou espanhol. Nem sempre o que divulgamos no blog nacional espelha as matérias produzidas para o blog internacional.

Temos muito cuidado no uso de imagens em nossas divulgações e, quando não há imagens do próprio artigo, realizamos pesquisa para selecionar outras ilustrações adequadas às matérias. Os conteúdos de divulgação são publicados primeiro no blog e depois no *Instagram*, no *Bluesky* e no *Facebook*¹⁸⁵. A revista deixou de publicar em seu perfil do X desde abril de 2025. A conta, no entanto, não foi excluída. Também é imprescindível que o texto das postagens seja claro, não contenha erros ortográficos e use boas imagens.

Cada rede social demanda linguagem específica. Se, no *Bluesky*, a exigência é de publicar textos mais curtos e links diretos para as matérias e artigos, no *Instagram* as imagens ganham maior destaque. Neste sentido, a criação do perfil da revista no *Instagram* contou com o trabalho de um programador visual da equipe de Assessoria de Comunicação (Ascom) da Casa de Oswaldo Cruz, unidade responsável pela publicação do periódico. Ele elaborou *cards* e algumas peças de divulgação, de modo a agilizar as postagens e criar uma relação com a linguagem visual utilizada pela COC nas suas divulgações. A revista HCSM é reconhecida por suas capas bem produzidas e pelo cuidado com as imagens que publica. Portanto, a questão visual sempre esteve presente na história do periódico.¹⁸⁶

O processo de divulgação de HCSM tornou-se uma etapa adicional da produção editorial. Inicia-se com a aprovação do manuscrito, quando solicitamos aos autores um release, e se estende até as decisões sobre a estratégia de divulgação e a escolha das mídias em que o material será publicado. Todo esse processo implica em recursos orçamentá-

185 O perfil do Facebook (facebook.com/RevistaHCSM) foi criado em 2013; o do Bluesky (@[revistahcsm.bsky.social](https://bluesky.com/@revistahcsm.bsky.social)) em 2024 e o do Instagram (<https://www.instagram.com/revistahcsm>) em 2025.

186 Sobre a criação das capas e a identidade visual de HCSM, ver: Vasconcelos, Fernando. O artista por trás das capas de *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Entrevista de Fernando Vasconcelos concedida à Roberta Cardoso Cerqueira. *Blog de História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 2025. Publicado em julho de 2025. Disponível em <https://revistahcsm.coc.fiocruz.br/o-artista-por-tras-das-capas-da-revista-historia-ciencias-saude-manguinhos/>

rios e humanos garantidos pela COC/Fiocruz e em parte pelo edital de auxílio à editoração do CNPq, cujo financiamento aos periódicos científicos nacionais ainda é reduzido, porém de extrema importância. Sem esses apoios, o trabalho de divulgação da revista, como ele é realizado, com o mínimo de estrutura, não aconteceria.

No Café História e no História Pirata, um dos principais desafios é o de furar a bolha acadêmica. Às vezes, pensamos que temos um projeto de divulgação científica nas mãos, mas quando vamos ver, levamos um susto: nosso público é acadêmico. Estamos falando apenas para colegas. O que podemos fazer para chegar a esse público não-historiador?

É um desafio falar para um público não-historiador, mesmo percebendo que há um interesse das pessoas em conhecer sobre algo que aconteceu no passado, como a história de um lugar ou de alguma descoberta. Uma questão que identifico como sendo um dos nossos desafios é dominar as formas de linguagem que proporcionam uma comunicação mais simples com o público. Muitas vezes, confundimos a necessidade de uma escrita ou linguagem mais simples para a divulgação científica com uma forma simplória de comunicar, reducionista. Ao contrário, fazer um trabalho de divulgação científica não é algo simples e requer planejamento e domínio de uma forma de comunicar que, acredito, seja necessário aprendermos. Nem todos os historiadores estarão dispostos ou terão interesse, o que também é normal, mas é uma atividade que acredito ser importante para nós e talvez pudesse ser incluída entre as disciplinas do curso de história.

Acredito que a primeira dificuldade a ser vencida é a falta de recursos financeiros e humanos para desenvolver projetos de divulgação científica em história. Uma divulgação atraente requer bons textos, cuidados com as imagens, produção de vídeos, produção de áudios no caso de podcasts e todas necessitam de regularidade na elaboração dos conteúdos e acompanhamento dos resultados nas mídias sociais.

Na ausência destes recursos, uma alternativa é fortalecer as iniciativas existentes e propor parcerias, como postagens colaborativas que possam ser divulgadas simultaneamente nas mídias sociais ou em portais de notícias e de universidades. Cada projeto pode trabalhar na mesma temática, com enfoques distintos, de modo a serem complementares e a partir daí realizarem a divulgação em conjunto. Recorremos pouco ao recurso de propor colaborações com colegas da história e, especialmente, de outras disciplinas.

No *Instagram* da revista, criado em 23 de junho de 2025, a primeira postagem em parceria com a COC resultou em 429 curtidas e 109 compartilhamentos, com um alcance de 8.378 perfis, e foi salva 73 vezes.¹⁸⁷ A matéria foi produzida com base no artigo sobre a cientista Emília Snethlage, “O último voo: documentos inéditos relativos ao falecimento e ao espólio de Emília Snethlage”, publicado no volume 32 de 2025.

Realizar postagens que se relacionem com assuntos e notícias na atualidade também pode ajudar a atingirmos outros públicos. Pode-se, por exemplo, selecionar algumas pautas sobre o cotidiano das pessoas com assuntos que o público tenha mais interesse e, a partir deles, trazer análises históricas fundamentadas em fontes, a matéria-prima do trabalho de historiadores. A aproximação com um público jovem é mais um aspecto capaz de fazer com que se alcance um público fora da academia, embora eu reconheça a dificuldade dessa tarefa, especialmente após a divulgação da pesquisa sobre leitores no Brasil. De acordo com um levantamento recente do Ministério da Educação, dentre os estudantes do ensino médio, somente 22% afirmam que no seu tempo livre costumam ler revistas, notícias e jornais em papel ou digitais.

187 Os dados foram coletados da estatística que a própria plataforma do Instagram fornece. A postagem foi sobre a cientista Emília Snethlage, com base no texto “O último voo: documentos inéditos relativos ao falecimento e ao espólio de Emília Snethlage”, publicado no volume 32, 2025 e disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-59702025000100018>.

Gostaria de lembrar que a história já teve um projeto que considero um caso de sucesso na área de divulgação científica: o da criação da *Revista de História da Biblioteca Nacional (RHBN)*. A revista circulou de 2005 a 2017 e era vendida nas bancas de jornais e distribuída para escolas, universidades e instituições de pesquisa. Alguns artigos de HCSM foram divulgados em matérias da revista e, a cada edição mensal, um exemplar chegava à nossa redação. A equipe editorial da *RHBN* era formada por cerca de 80% de historiadores, além de repórteres, e a combinação de trabalho entre esses profissionais atraiu leitores e assegurou a qualidade da revista.

Menciono a criação da *RHBN* devido ao seu sucesso editorial, com uma editoria bem estruturada composta por historiadores em trabalho conjunto com jornalistas e cuidado na produção editorial. Na busca por “furar bolhas”, a recriação de uma revista de história dedicada à divulgação científica de história, talvez seja um caminho a ser tentado novamente, com autonomia para a seleção de pautas, o uso da internet para impulsionar seus textos, recursos financeiros e profissionais e tempo dedicado ao projeto editorial.

Uma coisa que tem nos preocupado recentemente é a questão dos algoritmos. Mesmo projetos de história pública que não são digitais dependem, em alguma medida, de ambientes digitais, mediados por algoritmos. A questão é: como furar bolhas e produzir conteúdos que não sejam determinados por algoritmos?

Essa é uma pergunta difícil de responder, porque a forma de comunicar notícias e de divulgar informações científicas é muito dependente das plataformas e é determinante estar nelas para conseguir que seu projeto tenha alguma visibilidade. Seria importante que conseguíssemos ter um acompanhamento sistemático das métricas, uma vez que isso nos daria melhor compreensão de conteúdos e postagens que realizamos, além de ajudar no planejamento. É preciso ter em mente que

as mídias mais utilizadas para divulgar os conteúdos que produzimos, como o *Facebook*, o *X*, o *Instagram* e o *YouTube*,¹⁸⁸ têm uma estrutura para atrair notícias sensacionalistas e disseminar informações falsas financiadas por projetos políticos ligados à extrema-direita. Trata-se de uma cultura do “caça-clique” que foi intensificada ao longo dos últimos anos e tem dificultado a divulgação de conteúdos de instituições científicas e universidades.

Ao lançarmos a divulgação de HCSM nas mídias sociais em 2013, uma das apostas que fizemos no lançamento da divulgação foi não publicar o material no blog, somente nas plataformas como o *Facebook* e o *X*. A decisão mostrou-se acertada, pois diminuiu a chance do material ser perdido em decorrência de um possível encerramento ou mudanças nestas redes. A criação do blog facilitou as buscas tanto pelos conteúdos de divulgação quanto pelos artigos publicados em português, inglês e espanhol na revista. Usamos a plataforma gratuita *WordPress* para criar o blog e customizá-lo, já que os códigos utilizados são abertos. Portanto, a minha sugestão é que se tenha sempre um lugar para publicar o material de divulgação e, se não for viável, uma alternativa é propor o uso do site da universidade ou instituição à qual a pessoa esteja filiada.

Para ampliar a divulgação da revista e iniciar ações que não estejam tão atreladas à imposição algorítmica, em 2025, HCSM estabeleceu uma parceria com a *Wikimedia Brasil*.¹⁸⁹ A atividade ocorreu no mês de março como parte da programação do Dia Internacional da Mulher e teve como objetivo usar os artigos da revista para aprimorar os verbetes na *Wikipedia* sobre história das ciências e da saúde relacionados às pesquisas sobre mulheres. Realizamos uma seleção prévia dos textos, a partir de palavras-chave e postagens do próprio blog, para identificar

188 Não incluí o *Tik Tok* por ainda não conhecer projetos de divulgação científica em história que estejam na plataforma e por não ser sua usuária.

189 A *Wikimedia Brasil* (<https://br.wikimedia.org/wiki/P%C3%A1gina_principal>) não possui fins lucrativos e é associada à Fundação Wikimedia. A ação da revista recebeu o nome de “Editatona da Revista história, Ciências, Saúde – Manguinhos” (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Edit-a-thon/Atividades_em_portugu%C3%AAs/Editatona_da_Revista_Hist%C3%B3ria,_Ci%C3%A2ncias,_Sa%C3%BAde_-_Manguinhos>).

artigos e matérias sobre o tema. A ação envolveu a equipe da revista, da Biblioteca de História das Ciências e da Saúde e da Assessoria de Comunicação da COC, além da representante da *Wikipedia* no Rio de Janeiro, cidade onde fica o campus da Fiocruz e onde HCSM é publicada.

Há outras ferramentas que podem ser usadas na divulgação científica de história, como o *WhatsApp* e a produção de uma newsletter. O *WhatsApp*, por ser uma rede popular, tem grande alcance, mas reconheço que utilizá-la exigiria recurso financeiro e disponibilidade de tempo maiores. Esse é um outro ponto importante que dificulta o desenvolvimento de atividades de divulgação científica: a questão do tempo para se dedicar à atividade em meio a tantas tarefas que os professores precisam cumprir. O trabalho de divulgação científica passa a ficar em segundo plano e dependente de esforços individuais, já que muitas vezes sequer é reconhecido como uma das atividades do trabalho de professores, pesquisadores e alunos.

Quero terminar a entrevista reafirmando a importância da produção de conteúdos de divulgação científica e de história pública, de modo que continuar a desenvolvê-las é apresentar ao público a produção científica que as instituições e universidades desenvolvem. Acredito que seu desenvolvimento se dá em favor da democratização do acesso ao conhecimento e da própria valorização do ensino e da pesquisa histórica.

COMO CITAR ESTA ENTREVISTA

CERQUEIRA, Roberta C. Entrevista a Bruno Leal Pastor de Carvalho e Daniel Gomes de Carvalho. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de Carvalho; CARVALHO, Daniel Gomes de (Org.). **História em público**. As origens da história pública e o que os historiadores estão fazendo com ela hoje. Brasília: Caliandra, 2026.

GARY BERTON

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO HISTÓRICA THOMAS PAINE¹⁹⁰, DOS ESTADOS UNIDOS.

VOCÊ PODERIA nos contar um pouco sobre a história da Thomas Paine Historical Association e como ela evoluiu ao longo dos anos?

A *THOMAS PAINE HISTORICAL ASSOCIATION* (TPHA) – retiramos o “National” após incorporarmos a Thomas Paine Society do Reino Unido – foi criada, em grande parte, como resposta ao *Comstock Act* de 1873 e formalmente estabelecida em 1884.¹⁹¹ A organização era formada por um conselho de líderes de movimentos progressistas da época: direitos das mulheres, justiça racial, direitos trabalhistas, livre pensamento e princípios democráticos. Paine simbolizava esses ideais em oposição à crescente plutocracia.

A associação manteve-se politicamente ativa, coordenando ações conjuntas, publicando materiais, iniciando processos judiciais e organizando manifestações. Após a Primeira Guerra Mundial e a construção da sede em 1925, os fundadores originais começaram a falecer, e a instituição entrou em declínio durante a Grande Depressão, permanecendo inativa por décadas.

190 N.T. Thomas Paine (1737-1809) foi um pensador e revolucionário britânico, conhecido por atuar simultaneamente como intérprete e protagonista na Revolução Americana, na Revolução Francesa e nos levantes “jacobinos” no final do século XVIII e início do século XIX.

191 N.T. O Comstock Act, de 3 de março de 1873, criminalizava nos Estados Unidos o envio pelo correio de qualquer tipo de material considerado “obsceno, indecente ou lascivo”, entre os quais se incluíam métodos contraceptivos e informações a respeito deles. Ao longo dos anos seguintes, vinte e quatro estados aprovaram normas semelhantes, estendendo essas restrições ao âmbito interestadual.

A associação reapareceu mais tarde como uma organização de caráter histórico e acadêmico, com atuação mais modesta. Chegou ao seu ponto mais baixo nos anos 1980, até que um pequeno grupo de entusiastas de Paine a revitalizou – ainda sob liderança de locais alheios à obra de Paine. Em 1996, um novo grupo assumiu o comando e a reconstruiu rapidamente. Estabelecemos um braço acadêmico com uma faculdade local, fundamos o *Institute of Thomas Paine Studies*, oferecemos cursos e, em parceria com o Departamento de Ciência da Computação, desenvolvemos um software de atribuição textual de altíssima precisão, base do projeto *Collected Works*.¹⁹²

O que o motivou a se juntar à associação, e como foi sua trajetória até assumir a liderança da organização?

Conheci Thomas Paine por meio de uma música de Bob Dylan, em 1967, e passei a lê-lo.¹⁹³ Em 1972, durante meus estudos de pós-graduação em teoria política, percebi que Paine sequer era mencionado na universidade. Decidi abandonar o curso e seguir como pesquisador independente, trabalhando em uma fábrica.

Vinte e quatro anos depois, liderei o projeto para erguer uma estátua em Bordentown, Nova Jersey (onde Paine viveu). Fui convidado a integrar o conselho da associação, sendo o único ali que realmente conhecia Paine. Imediatamente reestruturei a diretoria, com apoio do Conselho de Regentes do Estado de Nova York. Em cinco anos, tínhamos centenas de membros e diversos programas em andamento.

192 N.T. Trata-se do projeto de publicação das obras completas de Thomas Paine, previsto para lançamento por Yale em 2026. A obra amplia significativamente a coleção anterior, estabelecida por Philip Foner, em 1945.

193 N.T. Trata-se de “I Went Out This Morning”, que rendeu a Bob Dylan o Tom Paine Award em 1963.

Você poderia falar sobre a iniciativa de publicar a nova edição completa das obras de Paine? Quais são os objetivos e expectativas do projeto?

O projeto *Collected Works* nasceu em 2012, a partir do desenvolvimento de nossa metodologia de análise textual. Meu objetivo inicial era identificar, com precisão, a autoria da Declaração da Independência e das Cartas de Junius. Com isso, descobrimos textos de Paine anteriores aos que se conheciam – já somam 165. Um desdobramento inesperado foi a revelação de colaborações com figuras históricas proeminentes. Isso expandiu significativamente a influência de Paine. A nova edição elevará sua importância de forma incontestável e exporá as limitações de muitos historiadores que escreveram sobre ele. Esperamos um impacto profundo e, sim, tumultuado.

Como o público e a comunidade acadêmica reagiram à nova edição das obras?

A reação dos historiadores foi, de início, negativa. Muitos ainda desconfiam da análise computacional – apesar de uma professora de Harvard, especialista em Paine, ter realizado um estudo tradicional sobre as Cartas de Junius e ter chegado exatamente às mesmas conclusões que nós: oito autores, liderados por Paine.

Ainda assim, haverá crítica. Porém, a leitura das introduções, do contexto e do conteúdo de cada obra se sustentará por si só. O público, por sua vez, está empolgado com isso.

De que formas a associação contribui para a história pública e o debate sobre os ideais democráticos e liberais defendidos por Paine?

Organizamos eventos como o *Paine Day*, que você, Daniel, participou, reunindo grupos comunitários em nossas exposições. Envolve-mos estudantes do ensino médio e superior em atividades educativas,

incluindo treinamento para atuarem como monitores, com direito a créditos acadêmicos.

Como entidade sem fins lucrativos, não podemos defender posições políticas, mas apresentamos os ideais de Paine como parte do conteúdo histórico. Com grupos à esquerda, usamos exemplos contemporâneos para ilustrar seus princípios. Com públicos mistos, nos concentramos em suas palavras originais.

Por fim, para efeito de registro, poderia nos fornecer uma breve biografia sua?

Eu nasci em julho de 1947. Estudei em uma faculdade estadual e depois tentei cursar uma pós-graduação, mas deparei-me com um ambiente excessivamente conservador e decidi seguir por conta própria. Tenho dois diplomas universitários e, embora planejasse um mestrado, acabei lecionando matemática por mais de vinte anos – uma disciplina sem debates sobre certo ou errado.

Sou autodidata em história da teoria política, literatura, filosofia, ciência, história, Thomas Paine e organização política. Tenho três filhos, seis netos que me deixou louco e sou jogador de beisebol desde sempre.

COMO CITAR ESTA ENTREVISTA

BERTON, Gary. Entrevista a Bruno Leal Pastor de Carvalho e Daniel Gomes de Carvalho. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de Carvalho; CARVALHO, Daniel Gomes de (Org.). **História em público**. as origens da história pública e o que os historiadores estão fazendo com ela hoje. Brasília: Caliandra, 2026.

GARY BERTON

PRESIDENT OF THE THOMAS PAINE HISTORICAL ASSOCIATION, UNITED STATES.

FIRST OF ALL, thank you for making your time available for this interview, Gary. Could you please tell us a bit about the history of the Thomas Paine National Historical Association and how it has evolved over the years?

TPHA (THOMAS PAINE HISTORICAL ASSOCIATION —we dropped the “National” when we absorbed the Thomas Paine Society of the United Kingdom) was formed as a response largely to the Comstock Act in 1873, and formerly in 1884. It was a Board of leaders of progressive movements at the time: women’s rights, racial justice, labor rights, freethought, and democratic principles. Thomas Paine was the symbol of these movements in opposition to a growing plutocracy. It remained political, with the leaders of these groups sitting on one board to coordinate their activities and distribute literature, legal suits, and organize demonstrations and building movements. After World War I, and then the building being built in 1925, the original organizers were dying off, and when the Depression hit, the Association fell into inactivity for several decades. It re-emerged as an historical and academic organization with nationwide support, but less activity. It fell to its lowest point in the 1980s when a few Paineites re-energized it, but still under local, non-Paine, people. In 1996, new blood took over the Association and rapidly rebuilt it. We created an academic arm with a local college and formed the Institute of Thomas Paine Studies, taught classes and worked with the computer science department and created

a methodology of an extremely accurate text attribution software, which formed the basis of the Collected Works project.

What motivated you to join the association, and what has your journey been like leading up to assuming leadership of the organization?

I was introduced to Paine by a song of Bob Dylan in 1967, and I started reading him. In graduate school in 1972, majoring in the history of political theory, the university didn't include Paine, so I quit and became an independent scholar working in a factory. After 24 years, I led the project to put a statue in Bordentown, NJ, (where Paine lived), and I was invited to sit on the TPNHA board—the only person on it who knew anything about Paine. I promptly threw them all off the board and started rebuilding, with the help of the State of NY Board of Regents. Within five years we had hundreds of members and started programs.

Could you please tell us about the initiative to launch the new complete edition of Thomas Paine's works? What are the objectives and expectations for this project?

The Collected Works was initiated by the development of the text analysis methodology in 2012. I was determined to clearly ascertain the authorship of the Declaration of Independence and the Junius Letters. That led to uncovering works earlier than previously known—165 and counting. An unexpected development was the presence of collaborative writing, predominantly with very notable historical figures. That has expanded Paine's influence and historical impact. The new works will completely elevate Paine's importance and influence, and shame most of the historians who have written on Paine. It will be tumultuous.

How has the public and academic community responded to this new edition of Paine's works?

The response from historians was automatically negative. Historians do not trust computer analysis, even though a Harvard professor, an expert on Paine, who has completed a thorough analysis of the Junius letters by traditional methods, came up with the same results that we got - the same 8 authors led by Paine. But it will still be criticized, but reading the introductions, the context and content of each work will stand on its own. The public, however, is excited to get it.

In what ways does the association contribute to the promotion of public history and to the debate on the democratic and liberal ideals advocated by Paine?

We have events, like the one you participated in [Daniel], an annual Paine Day, hosting various community groups that expose them to our exhibits, and we include students on the high school and college levels in learning sessions on Paine and training for being docents for college credits.

As a non-profit, we have to be careful to not advocate political ideals, but we present it as Paine's words so we can get away with it. With left-leaning groups, we can use modern examples of Paine's ideals; with mixed groups, we stick to Paine's words.

Gary, to help us compile the book, please provide below a brief biography of yourself, including your date of birth, educational background, etc

I was born in July 1947, went to a state college, and then attempted to go to university for an advanced degree. But I ran into conservative hacks, so I was better off on my own. I got 2 degrees in college and planned on a Masters, but leaving university I fell back on mathematics

and taught that for over 20 years. (No arguing about right or wrong). I am self-taught in the history of political theory, history, literature, philosophy, science, Paine, and political organizing. I have 3 children and 6 tolerated grandchildren, and I am a life-long baseball player.

HOW TO CITE THIS INTERVIEW

BERTON, Gary. Interview to Bruno Leal Pastor de Carvalho e Daniel Gomes de Carvalho. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de Carvalho; CARVALHO, Daniel Gomes de (Org.). **História em público**. As origens da história pública e o que os historiadores estão fazendo com ela hoje. Brasília: Caliandra, 2026.



caliandra